Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário

Director: António Dias Lourenço

# Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Ano 60 – Série VII – N.º 849
5 de Abril de 1990
Preço: 80$00

Propriedade do Partido Comunista Português  Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX  Tel. 76 97 22 / 25 – Telex 18390  Composição e impressão – Heska Portuguesa  Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa

## INTEGRAÇÃO EUROPEIA

Pág. 1/Semana

## *PCP interpela Governo*

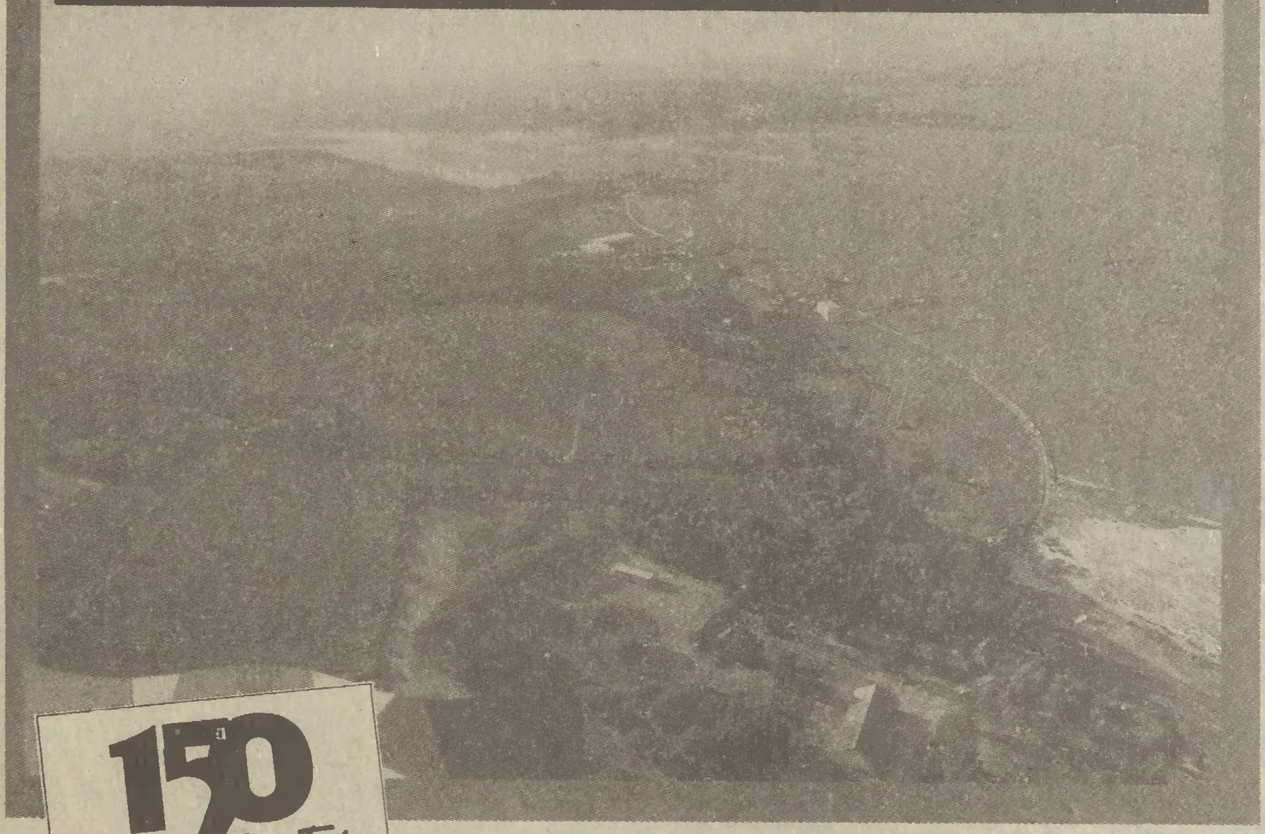
Nota do Executivo da Comissão Política

## Nova lei contra a Reforma Agrária reconstitui latifúndios

Pág. 4/Semana

## Grande Confraternização na Atalaia

Sábado, 7 de Abril
Quinta da Atalaia - Amora - Seixal



150 mil contos para o Terreno da festa
Avante com a Campanha

16 horas intervenção de
**ÁLVARO CUNHAL**

## *CGTP promove hoje e amanhã uma jornada de luta nacional*

Pág. 3/Semana

VI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)

Em Foco

## Autarquias constroem futuro e derrotam Governo

XIII CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO PCP
LOURES · 18 · 19 · 20 · MAIO · 1990

**Congresso/**

Avante! Ano 60 – Serie VII N.º 849 5 de Abril de 1990 4.º Caderno Não pode ser vendido separadamente

## Mesas Redondas

**MULHERES, SITUAÇÃO, PROBLEMAS E LUTAS**

## Novas e velhas questões

**Fernando Morais,** sindicalista, do FSTIEP

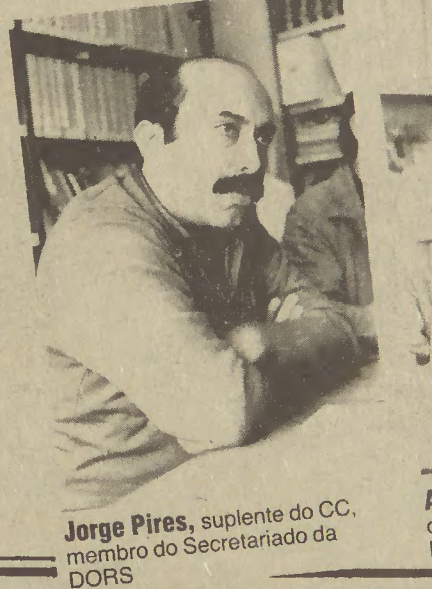
**Helena Neves,** suplente do CC, membro da Direcção do MDM

**Fernanda Mateus,** membro do CC do PCP e da Direcção do MDM

**Odete Filipe,** suplente do CC, membro do Conselho Nacional da CGTP/IN

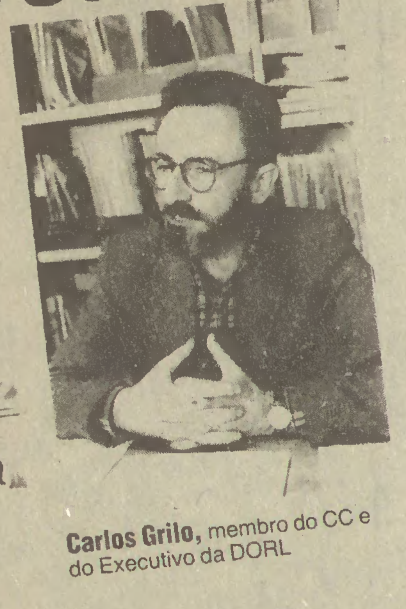
**MUTAÇÕES SOCIAIS E ORGANIZAÇÕES DO PARTIDO**

## Ao encontro das novas realidades



**Jorge Pires,** suplente do CC, membro do Secretariado da DORS

**António Murteira,** membro do CC e da Comissão Executiva da DORA



**Carlos Grilo,** membro do CC e do Executivo da DORL

XIII CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO PCP
LOURES · 18 · 19 · 20 · MAIO · 1990

# Editorial

Avante!
Ano 60 – Série VII
N.º 849
5 de Abril de 1990
1.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

# O Congresso e a conjuntura política

A preparação e a organização do XIII Congresso (extraordinário) do PCP entraram na fase mais dinâmica com a discussão em todo o Partido das Teses e do Projecto de Regulamento do Congresso (cujas propostas de alteração e emendas devem ser entregues até 7 de Maio) e com a eleição de delegados (que deve efectuar-se até 13 de Maio).

Uma circunstância ganha relevo e lhe dá um significado particular: trata-se de um Congresso que tem a particularidade de realizar-se numa conjuntura nacional e internacional singular e num clima ideológico, social e político efervescente.

Convocado para reajustar a orientação e acção do Partido às novas condições institucionais resultantes da última revisão constitucional e ao processo de alterações profundas nos países do Pacto de Varsóvia iniciado com a «perestroika» soviética, com importantes reflexos no movimento comunista internacional, os factores que determinaram a convocação a título extraordinário do XIII Congresso desenvolveram-se com grande impetuosidade e afirmaram-se numa escala e numa expressão surpreendentes qualquer que seja o ângulo de visão do observador.

As Teses constituem uma base válida e objectiva para a interpretação e abordagem das alterações produzidas. Necessariamente, num clima de tumultuosas mudanças, não poderiam, contudo, deixar de repercutir-se e influir fortemente nos debates e em toda a preparação do Congresso e na sua própria realização; não podiam deixar de reflectir-se nas questões fulcrais a que o Congresso é chamado a dar resposta.

Mais directamente, no contexto nacional, esta fase decorre num momento de forte contestação social de massas da política do Governo cavaquista e de intensa movimentação interna das principais forças do leque partidário do nosso sistema político numa nova arrumação de forças na democracia portuguesa.

Nele, nesse contexto, a discussão das Teses e o debate generalizado (em que o «Avante!» no seu âmbito específico está desempenhando um papel de relevo) estão enriquecendo o acervo de ideias no debate interno do Partido - que não significa «um debate à porta fechada» - estão constituindo um factor positivo adicional de dinamização da acção dos comunistas nos diversos terrenos de intervenção política do seu Partido (no movimento popular de massas em nítido ascenso, na acção parlamentar, no Poder Local democrático e noutras áreas).

No mesmo contexto nacional onde estão ocorrendo profundas mudanças de estrutura em resultado da ofensiva de restauração dos monopólios que está sendo levada às suas últimas consequências após a promulgação, com a chancela do Presidente da República, da Lei-Quadro das Privatizações.

Na estrutura económica e financeira, no tecido social, no regime de propriedade dos meios de produção são já visíveis as alterações introduzidas ou provocadas pelo governo PSD/Cavaco Silva.

É toda uma política de confronto directo com as realidades nacionais e com os interesses das mais amplas camadas da nossa população em cujo processo se está produzindo uma nítida redução da base de apoio do cavaquismo governante.

No debate que se trava em torno das cinco grandes áreas decomponentes das Teses para o XIII Congresso (extraordinário) que temos procurado submeter à auscultação e à crítica de outros representantes qualificados da opinião democrática, todo o Partido está adquirindo uma viva consciência da complexidade da situação actual, da natureza dos novos problemas que se impõem à acção prática e à reformulação teórica dos comunistas portugueses, das novas questões já formalizadas ou em vias de formalização que se colocam à luta revolucionária dos trabalhadores e do conjunto das forças da democracia e do progresso social em Portugal.

A preparação do XIII Congresso do PCP, mesmo com o carácter extraordinário da sua convocação, oferece apesar disso interessante matéria de comparação com as outras forças representativas do leque partidário do nosso sistema político também em intensa movimentação interna no momento actual.

O panorama interno dos outros partidos políticos portugueses que já realizaram ou estão prestes a realizar também os seus Congressos ou Convenções é concludente: luta acesa de tendências e de interesses em alguns casos em torno de «moções de estratégia»; acerbas rivalidades pessoais e de grupo; ambições de mando; conflitos de hegemonia caciqueira regional e de gerações; expulsões de elementos recalcitrantes ou simplesmenmte discordantes das posições das chefias.

Também alguns pequenos partidos vocacionados para a convergência e a unidade democráticas não estão tirando as necessárias lições da História, estão a afundar-se numa polémica estéril em transes de dissolução e de desarticulação.

A discussão actualmente em curso no seio do PCP em torno da temática do Congresso, das suas Teses e documentos, das respostas do Partido aos desafios da época actual;

o acervo das críticas e das contribuições que se está colhendo do colectivo partidário e mesmo de outros sectores de opinião sob o fogo de uma formidável campanha anticomunista, são exemplo do exercício pleno da democracia interna do PCP, sem paralelo no quadro partidário português.

O móbil fundamental do debate interno do PCP em torno dos documentos do seu XIII Congresso (extraordinário) é o aprofundamento de ideias e a procura de respostas aos complexos problemas da actualidade, é a definição de uma linha de pensamento e de acção que coloque o Partido à altura das grandes tarefas históricas do momento actual.

E simultaneamente empenhar-se no combate democrático diário pela solução dos agudos problemas do povo e do país.

Onde quer que se lute pelo bem estar e a elevação das condições de vida do povo português;

Onde quer que se erga a bandeira de luta contra a política antipopular, antidemocrática e antinacional da direita governante;

onde quer que se imponha erguer uma trincheira e unir esforços no combate pelos interesses basilares do povo, pelo progresso económico, social e cultural do País, pela defesa do meio ambiente;

Onde é preciso cerrar fileiras e submeter o secundário ao essencial para defesa das conquistas fundamentais alcançadas no processo de luta tenaz pela democracia e a liberdade em Portugal, aí está em directo a acção combativa e solidária, o empenhamente abnegado e a capacidade criadora e dinamizadora dos comunistas portugueses.

Neste próprio momento em que preparam e organizam, o seu XIII Congresso (extraordinário) os comunistas portugueses situam-se como combatentes de primeira linha na vasta contestação social de massas que cresce nos dias actuais contra a política cavaquista; ombreiam com todos os trabalhadores que lutam activamente por reivindicações vitais.

Hoje e amanhã a Jornada Nacional de Luta convocada pela CGTP-IN constituirá sem dúvida uma significativa resposta de massas à política antilaboral que a todo o custo o governo PSD/Cavaco pretende impor ao mundo do trabalho.

As acções em curso e programadas falam por si:

Nova greve dos trabalhadores da CP acompanhada por uma concentração nacional dos ferroviários;

Depois de uma greve de 2 dias na fábrica de papel Renova os trabalhadores iniciam uma nova greve de 4 dias integrada num processo de luta envolvendo toda a indústria de celuloses, do papel (abrangendo as fábricas da Matrena, do Prado e de Porto de Cavaleiros), da indústria gráfica e da imprensa no âmbito desta jornada de luta de 5 e 6;

Terminada hoje, depois de outra participada a 100%, a greve dos trabalhadores da portagem da Ponte 25 de Abril dá continuidade a um processo de luta que se tem prolongado nas últimas semanas;

Acções de denúncia da recusa às negociações pela entidade patronal movimentam em acções várias os trabalhadores de Hotelaria do Sul;

Os trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços (de garagens, estações de serviço, parques de estacionamento, postos de abastecimento de combustíveis) participam na Jornada Nacional com acções de vário tipo;

Também os trabalhadores das autarquias têm acções marcadas nos principais distritos do país;

Como manifestações principais da Jornada - que abarca 14 distritos do continente com várias concentrações e desfiles - destacam-se as 4 concentrações em Lisboa convergentes para o Rossio e o desfile, em que também participam os reformados de Lisboa e Setúbal, até S. Bento, à residência oficial do Primeiro Ministro, onde entretanto durante a manhã tem lugar a vigília organizada pelos trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores.

Constituirá sem dúvida uma significante manifestação de protesto contra a política antilaboral do Governo cavaquista a Jornada Nacional de Luta que amanhã termina.

No plano institucional, na Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do PCP tem dado provas de grande dinamismo na abordagem de questões candentes da sociedade portuguesa e dado porfiada e documentada luta à política do Governo.

Depois da iniciativa do debate dos problemas da Mulher face à degradação das suas condições de vida e de trabalho, as actuais e as que se perspectivam com a criação do Mercado Único Europeu em 1993, face ao não cumprimento sistemático das leis que defendem os direitos da Mulher nomeadamente da Lei da Maternidade, da Interrupção Voluntária da Gravidez, do Planeamento Familiar e da Educação Sexual que despertou o interesse das mulheres que acompanharam os debates respondendo em grande número à acção mobilizadora do Movimento Democrático das Mulheres (MDM);

Depois de interpelações várias sobre o novo pacote laboral governamental em projecto; sobre a proposta de adesão de Portugal à UEO e as suas incidências nos encargos político-militares, realizadas nas últimas semanas, acaba de ser discutida em plenário a interpelação do PCP sobre as questões comunitárias e as posições do Governo, tendo sido objecto de críticas de toda a oposição democrática na Assembleia da República as incoerências da gestão dos Fundos Comunitários (que, aliás, o relatório ao Parlamento Europeu considera «concretos exemplos de ineficácia da gestão orçamental» pelo governo português).

Na área do Poder Local, os autarcas comunistas e um largo conjunto de outros de todas as formações partidárias tiveram uma acção destacada no recente Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) em defesa da Regionalização, de uma política de finanças locais que permita às autarquias fazer face aos seus encargos e competências, da autonomia do Poder Local face às prepotências e à política centralizadora e antidemocrática do Poder Central sob a égide do governo PSD/Cavaco.

Não se pode dizer que toda esta movimentação política, social e institucional é marginal à preparação e organização do Congresso do PCP de 18 a 20 de Maio.

Pelo contrário são questões que estão no âmago político do Congresso, que, conjuntamente com a análise e debate dos acontecimentos nos países socialistas e as suas repercussões no plano ideológico e na política mundial, importam à luta contra a restauração do capitalismo monopolista em Portugal, à luta por uma alternativa democrática, à defesa do ideal comunista e da natureza e identidade do PCP, às tarefas imediatas para o reforço do Partido que enformam as Teses ao seu XIII Congresso (extraordinário).

No debate que se trava a mês e meio da abertura dos trabalhos nenhum militante do Partido está impedido de dar a sua contribuição, qualquer que seja o seu valor intrínseco para a análise correcta, as definições e as conclusões práticas que daí resultem para a acção dos comunistas e do seu Partido, nenhum camarada está impedido de manifestar dentro do Partido, as suas diferenças de opinião, as suas divergências com a orientação, a direcção e a acção do Partido.

Na comparação com as restantes forças do leque partidário do nosso sistema político a preparação e organização do XIII Congresso (extraordinário) do PCP distingue-se radicalmente pelas suas formas de acção, pelos seus objectivos, pela sua abertura política, pelo seu incomparável exercício de democracia interna, pela sua ligação à vida e à luta do povo português.

A poucas semanas de jornadas tão importantes para a afirmação da democracia portuguesa e para a defesa dos interesses dos trabalhadores, como as das comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio, há sobejas razões para que o XIII Congresso resulte numa nova e grande manifestação de vitalidade, dinamismo e visão correcta desta época de mudança que vivemos do valoroso colectivo de luta que é o PCP.

# Resumo

## 28
**Quarta-feira**

O governador do Banco de Portugal garante que os 18 milhões de contos, em reservas de ouro, colocados por aquela instituição bancária na empresa norte-americana Drexel, serão totalmente recuperados pelo País ■ O PCP apresenta recurso da decisão do presidente da Assembleia da República de aceitar o pedido do PSD para que seja retirado o seu projecto sobre o regime de permanência de membros de Junta de Freguesia, aprovado na generalidade ■ É assinado um primeiro acordo de desistência recíproca entre os partidos que alcançaram o segundo e terceiro lugares nas eleições húngaras, ameaçando a liderança do Forum Democrático ■ O parlamento checoslovaco aprova uma série de emendas à lei de imprensa de 1966, que põe formalmente fim à censura, o que já se verificava na prática ■ A presidência do Conselho de Ministros da Agricultura da CEE retoma no Luxemburgo os trabalhos sobre a fixação de preços.

## 29
**Quinta-feira**

Jorge Sampaio, acompanhado de eleitos do PCP, PPM e CDS apresenta em conferência de imprensa as propostas de plano de actividades e orçamento para a cidade de Lisboa ■ O ex-vereador e ex-presidente da comissão concelhia de Setúbal do PSD, Sousa Pinto, recebe uma nota de expulsão daquele partido ■ O Sindicato dos Magistrados do Ministério Público acusa alguns elementos da Polícia Judiciária de promoverem uma campanha pública e de imprensa visando contestar directamente o actual ordenamento jurídico ■ O grupo parlamentar do PCP anuncia que vai interpelar o Governo sobre as questões da integração de Portugal na CEE, com especial atenção para a gestão e aplicação dos fundos comunitários ■ Fecham as assembleias de voto no Zimbabwe após dois dias de votação para escolher o Presidente da República e 120 deputados.

## 30
**Sexta-feira**

Três centenas de polícias manifestam-se em Macau frente ao Palácio da Praia Grande, exigindo que a Assembleia Legislativa se pronuncie sobre uma proposta de aumentos salariais ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, afirma existir um novo plano de Paz para Angola, no qual Portugal desempenhou um papel relevante ■ O comissário europeu Bruce Millan inicia uma visita a Portugal ■ o parlamento da Estónia vota um texto sobre o estatuto do Estado estónio que afirma não ter a ocupação soviética posto fim à república independente da Estónia, e declara que o seu Soviete Supremo não reconhece a legalidade das leis soviéticas sobre o território ■ A mesa-redonda entre o governo e a oposição sobre o futuro da Bulgária fixa as datas da eleição em duas voltas de uma Assembleia Constituinte para os dias 10 e 17 de Junho ■ O presidente da Câmara Municipal de Pequim desmente que tenham sido tomadas medidas policiais para impedir uma marcha silenciosa dos estudantes ■ As facções cristãs rivais libanesas voltam a devastar áreas residenciais em Beirute Oriental.

## 31
**Sábado**

O presidente da Índia, Ramaswamy Venkataraman, chega a Lisboa numa visita oficial, a primeira de um chefe de Estado indiano a Portugal ■ O ministro português das Finanças, Miguel Beleza, anuncia na Irlanda que Portugal vai muito em breve liberalizar o movimento de capitais a médio e longo prazo ■ Pedro Canavarro afirma que se a política do PRD não mudar na Convenção Nacional de Junho, então o partido deverá extinguir-se, caso não consiga eleger deputados em 1991 ■ Decorre o Congresso da Associação Nacional de Municípios em que o socialista Mário de Almeida é eleito presidente da organização ■ O IV Congresso da União dos Sindicatos de Lisboa aprova novos estatutos que visam aumentar a democracia interna ■ O presidente soviético Mikhail Gorbatchov, adverte a Lituânia de que se não atender ao apelo de Moscovo no sentido de renunciar à sua independência, poderão verificar-se graves consequências ■ O ANC decide adiar o seu primeiro encontro com o presidente da África do Sul, Frederik de Klerk, em protesto contra uma intervenção policial sobre manifestantes negros ■ A República Soviética da Bielorrúsia anuncia que exigirá a devolução do território seu tomado há 50 anos pela Lituânia, se esta república do Báltico se tornar independente da União Soviética ■ Todas as tendências da oposição conservadora francesa encontram-se reunidas na região parisiense para tentarem criar uma frente unida sobre os problemas da emigração ■ A polícia de guarda à residência da primeira-ministra britânica carrega com bastões uma multidão que se manifestava contra os novos impostos, ficando feridas mais de 130 pessoas ■ O presidente moçambicano, Joaquim Chissano anuncia que o seu governo aceitou negociações imediatas com a RENAMO.

## 1
**Domingo**

O ministro da Educação anuncia que os estabelecimentos de ensino superior e privados vão ser avaliados na sua organização e eficácia educativa a partir do próximo ano ■ Nuno Cardoso da Silva é eleito presidente do Directório e da Comissão Política do Partido Popular Monárquico, no decorrer do último dia do XIII congresso do PPM realizado em Viana do Castelo ■ Os dois partidos mais votados na Alemanha Democrática reúnem-se para tentar formar o primeiro governo não comunista daquele país ■ São divulgados os resultados das eleições no Zimbabwe que dão a vitória a Robert Mugabe com 78,3 por cento dos votos contra 16 por cento do seu principal opositor, Edgar Tekere ■ O líder do Solidariedade, Lech Walesa, critica a política do primeiro-ministro polaco, Tadeusz Mazowiecki, a quem acusa de não avançar com as suas reformas urgentes de que o país necessita.

## 2
**Segunda-feira**

As barras do Algarve continuam fechadas, por razões de segurança, devido ao estado do mar ■ O Presidente da Índia é recebido na A.R. ■ Uma delegação do PS é recebida pelo Presidente angolano José Eduardo dos Santos ■ Cerca de 15 mil alunos participam na segunda chamada da prova geral de acesso ao ensino superior ■ A Comissão Distrital de Aveiro do PCP denuncia em conferência de Imprensa a degradação social naquele distrito ■ A CGTP-IN convoca uma Jornada Nacional de Luta para os dias 5 e 6 deste mês ■ Nelson Mandela anuncia que se vai encontrar dia 5 com o Presidente De Klerk ■ É preso em Palermo Giuseppe Lucctuse, conhecido como o «carrasco da Mafia».

## 3
**Terça-feira**

Os presidentes das Câmaras de Alcochete, Benavente, Montijo e Palmela reunem com o ministro do Ambiente para lhe expressarem a oposição das suas autarquias ao alargamento do Campo de Tiro de Alcochete ■ A lei que consagra o direito de associação dos profissionais da PSP foi aprovada pelo Governo sem ter sido dado conhecimento prévio do seu conteúdo à Associação Sócio-Profissional da PSP, afirma o respectivo coordenador, José Carreira ■ Nos últimos doze meses, a taxa de inflação em Portugal subiu para 13,1 por cento, revela o gabinete estatístico da CEE ■ O PCP interpela o Governo, na AR, sobre questões da integração europeia ■ Invasão do Panamá pelos EUA, o ano passado, provocou entre 3 a 4 mil mortos, revela uma comissão independente ■ O Soviete Supremo da URSS aprova a lei que regulamenta a secessão das repúblicas federadas.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!
O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo
PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25/76 97 22
ADMINISTRAÇÃO: EDITORIAL «AVANTE!», SA Rua de São Bernardo, 14, 2.º 1200 Lisboa Capital social: 15 000 000$00 CRC matrícula: 47059 NIF – 500 090 440
DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º – 1000 Lisboa Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17
Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa Tel. 32 19 16
ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02
ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA: Das 22 às 2 horas – Tel. 90 00 44
EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44
PUBLICIDADE CENTRAL: Rua de São Bernardo, 14, 2.º Tel. 67 01 93
Porto – Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º – 4000 Porto. Tel. 38 10 67
Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15
Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra Tel. 28394
Composto e Impresso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/85
Tiragem média no mês de Março: 23 110 exemplares

# Semana

Avante!

Ano 60 – Série VII
N.º 849
5 de Abril de 1990
2.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente


## Interpelação do PCP comprova:

# Integração europeia requer estratégia nacional de desenvolvimento

O Governo continua a governamentalizar todas as questões relacionadas com a integração europeia, com manifesto prejuízo da capacidade negocial e dos interesses nacionais, numa atitude de onde relevam a falta de transparência e de informação bem como de explicitação clara de uma estratégia nacional de negociação e desenvolvimento.

Esta, em síntese, uma das principais conclusões a retirar da interpelação ao Governo sobre política geral centrada nas questões comunitárias, matéria que ocupou por iniciativa do PCP a totalidade da agenda parlamentar de terça-feira.

Incidindo sobre um tema de inegável interesse para o futuro do País, o debate veio a comprovar a oportunidade do seu agendamento, decorrendo sem agastamento e crispação, e acabando, a nosso ver, por cumprir a totalidade dos objectivos que se propunham atingir.

Apesar das fugas que empreendeu em relação e algumas questões concretas avançadas pela bancada do PCP ao longo da interpelação, pode dizer-se que o Governo assumiu desta feita uma postura diferente daquela com que se costuma apresentar — aparecendo mais dialogante e encarando de forma construtiva a iniciativa do PCP —, facto a que não foi seguramente alheio o impulso dado ao debate pelos parlamentares comunistas, quer por via do rigor das análises e das críticas formuladas quer pela pertinência das questões por si suscitadas.

O mesmo já não se poderá dizer da maioria PSD, o optar, sem surpresa, numa atitude passiva que lhe é peculiar, por um inaceitável seguidismo relativamente ao Governo.

### Interesse nacional em jogo

Seja como for — e esta é uma segunda conclusão fundamental a tirar da interpelação — os trabalhos de terça-feira ficarão sem dúvida a assinalar no debate parlamentar um salto qualitativo no conhecimento e discussão dos problemas com que o País está confrontado com a integração comunitária, relativamente aos quais, provou-se, urge aprofundar a respectiva análise, em ordem a definir estratégias e procedimentos.

É que, conforme salientaram os deputados comunistas que intervieram no debate, Carlos Brito, Rogério de Brito, Ilda Figueiredo e Sérgio Ribeiro, não é de somenos importância o que está neste momento em jogo, antes de mais porque se trata dos interesses nacionais e da necessidade do País ser informado e participar na construção do futuro.

Porque é disso mesmo que se trata, da construção do futuro, como tratou de realçar a bancada comunista, uma vez que, foi lembrado, na Comunidade assiste-se hoje a uma fase decisiva de transformações que irão ter expressão na modificação do próprio Tratado de Roma, transformações essas que têm a ver com a realização da União Económica Monetária, com a construção da União Política Europeia pretendida por um sector da Comunidade, com a actual correlação dos poderes inter-institucionais (sobretudo nos aspectos que têm a ver com o Parlamento Europeu) e com a questão dos próprios poderes dos parlamentares nacionais.

Ora foram exactamente estas questões que os deputados do PCP trouxeram para o eixo do debate, num esforço para romper a falta de esclarecimento existente, de cujo único responsável é o Governo, até ao momento apostado em manter uma espécie de divórcio institucional com a Assembleia e os parceiros sociais, com os prejuízos daí decorrentes para o País.

### Vigilância dos fundos

No decorrer do debate foi ainda notória a preocupação do Grupo Parlamentar comunista em abordar as orientações que têm presidido à utilização dos fundos comunitários e do seu impacto qualitativo nas estruturas produtivas e económicas (sobretudo ao nível da indústria, agricultura, do quadro comunitário de apoio, formação profissional e desenvolvimento regional) e do seu contributo para o progresso social.

Nota de realce merecem ainda as iniciativas legislativas apresentadas pelo PCP no dia do debate — um projecto de lei visando directamente o desenvolvimento regional e um projecto de deliberação destinado a promover uma troca de informações com os deputados portugueses no Parlamento Europeu e a criar uma Comissão Eventual que prepare a intervenção da AR no Encontro do Parlamento Europeu com os parlamentos nacionais a realizar em Junho próximo —, diplomas elaborados com vista a conferir eficácia à própria interpelação agora realizada.

# Algarve a braços com incúria governamental

As calamidades naturais que recentemente atingiram a costa algarvia, poucos meses volvidos sobre outras de idêntica gravidade que atingiram aquela região e que deixaram na altura um rasto de elevados prejuízos, voltaram a pôr em evidência a incúria e a desatenção das autoridades em relação aos alertas e queixas da população, chamando simultaneamente a atenção para a sua completa incapacidade em accionar atempadamente as medidas que poderiam ter evitado as situações de extrema gravidade que infelizmente vieram a ocorrer, nalguns casos irreparáveis, noutros de difícil reparação.

Na sequência de anteriores diligências junto do Governo, esta questão voltou a ser levantada na Assembleia na passada semana pelo deputado Carlos Brito que recordou nomeadamente as feridas ainda em aberto provocadas pelas chuvas torrenciais de Novembro.

Estão neste caso, recordou, os agricultores a braços com uma economia de tal modo debilitada que nem sequer podem já recorrer ao crédito, os pescadores artesanais ainda hoje impedidos de partir para a faina devido à perda das suas embarcações ou ainda as pontes de Tavira, problema a aguardar por uma resolução que terá necessariamente de passar por financiamentos e projectos.

Nos casos mais recentes do porto da Baleeira (Sagres) e da ilha de Faro, a dimensão dos estragos verificados leva, entretanto, a concluir, afirmou-o o líder parlamentar do PCP, não ter sido apenas a violência da tempestade a responsável pelos graves prejuízos ocorridos, uma vez que ficou patenteada a «fraca qualidade das construções portuárias».

Fundamentando esta sua convicção, salientou a escassez de cimento e a fragilidade do ferro revelados pelas ruínas, facto que confirma, disse, a «voz do povo sobre a falta de fiscalização de que beneficiou o empreiteiro».

No caso da ilha de Faro, onde o perigo há muito que espreita, não constituiu propriamente uma surpresa o ocorrido, porquanto, frisou Carlos Brito, apesar de os especialistas virem adiantando várias hipóteses nunca até hoje se viu da parte governamental qualquer empenhamento nos estudos e na adopção de medidas à altura dos riscos.

# PSD contra freguesias

O Grupo Parlamentar do PCP considerou um autêntico «escândalo» a operação do PSD que inviabilizou na passada sexta-feira, contra as disposições regimentais da Assembleia da República, a discussão do projecto de lei sobre o Regime de permanência das juntas de freguesia, diploma já debatido na generalidade em Maio de 1988.

Sem precedentes na vida parlamentar, esta manobra da maioria veio assim impedir a discussão e aprovação do Regime que consagra o direito de permanência a tempo inteiro dos eleitos de freguesias, com isso gorando as expectativas de centenas de eleitos de todas as forças políticas que vêm há muito reclamando a sua aprovação.

Para lá de já ter sido objecto de discussão e aprovação na generalidade em plenário — facto que na perspectiva dos parlamentares comunistas significa que ele passou a «ser património do Parlamento» —, o diploma em causa, recorde-se, voltou no ano seguinte à comissão respectiva para serem apreciadas as propostas de alteração, estando pois ultimados todos os preparativos para que pudesse ser agendado e submetido ao juízo final da Câmara.

Num golpe de rins surpreendente, porém, a bancada da maioria vem à última da hora impedir a discussão final do projecto, facto que deixa a nú o seu propósito de se opôr e inviabilizar um direito legítimo que, a ser consagrado, se traduziria num reforço da eficácia de intervenção das freguesias e num passo significativo na desejada descentralização.

Depois de em conjunto com os restantes partidos da oposição ter decidido não aceitar o agendamento de outras matérias para a sessão de sexta-feira passada, inviabilizando-a na prática, o PCP reafirmou já entretanto a sua determinação de lutar pela aprovação da proposta e de outras que contribuam para a dignificação do papel das freguesias e dos seus eleitos no quadro da administração local.

# Código de Direitos de Autor

Com a introdução de várias alterações inovadoras e aperfeiçoamentos ao Código de Direitos de Autor — propostas da autoria do PCP e do PS que mereceram uma posição de abertura por parte do Governo e da maioria no debate sobre esta matéria realizado na passada semana —, um decisivo passo foi dado pela Assembleia no sentido de enriquecer a actual legislação em ordem a responder à nova realidade criada quer pelas múltiplas expressões artísticas do homem quer pelos avanços técnicos dos últimos anos.

Para o PCP, segundo as palavras de José Manuel Mendes, tratou-se sobretudo de introduzir «**mecanismos de clarificação e mudança em quatro patamares**» considerados essenciais, sem prejuízo, naturalmente, de ponderações futuras em áreas onde subsistem ainda omissões.

Especial relevância merecem, assim, no entender dos parlamentares comunistas, o reconhecimento da legitimidade judiciária das Sociedades de Autores — «**inteiramente adequada face ao crescente papel que desempenham**», para utilizar uma expressão de José Manuel Mendes — e a consagração de uma mais rigorosa moldura do ónus da prova no caso de utilização colectiva de obras protegidas.

Por outro lado, assinalou o deputado do PCP, advoga-se uma «**definição precisa e não timorata das actividades de pirataria, puníveis, visando-se a salvaguarda de interesses morais e patrimoniais contra a lassitude, a degradação e o locupletamento delituoso que campeiam impunes**», a par do melhoramento da tutela das «**produções havidas em cumprimento de dever funcional ou de contrato laboral**».

Com as disposições previstas no novo Código, acrescidas armas de preservação passam a partir de agora, como frisou José Manuel Mendes, a estar ao dispor do nosso património cultural, do mesmo modo que algumas cláusulas de compensação — em simultâneo com o reforço das acções de combate à pirataria com fono e videogramas — permitirão evitar o sistemático dano a que são sujeitos artistas, intérpretes e executantes.


OLES GONTCHAR

Os porta-bandeiras

COLECÇÃO «RESISTÊNCIA»

edições Avante!

À VENDA

# aTalhe deFOICE

## Chicanas e calotes

Uma vez mais o Governo PSD/Cavaco Silva foi condenado pelo Supremo Tribunal Administrativo. Desta feita, o acórdão do STA declara nulo o decreto através do qual, há quatro anos, foi extinta a Empresa Pública dos Parques Industriais em função de um recurso interposto pelo antigo Conselho de Gerência daquela empresa pública e que determinou um conflito em que o executivo se recusou repetidamente a acatar sucessivas decisões do STA.

De uma óptica puramente jurídica, o litígio não envolvia directamente a legitimidade da medida, mas sim deficiências processuais de que a decisão enfermara. Nas notícias sobre o desenlace do problema, o facto de a intransigência governamental face a um aspecto formal custar agora ao Estado dezenas de milhar de contos em indemnizações aos trabalhadores é apresentada como «inexplicável».
Poder-se-ia argumentar que esta «intransigência», esta arrogância face a tudo e a todos e também face ao Supremo Administrativo é uma característica da governamentação cavaquista, um traço indelével da sua incapacidade de se conformar com a prática e a legalidade democrática - e alguma verdade haveria em tal afirmação. Mas a questão merece maior atenção.

A extinção da Empresa Pública de Parques Industriais enquadrou-se no plano privatizante da política do Governo PSD e assumiu traços pioneiros, de quase balão de ensaio à época em que foi tomada. Diversas circunstâncias contribuíam para isso, desde o facto de a empresa ter sido criada directamente como EP, passando pela sua situação e composição interna e ainda pelas dificuldades várias por ela encontradas ao longo da sua existência. Compreende-se assim que, fosse embora por secundários aspectos formais, um recuo do Governo nesta sua medida «pioneira» constituiria um aspecto publicamente desastroso para a «legitimidade» e consistência da gigantesca operação de entregas de áreas importantes do SEE ao capital privado. Que em questões desta gravidade e repercussão um executivo cometa erros é demolidor e o facto de serem formais ou de pormenor acaba a ser apenas um agravado índice de ligeireza e irresponsabilidade.

Mas interessa saber porquê, a partir da altura em que a decisão do STA era já transparentemente inamovível, o quadro das privatizações se encontrava bem mais avançado e o arrastar do tempo agravava enormemente os custos, Cavaco Silva manteve a obtusa teimosia. O «estilo» do Governo é claramente insuficiente para explicar semelhante disparate.

A verdade é que é impossível ignorar dois aspectos do conflito que permitem avaliá-lo a diferente luz.
Em primeiro lugar, o executivo PSD tem um longo historial de conflitos com o Supremo Tribunal Administrativo **e de não cumprimento dos seus acórdãos**. O caso dos recursos quanto às reservas interpostos pelas UCPs e cooperativas da Reforma Agrária e que mereceram decisão favorável do STA jamais cumpridas pelo Governo são o caso mais conhecido. É assim uma evidência que o Governo **optou clara e conscientemente por um confronto com o STA** e isto pela excelente razão de que **o próprio cumprimento do seu programa assim o exigia**.

A estratégia política de Cavaco Silva é confessadamente a da subversão de todo o edifício constitucional, político e económico da democracia portuguesa e, apesar das revisões constitucionais, é evidente que tal subversão não poderia em nenhuma circunstância ser realizada sem conflitos com a legitimidade e correcção de que o STA tem por função julgar.

Os conflitos de legitimidade entre o Governo e o STA não constituem assim **acidentes**: são traços de fundo da política cavaquista.

Em segundo lugar, é igualmente indispensável apreciar **quem são** os litigantes que no caso da Empresa Pública de Parques Industrais se opõem ao Governo e ao qual os juízes do STA deram razão. Sucede que embora a iniciativa da acção tenha cabido ao antigo Conselho de Gerência, o que se perfilava por detrás deste eram **os interesses de todos os trabalhadores daquela empresa pública** e que são os credores aos quais o Estado terá agora de pagar avultadas indemnizações correspondentes a quatro anos de salários.

O Governo tem deste tipo de conflitos uma visão de classe: por um lado, face a trabalhadores, não se cede; segundo, entende que face a trabalhadores há sempre a possibilidade de ganhar, mais que não seja pelo arbítrio do próprio exercício do poder. Os acórdãos sobre a Reforma Agrária estão aí para o provar.
E tudo isto coloca com transparência o problema da legitimidade de um Governo que tem dos tribunais a visão de um vulgar traficante da chicana e face aos trabalhadores a postura de um patrão caloteiro.

**RC**

**Assembleia da República**

## «Administração Aberta»

# Um novo conceito de Estado e cidadania

Dando cumprimento à norma constitucional que consagra o acesso aos arquivos e registos administrativos, mais conhecida por «Administração Aberta», o plenário apreciou faz hoje oito dias seis diplomas relacionados com esta matéria apresentados pelo PCP (de quem partiu a sugestão do agendamento), PS, PSD, CDS, PEV e deputados independentes Pegado Liz e Alexandre Manuel.
Reunindo à partida o consenso da Câmara quanto à necessidade de instituir a desejada transparência que garanta o direito de todos à informação e o acesso à documentação da administração, o debate acabou no entanto por trazer para primeiro plano, uma vez mais, a diferença de conceitos e de opinião que separa o Governo dos partidos da oposição.

Enquanto para estes a questão põe-se basicamente, de forma clara, em transformar a transparência em regra, fazendo do segredo uma excepção, para o Governo e para a sua maioria o problema é ligeiramente diferente, passando pelo que disseram ser o **«conteúdo incomensuravelmente amplo»** do artigo constitucional, facto que em sua opinião obriga, disse-o Mário Raposo, a estabelecer **«formas de controlo»** de modo a que o acesso **«não seja incontrolável»**.

Um eufemismo para tentar explicar certamente o carácter fortemente restritivo que caracteriza o projecto do PSD, excluindo do acesso um número vasto de documentos, numa concepção distinta da defendida pela bancada comunista para quem a nova lei corporiza um **«novo contrato social que recusa concentrar no Estado todos os poderes e convida os cidadãos a agir, participar e querer saber»**, implicando simultaneamente **«um novo conceito de Estado e um novo conceito de cidadania»**.

### Arrumar a casa

Uma oportunidade pois, para **«arrumar a casa»** — as palavras são de José Magalhães —, o mesmo é dizer, neste caso, **«eliminar as regras, instruções e práticas governamentais que vedam abusivamente a informação pública, silenciam os funcionários, fecham as portas à imprensa e aos cidadãos indagantes»**, um silêncio imposto que só pode ter sentido para **«encobrir escândalos, proteger o crime, facilitar a corrupção, encorajar novas infracções»**.

Um silêncio, disse-o ainda o deputado comunista, que é paradoxalmente distinto das **«versões oficiais»** desmentidas pelos factos que o Estado hoje difunde como nunca, como nunca **«gastou tantos milhões para dizer aos cidadãos que não há no mundo melhores governantes»**.

**«A perigosa extensão que hoje assume esse subcontinente invisível em que se movimentam aos encontrões os vários serviços de informações, militares e não militares e os departamentos *info* das forças de segurança»**, constitui outro dos aspectos para o qual José Magalhães chamou a atenção, antes de pôr o acento tónico no que considerou ser a necessidade de **«reavaliar as chamadas instruções sobre segurança das matérias classificadas que o Conselho de Ministros tem vindo a aprovar por meras resoluções»**.

Definindo a posição do PCP sobre o problema das alegadas existências de escutas telefónicas, o parlamentar comunista defendeu que a subcomissão na Assembleia para esta questão seja activada e propôs, designadamente, que por ela sejam ouvidos os membros do Governo e outras personalidades que segundo notícias públicas terão sido atingidas por escutas, para adopção das correspondentes medidas.

# Iniciativas legislativas do PCP

### Tapetes de Arraiolos

Assegurar a genuidade dos Tapetes de Arraiolos promovendo simultaneamente a sua defesa e valorização, tais são, em substância, os objectivos do projecto-de-lei do PCP cujo conteúdo foi pormenorizadamente dado a conhecer em conferência de imprensa realizada segunda-feira em Arraiolos, no edifício da Câmara Municipal.

Entrado na mesa da Assembleia na passada semana, o projecto estabelece uma classificação dos tapetes de Arraiolos em quatro qualidades tendo por base o género de bordado usado e a composição do tecido sobre o qual é feito e prevê a criação de um Instituto vocacionado para a sua defesa e valorização ao qual caberá, entre outras atribuições, incentivar e apoiar aquela actividade, prestar assistência técnica, promover estudos e acções tendentes à sua divulgação e, bem assim, desenvolver acções de formação profissional.

Conforme foi sublinhado no encontro com os jornalistas em que participaram os deputados Lino de Carvalho e Joaquim Teixeira, o presidente do Município, Joaquim Miguel, e ainda Jerónimo Loios (vereador) e António Mendes (da CD de Évora do PCP), o tapete de Arraiolos constitui hoje uma das expressões mais genuínas do artesanato regional, facto que não será certamente alheio à crescente reputação que vem conhecendo nos últimos anos, interesse a expansão tanto no País como no estrangeiro.

Com as suas origens remontando aos finais do século XV, o tapete de Arraiolos tem a sua produção centrada na Vila do mesmo nome, actividade que hoje ocupa cerca de duas mil bordadoras, seja trabalhando directamente nas empresas fabricantes, seja executando os tapetes ao domicílio, constituindo-se como um dos principais sectores que anima a vida económica do concelho e um dos que garante mais trabalho regular, embora nalguns casos em condições extremamente precárias.

### Em defesa dos emigrantes

Dois outros projectos-de-lei, estes relativos ao sector da Emigração, igualmente da autoria do Grupo Parlamentar do PCP, deram ainda entrada na Mesa da Assembleia na semana finda.

Num caso, em que se prevê a criação do Conselho Consultivo das Comunidades Portuguesas, visa-se conferir dignidade ao papel cultural e cívico desempenhado pelas comunidades de cidadãos portugueses residentes no estrangeiro, apetrechando-as de um instrumento de intervenção próprio e reconhecendo uma entidade através da qual o Governo possa estabelecer um diálogo privilegiado.

Quanto ao segundo projecto, respeitante ao valor das pensões e reformas a atribuir aos trabalhadores emigrantes sinistrados do trabalho ou que o foram por motivo de doenças profissionais, trata-se de alterar o Artigo 6.º do Decreto-Lei 513-M/79, alteração que vem não apenas colmatar uma grave lacuna existente como também responder às justas reivindicações e aspirações há muito sentidas pelos trabalhadores naquela situação.

### Rede ferroviária

Satisfazer as justas reclamações das populações autárquicas, organismos representativos dos trabalhadores da CP e Sindicatos foi também, e ainda, uma das razões que levou os parlamentares comunistas a apresentar um outro projecto-de-lei onde se suspende o encerramento de linhas, ramais e estações até ser aprovado o Plano Nacional de Transportes.

Entregue já na Mesa da Assembleia, o projecto define no seu articulado as condições a que deve obedecer o dimensionamento da rede ferroviária nacional, garantindo por outro lado o funcionamento da rede existente e defendendo os direitos dos trabalhadores ferroviários.

# Uma reflexão sobre o Alentejo

Do Alentejo e dos seus problemas, das suas gentes e anseios se voltou a falar na Assembleia da República. Foi na passada quinta-feira, no período antes da ordem do dia, com a iniciativa a partir uma vez mais da bancada comunista, desta feita através do seu deputado Luís Bartolomeu.

Tratou-se sobretudo de trazer para primeiro plano as suas enormes potencialidades e riquezas e de as confrontar — ganhando a força de um verdadeiro desmentido — com a imagem alimentada pelos profetas da desgraça e do fatalismo quando estes afirmam que não há lugar no Alentejo para o desenvolvimento e o progresso.

Socorrendo-se de apenas dois ou três exemplos, lembrou Luís Bartolomeu os quilómetros da costa alentejana, potencial de riqueza quer para a captura de toneladas de peixe, mariscos e outras espécies, quer ainda para o incremento do turismo nas suas lindas e despoluídas praias.

«O que falta então para o desenvolvimento da pesca e do turismo da região?», perguntou o deputado comunista, antes de assinalar que idênticas potencialidades turísticas existem no interior do Alentejo, sendo igualmente certo que as autarquias locais estão empenhadíssimas em encontrar soluções.

«Apenas e só vontade política do Poder Central», acrescentou Luís Bartolomeu, indo ao fundo da questão, a mesma vontade política que não tem existido para incentivar o desenvolvimento agrícola, concretizar o empreendimento do Alqueva, apoiar a transformação da cortiça junto da produção ou as riquezas minerais da Neves Corvo e Aljustrel.

Facto tanto mais grave e lamentável quanto é sabido, lembrou-o o deputado do PCP, que a agricultura desempenha um papel importantíssimo na economia da região e que só o projecto do Alqueva representaria um importantíssimo factor para a diversificação da mesma, sem falar dos benefícios decorrentes da exploração energética, da piscicultura; do turismo ou ainda da água potável para as populações.

Trabalhadores

# Jornada de luta hoje e amanhã

Prevê-se para hoje e amanhã uma larga adesão à jornada de luta de âmbito nacional promovida pela CGTP.

Recorde-se que estão em conflito, com recurso à greve e a outras formas de luta, os trabalhadores da CP, com destaque para os maquinistas, os metalúrgicos, alguns sectores da Função Pública, designadamente, os trabalhadores das autarquias locais, e a hotelaria, com elevada adesão.

A questão dos salários (revisão reivindicativa na ordem dos 16 a 18 por cento) continua a ser uma das principais reivindicações do movimento sindical. Juntamente reivindica-se a redução do horário de trabalho, o cumprimento de vários direitos, liberdades e garantias, relacionados com o trabalho, e outras disposições constantes da lei sindical e restante legislação que o patronato e o Governo querem afastar da prática das empresas e de outros locais de trabalho.

Os sindicatos e as organizações representativas (ORTs) dos metalúrgicos têm-se oposto com firmeza à alteração das leis laborais, e defendido com decisão as negociações directas na contratação colectiva, a redução da precariedade do emprego, o diálogo proveitoso com as administrações e o patronato em geral.

No entanto, o recurso ao protesto e à luta permitiram que as revisões salariais tenham subido, em alguns casos, até aos 14 por cento, o que tem sido destacado pelos sindicatos.

Para hoje e amanhã preparam várias iniciativas as organizações intermédias da CGTP, (federações e uniões) a nível de distrito e de sector de actividade.

## MURPI adere

O MURPI, ao aderir à jornada de luta anunciada pela CGTP para hoje e amanhã, apresenta um conjunto de seis reivindicações entre as quais a actualização da **pensão mínima do regime geral** que, segundo o Movimento dos Reformados, Pensionistas e Idosos, **deve passar para 20 500 escudos mensais**, a partir de 1 de Maio próximo.

O MURPI reivindica ainda e exige prioritariamente — são os termos que utiliza — que «as pensões tenham uma actualização intercalar de 3500 escudos»; que «sejam dados aos reformados e idosos medicamentos gratuitos, desde que as suas pensões sejam inferiores ao salário mínimo nacional»; que tenham desconto de 50 por cento em todos os transportes; e que «o MURPI seja considerado parceiro social».

Recorde-se que **a pensão mínima do regime geral é de 17 mil escudos** mensais. O MURPI sublinha que esse valor equivale a um quarto do salário médio base e a menos de metade do salário mínimo nacional.

Depois de acentuar que «ninguém pode viver com tais pensões», e que os preços aumentam de forma acelerada, incluindo as rendas de casa, o MURPI conclui afirmando que «vai estar presente em todas as lutas desencadeadas pelos reformados da CGTP-IN, em unidade», para alcançarem aquilo a que têm direito.

# IV Congresso da USL
# Mais sindicatos do que no anterior

A participação de mais sindicatos no IV Congresso da União dos Sindicatos de Lisboa (USL) do que no anterior foi referida durante os trabalhos da assembleia magna daquela organização intermédia da CGTP-IN como factor de maior representatividade da USL, que em 30 e 31 do corrente, reuniu na Voz do Operário 320 delegados em representação de 59 sindicatos. Dezanove não são filiados da USL.

O Congresso, que aprovou o projecto de programa de acção para os próximos três anos (1990-1993), os regulamentos respectivos e o relatório de actividades, elegeu a nova direcção da USL, tendo Florival Lança sido reeleito, juntamente com os elementos mais responsáveis da actual direcção.

O Congresso, que contou com a participação da Interjovem, dedicou grande parte das suas intervenções e da documentação aprovada aos grandes problemas dos sindicatos, designadamente o nível da sindicalização, que é necessário aumentar, aos despedimentos, às novas condições do trabalho — precarização, etc. — e às lutas actuais que, segundo Florival Lança, se desenvolvem num terreno semelhante ao que conduziu à greve geral de 28 de Março de 1988.

Tudo o que conduziu a essa greve volta a estar na ordem do dia — destacou o coordenador da USL — «porque é grande o desejo do patronato e do Governo de restringir, ou mesmo eliminar, um conjunto de direitos dos trabalhadores e dos sindicatos, que são seu património inalienável, conquistados com o sacrifício e a luta de muitas gerações».

O IV Congresso da USL terminou com uma intervenção de Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP.

## Lisboa pode ficar entregue a estrangeiros

Um dos temas principais do Congresso da USL foi a **regionalização** de Lisboa. Segundo Florival Lança, coordenador, «a região de Lisboa corre o risco de ficar em 1992 com um aparelho produtivo de empresas estrangeiras, dirigido por estrangeiros».

O coordenador da USP sublinhou que não se notam no aparelho produtivo em Lisboa «os efeitos positivos da aplicação de fundos comunitários» (CEE).

O motivo de alarme para aquele sindicalista, que se referia ao ano de 1992, como

# Palestina
# Mensagem sindical

A greve geral convocada contra «a política expansionista das autoridades sionistas» foi apoiada publicamente sexta-feira passada pela direcção da CGTP-IN, que enviou à sua congénere palestiniana uma mensagem de saudação e de apoio, por ocasião do 14.º aniversário do Dia da Terra Palestiniana, com o qual se recorda naquele território o massacre ocorrido há 14 anos, quando manifestantes protestavam contra a expropriação das suas terras pelas «forças sionistas de Israel», como refere numa nota à Imprensa o gabinete de informação da Central.

# CGT em Lisboa

Esteve a semana passada em Lisboa uma delegação ao mais alto nível da CGT (Confédération Général des Travailleurs) francesa. Para conversações com a CGTP, os sindicalistas franceses, Henri Krasucki, secretário-geral, e Michel Davaut, colaborador do sector internacional, deslocaram-se ao nosso país acedendo a um convite da Central portuguesa. **Na foto, Krasucki (à direita) junto de Devaut.**

## Super e hipermercados
# Um salto de 10 para 36% nos últimos cinco anos

### A Fepces, que prepara o Congresso, fala de adequar a organização e a estrutura sindical aos «novos desafios da modernização»

A propósito da preparação do seu IV Congresso, a efectuar este ano em 8 e 9 de Junho, a direcção (Conselho Nacional) da Fepces (Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços) revelou quinta-feira passada que o «comércio de livre serviço — super e hipermercados» — aumentou, num período de «pouco mais de cinco anos», de 10 para 36 por cento a sua quota parte do conjunto das vendas totais do sector. Para a Fepces esse indicador revela a velocidade a que «se está a operar a sua reestruturação».

A Federação, que vai dar início amanhã em Lisboa aos três encontros, agendados para já, a nível pluridistrital — os outros estão marcados para sábado próximo em Coimbra e para 21 do corrente no Porto — a fim de discutir os documentos a apresentar ao Congresso, pretende com esta iniciativa, organizada sob o lema «**Uma resposta sindical aos desafios da modernização**», actuar eficazmente «no quadro da construção do Mercado Único Europeu e da internacionalização da economia portuguesa».

O IV Congresso da Fepces deverá traçar, segundo o seu Conselho Nacional, «as linhas de força da modernização do comércio e dos serviços, as suas consequências ao nível do emprego e das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores do comércio, escritórios e serviços», bem como «**a nova resposta sindical que aquelas alterações exigem**», quer «no conjunto dos conteúdos reivindicativos» — sublinha — quer «no quadro da estrutura e da organização sindical».

O CN da Fepces dá especial atenção às questões do emprego. Segundo o seu departamento para a comunicação social, aquele organismo dirigente, reunido em Lisboa quinta-feira passada, salientou a «existência de novas tendências do mercado de trabalho».

Destaque mereceram da parte do CN a **precarização** no sector do comércio, os **salários** e os horários de trabalho, incluindo o descanso semanal.

A direcção da Fepces pretende uma ampla e participada discussão dos documentos a apresentar ao seu IV Congresso.

O CN apelou, entretanto, à «conjugação e convergência de todas as lutas dos trabalhadores do comércio, escritórios e serviços para a primeira semana de Abril e, particularmente, para uma participação activa nas acções sindicais» agendadas para 5 e 6 do corrente.

# Encontro dos bancários

Os camaradas bancários organizam em Lisboa um Encontro Nacional. Marcada para o próximo dia 21, a iniciativa visa, nomeadamente, «continuar a demonstrar aos trabalhadores o que representa a banca nacionalizada», no que respeita à «garantia dos seus postos de trabalho e outros direitos fundamentais»; combater as medidas de gestão que a pretendem destruir; exigir o diálogo e a intervenção das ERTs (estruturas representativas dos trabalhadores), no que respeita à implementação de iniciativas do Governo e dos conselhos de gestão, para alterações estruturais ou orgânicas; defender a adopção de uma política que garanta maior solidez financeira às empresas e uma mais ampla estrutura que chegue mais rápido e mais perto da população, oferecendo-lhe melhores serviços».

Alguns temas de reflexão colectiva incidirão sobre contratação colectiva, Segurança Social, implantação de novas tecnologias e formação profissional, reivindicação nas empresas e estudo sociológico dos bancários.

PCP

# A nova lei contra a Reforma Agrária

## Nota do Executivo da Comissão Política

**1.** O anúncio público feito pelo Ministro da Agricultura de uma nova lei contra a Reforma Agrária — começada a discutir, segundo a imprensa, no último Conselho de Ministros — prenuncia um agravamento da escalada do Governo do PSD contra as UCP's/Cooperativas Agrícolas e os pequenos agricultores com o objectivo de privatizar toda a terra expropriada e nacionalizada e reconstituir as grandes explorações latifundiárias.

Até ao momento a ofensiva contra a Reforma Agrária, que se processa ininterruptamente há mais de 14 anos, já retirou aos trabalhadores 92% (mais de 1 milhão de hectares) da área inicialmente expropriada, dos quais mais de 200 000 ha ao abrigo da actual lei 109/88.

Pode-se dizer que a Reforma Agrária, concebida e realizada pelos trabalhadores, está hoje seriamente comprometida.

**2.** Mas Cavaco Silva quer ir mais longe: somente ano e meio depois de aprovada a actual lei e a pretexto agora da revisão constitucional, o Governo do PSD não só pretende usurpar às UCP's / Cooperativas Agrícolas os pouco mais de 90 000 ha que ainda exploram como se prepara para expulsar pequenos agricultores das parcelas de terra que lhes foram demagogicamente distribuídas.

Desnacionalizar as áreas dos perímetros de rega nacionalizados ao abrigo do Dec. Lei 407.A/75;

Fazer multiplicar ainda mais as «reservas» pelos diversos membros das famílias dos agrários aceitando como bons todos os expedientes de divisão dos patrimónios indivisos feitos até à data actual;

Retirar as últimas e já de si limitadas garantias legais ainda existentes na actual lei para as cooperativas e os agricultores que têm contratos de arrendamento com o Estado obrigando-os à transferência da relação contratual para os agrários.

São alguns dos traços que têm vindo a público caracterizando a nova lei que o Governo anunciou.

De igual modo o Dec. Lei 103/90 de 22 de Março que desenvolve e regulamenta o regime de emparcelamento e fraccionamentos dos prédios rústicos (e de que já foi requerida a ratificação pelo Grupo Parlamentar do PCP) favorece os grandes proprietários em prejuízo dos direitos dos pequenos proprietários e rendeiros.

Entretanto o PSD já anunciou ter em preparação uma nova lei que insiste na retirada dos baldios aos povos.

É toda uma política com a mesma marca de classe: de privilégio dos grandes interesses fundiários e florestais contra os direitos dos trabalhadores, pequenos agricultores e populações rurais, hipotecando o necessário desenvolvimento equilibrado da agricultura nacional.

**3.** Os diversos pretextos que ao longo dos anos foram usados para justificar os ataques contra a Reforma Agrária, entre os quais a condenável utilização dos pequenos agricultores, estão hoje postos completamente a nu: trata-se de reconstituir a velha estrutura da propriedade latifundiária na sua totalidade procurando de novo submeter a economia da região, os trabalhadores agrícolas e os pequenos agricultores aos interesses dos grandes proprietários.

As consequências não se têm feito esperar: a mais alta taxa de desemprego do País; mais de 60% da superfície agrícola de novo submetida ao regime de absentismo; tendência acelerada para o envelhecimento e despovoamento da região (confirmada pelos próprios dados oficiais); agravamento da dependência alimentar do País; são os resultados da política seguida.

Lançados para o desemprego, o emprego precário e a emigração os trabalhadores da Reforma Agrária têm lutado e resistido.

Enganados com a política do PSD que os pretendeu utilizar contra os trabalhadores das UCP's/Cooperativas Agrícolas e que agora também os quer expulsar da terra, os pequenos agricultores revoltam-se e protestam como sucedeu recentemente em Figueira de Cavaleiros durante uma visita da Comissão Permanente de Agricultura e Pescas da Assembleia da República.

Discriminados no acesso aos projectos e fundos comunitários as cooperativas e os pequenos agricultores verificam que cerca de 98% do investimento tem sido absorvido pelos grandes proprietários e empresas do sector agro-alimentar e florestal, cavando ainda mais o fosso e as desigualdades sociais entre uns e outros e sem que aqueles valores estejam a ser utilizados no sentido de contribuir para as necessárias alterações estruturais que se impõem à agricultura portuguesa.

O Executivo da C.P. do PCP insiste na sua firme condenação da política agrícola que tem sido seguida e, em particular, da política de reconstituição da propriedade latifundiária e de destruição da Reforma Agrária cuja defesa e realização continuam a ser condição necessária para o desenvolvimento e modernização da agricultura, para o progresso do País, para uma verdadeira justiça social.

O PCP, que reafirma a sua solidariedade para com os trabalhadores da Reforma Agrária e os pequenos agricultores, realça o esforço e a luta heróica desenvolvida ao longo de década e meia, reclama o fim da política de Cavaco Silva, chama a atenção das forças democráticas e do País para a situação a que está a ser conduzida uma vasta região do País e a sua agricultura; exorta ao reforço da luta e da solidariedade para com a Reforma Agrária, os trabalhadores e os pequenos agricultores e informa que os deputados do PCP tomarão e apoiarão, no quadro da Assembleia da República, todas as iniciativas que visem impedir a aprovação da nova lei.

2.4.90
O EXECUTIVO DA COMISSÃO POLÍTICA
DO COMITÉ CENTRAL DO PCP

## Viagem ao distrito de Aveiro

# Os comunistas comentam a actualidade da região

Decorreu na passada segunda-feira, no Centro de Trabalho de Aveiro do PCP, uma conferência de Imprensa em que foi dada nota das conclusões da recente reunião da Comissão Distrital de Aveiro do PCP. Neste encontro com a Informação estiveram presentes Sérgio Teixeira, da Comissão Política do CC, Ramiro Silva, do Comité Central e António Salavessa, da CDA do PCP. Coube a Sérgio Teixeira a intervenção de abertura. O dirigente comunista sintetizou e explicou o conjunto de conclusões a que chegou aquela Distrital do PCP, e de que apresentamos já de seguida um apanhado com os aspectos fundamentais.

### Inflação

A organização dos aspectos mais simples do dia-a-dia dos cidadãos tem vindo a ser posta em causa pela política do Governo PSD, salientam os comunistas de Aveiro, que acrescentam:

*Os aumentos dos preços ao consumidor atingiram em Fevereiro a taxa mais elevada dos últimos cinco anos. Esta realidade é a negação do objectivo do combate à inflação propalado pelo 1.º Ministro e representa mais um exemplo do desfasamento entre as palavras e os actos do Governo.*

*Para a maioria dos trabalhadores por conta de outrem esta taxa significa a rápida anulação prática das revisões salariais negociadas na base da inflação prevista. Por tal razão, a CDA do PCP considera ser necessário proceder à* ***revisão dos acordos salariais já concluídos e à apresentação de cadernos reivindicativos nas empresas*** *para impedir a degradação dos salários reais e a diminuição da parte dos salários na distribuição do rendimento nacional, ao mesmo tempo que defende a* ***actualização dos valores do salário mínimo nacional, das pensões e das reformas.***

### Ofensiva contra os trabalhadores

A demonstração das reais possibilidades de actualização de salários é dada pela disposição do patronato em «comprar» direitos dos trabalhadores. Apesar da resposta destes ter sido de recusar estas manobras é importante manter a determinação e a unidade de pois só a luta, desenvolvida de acordo com as situações concretas de cada empresa ou sector, impedirá a perda de direitos já alcançados. Por outro lado, há que desenvolver acções no sentido do aprofundamento dos direitos existentes, quer no que diz respeito à diminuição do horário de trabalho quer à diminuição da idade da reforma, alerta a Comissão Distrital de Aveiro do PCP.

No distrito de Aveiro, prossegue a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores utilizando os velhos métodos da «habilidade», da hipocrisia e da discriminação, refere aquela Distrital, que acrescenta:

Como a lei impede que após o despedimento de um contratado a prazo possa ser admitido um trabalhador para o mesmo posto de trabalho, a «habilidade» consiste em mudar o trabalhador a despedir para um «posto de trabalho» desnecessário antes do despedimento.

### Hipocrisia

O exemplo da hipocrisia vem da **Arrifana** (Feira) onde a empresa Recor faz anunciar na missa que precisa de trabalhadores, na altura em que procede a despedimentos.

A discriminação de dirigentes e activistas sindicais e de membros de Comissões de Trabalhadores continua a ser uma prática do patronato mais retrógrado. Na Salvador Caetano (Toyota) — cujo patrão está sendo muito publicitado como aderente ao PSD — ser ou não ser activista representa dezenas de contos de diferença no salário mensal. Assume por isso **grande significado a iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República de apresentar um projecto de lei sobre a protecção aos representantes dos trabalhadores**.

A CDA do PCP reafirma o seu repúdio pelas situações de instabilidade e precariedade do emprego, de encerramento de empresas, de trabalho infantil, de trabalho domiciliário e de discriminação de activistas sindicais, que continuam a verificar-se e, nalguns casos, se acentuam.

### Sobre a degradação de valores

A CDA chama a atenção e manifesta a sua preocupação pela evidente degradação de valores que se exterioriza na multiplicação, no distrito, de actividades marginais, ilícitas e criminosas, actividades sobre as quais a comunicação social se tem debruçado insistentemente.

A proliferação do consumo de droga, da prostituição, de roubos, de assaltos e de homicídios, juntam-se a rede de contrabando (Aveiro/Conection), os rebentamentos de bombas em Albergaria-a-Velha e em Sever do Vouga, as presumíveis fraudes do Grupo Amorim na utilização dos dinheiros do Fundo Social Europeu e os casos de corrupção na utilização indevida dos fundos de formação profissional em S. João da Madeira em que apareceram envolvidos destacados elementos do PSD. Em alguns destes casos evidencia-se uma preocupante tendência no aproveitamento para fins ilegais de posições no aparelho de Estado.

Tais ocorrências têm propiciado no exterior do distrito uma imagem que não corresponde à realidade da maioria da sua população, a imagem da selva e do vale tudo.

A CDA do PCP não subscreve a opinião daqueles que afirmam que a comunicação social não deveria dar destaque a tais factos. Pelo contrário, pensa que ela pode ir mais longe na denúncia das situações e na busca das suas causas profundas, que, quanto a esta Comissão, residem particularmente na intensificação da exploração associada à política de restauração dos grupos monopolistas seguida pelo Governo de Cavaco Silva.

### Desenvolvimento integrado

A observação da evolução do distrito de Aveiro nos seus diferentes aspectos — político, económico, social, cultural, ambiental — e a constatação das contradições que surgem entre estes, comprovam a incapacidade do crescimento económico gerar automaticamente a evolução positiva dos restantes aspectos da vida.

A necessidade de aprofundar o conceito de desenvolvimento integrado e a urgência de um projecto concreto para a nossa região é cada vez mais sentida por diversos sectores e instituições do distrito. Os órgãos de poder mantêm-se alheios a esta questão sendo responsáveis pelo entravar da regionalização, avançando com medidas que contrariam aquele objectivo, nomeadamente a divisão do distrito por duas CCRs e uma série de actos avulsos nos planos da administração escolar, das comunicações e dos serviços agrícolas, que transferem para outros distritos capacidades de decisão e intervenção antes sediadas no distrito de Aveiro.

### Jornada de Reflexão em Junho

A Comissão Distrital de Aveiro do PCP, ciente das suas responsabilidades perante a população do distrito, irá promover a realização de uma **Jornada de Reflexão pelo Desenvolvimento Integrado do Distrito de Aveiro** subordinada ao tema Região de Aveiro — Realidades e Perspectivas.

Esta Jornada de Reflexão, a realizar em Aveiro, em Junho, será uma iniciativa aberta à participação e intervenção de todos quantos estejam interessados em contribuir para aprofundar o conhecimento da realidade distrital e para elaborar propostas de resolução dos problemas visando o efectivo desenvolvimento do distrito aveirense.

**A CDA do PCP manifesta também a sua disponibilidade para a discussão da situação actual com outros democratas, partidos democráticos e instituições**, que estejam dispostos a desenvolver acções de denúncia dos problemas e de formulação de soluções para uma efectiva alternativa às actuais condições de vida na nossa região.

### A situação no PSD

Multiplicam-se os sintomas que evidenciam a existência de uma profunda crise nas estruturas do PSD no distrito. Às questões relacionadas com as eleições na AIDA e com os resultados das eleições autárquicas juntaram-se, recentemente, novos episódios, à volta das eleições para a Comissão Política Distrital e para diversas Comissões Concelhias.

A guerra entre grupos de interesses e personalidades tem extravasado para o terreiro público, com notícias de expulsões e demissões do PSD envolvendo também o Governador Civil do distrito que se encontra demissionário do cargo.

A Comissão Distrital de Aveiro do PCP já repudiou, por mais do que uma vez, a partidarização do cargo de Governador Civil — cargo que não significa delegado do PSD no distrito. Mas os acontecimentos demonstram que tal partidarização continua a verificar-se e que, paralelamente, aumenta a utilização dos cargos públicos para a actividade e a propaganda do PSD, particularmente desde que o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e o presidente da Comissão Política Distrital do PSD são a mesma pessoa.

# Decq Mota esteve no Canadá

Esteve recentemente no Canadá (Toronto e Montreal) o camarada **José Decq Mota**, membro suplente da Comissão Política, coordenador da DORAA do PCP.

Durante esta visita de 12 dias José Decq Mota cumpriu um intenso programa de trabalho do qual destacamos participação em Toronto numa sessão pública sobre a realidade específica dos Açores, nas comemorações do dia Internacional da Mulher promovidas pela Associação Democrática Portuguesa e num almoço comemorativo do 69.º aniversário do PCP promovido por simpatizantes residentes nessa cidade.

Decq Mota esteve também em Montreal numa sessão sobre a realidade açoriana promovida pela Casa dos Açores.

Para além destes actos públicos, visitou inúmeras associações portuguesas nas duas cidades, avistou-se com o cônsul de Portugal de Montreal, foi recebido em escolas portuguesas e na missão católica de St. Cruz de Montreal, encontrou-se com o secretário-geral do Partido Comunista do Canadá, foi recebido pelo vereador Martinho Silva, da Câmara Municipal de Toronto e trocou impressões informais com inúmeros membros de ambas as comunidades.

Durante a sua estadia José Decq Mota recebeu e aceitou diversos convites, de natureza social, dirigidos por conterrâneos residentes no Canadá e concedeu entrevistas a estações de televisão e rádio com programas em língua portuguesa em Toronto e Montreal.

XIII CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO PCP

# O Congresso do PCP

Feita a apreciação da programação do trabalho preparatório do XIII Congresso (Extraordinário) do PCP e das acções já efectuadas, a CDA do PCP considera que os cerca de 80 plenários e outras reuniões previstos, para além das 21 assembleias plenárias para eleição dos 46 delegados da Organização Distrital e de duas reuniões distritais (professores e quadros do movimento operário), criam as condições para um efectivo debate interno das questões em análise.

Existe a necessidade de uma maior informação aos trabalhadores e à população em geral sobre realização do Congresso, suas causas, objectivos e Teses em discussão. Daí que a CDA do PCP considere de grande importância a realização, na semana de 2 a 8 de Abril, de acções de informação e de divulgação junto da população, integradas numa jornada nacional. De interesse é também a realização de dois debates públicos previstos para **Ovar** e para **Espinho.**

**A CDA do PCP apela a todos os militantes da Organização Distrital para que participem, sem excepção, nas reuniões e acções preparatórias do XIII Congresso (Ext) do Partido. Registando que mais de 800 militantes e simpatizantes tomaram parte, nos diversos concelhos do distrito, em 61 reuniões ou iniciativas durante o mês de Março, a CDA do PCP pugna por uma ainda maior participação no período que antecede o Congresso.**

**Ao trabalho!**

Porto

# Intelectuais debatem ideal comunista

«O ideal comunista constitui a mais importante e poderosa força emancipadora e transformadora do século XX, que verdadeiramente alterou a face do mundo desde 1917 e que exerceu uma profunda influência na história nacional e na configuração política, económica e social do Portugal democrático contemporâneo», foi afirmado por Edgar Correia, da Comissão Política do CC, do PCP, no decorrer de um debate com intelectuais comunistas do Porto, no passado sábado.

Durante cerca de quatro horas, houve possibilidade de troca de opiniões sobre o tema proposto à discussão pelo Sector Intelectual do Porto, no âmbito da discussão preparatória do Congresso do Partido: **«O ideal comunista, a identidade e os estatutos do PCP. A organização e reforço do Partido. O papel dos intelectuais».** Questões como a natureza de classe do Partido, os limites da classe operária na actualidade, o centralismo democrático estiveram no centro do debate.

O período que se está a viver, de crises tumultuosas em vários países socialistas, com processos ainda marcados pela instabilidade e pela indeterminação, torna naturalmente necessário que se proceda a uma reavaliação do saldo do nascimento e construção do socialismo e da sua projecção mundial ao longo do século XX, referiu Edgar Correia a dado passo. «Os erros, as deformações, o afastamento e a infracção de objectivos e princípios revolucionários, constituem sérias derrotas do socialismo, que mostram que a edificação da nova sociedade é um processo mais difícil, complexo e demorado que o previsto, mas não invalida a justeza e a validade do ideal comunista, quer como projecto para o futuro, de uma sociedade altamente desenvolvida em que estejam abolidas a exploração do homem pelo homem, as injustiças sociais e todas as formas de opressão política, social e nacional, quer como movimento de crítica, de luta e transformação do presente», afirmou.

«Os propagandistas do imperialismo, sectores da social-democracia e até elementos capitulacionistas que se manifestam no seio dos partidos comunistas têm-se apressado a retirar dos acontecimentos que se vivem em vários países socialistas a conclusão de que o socialismo faliu e de que o capitalismo «moderno» seria o único sistema capaz de resolver os problemas da humanidade. Numa linha ideológica mais refinada, chegam até a afirmar que o socialismo e o capitalismo estão num processo de convergência, e a defender o objectivo da «fusão» do comunismo e da social-democracia», disse ainda Edgar Correia para, logo de seguida afirmar que «nós refutamos inteiramente tais "interpretações" e concepções oportunistas. Uma visão global do processo histórico e da realidade contemporânea comprova que não é o capitalismo mas o socialismo que poderá resolver os problemas de toda a humanidade.

BRAGANÇA

# Encontro de eleitos

Decorreu no passado domingo, no auditório da Escola Secundária de Mirandela, um Encontro de Eleitos da CDU do Distrito de Bragança, que contou com a participação de membros de autarquias dos concelhos de Bragança, Mirandela, Macedo de Cavaleiros e Vila Flor.

O Encontro foi presidido pelos camaradas Serafim Brás, membro do Comité Central do PCP, Rui Tadeu, presidente da Junta de Freguesia de Vilas Boas-Vila Flor, e David Garrido, membro da Assembleia Municipal de Mirandela.

Convocado para discutir o trabalho dos eleitos da CDU no presente mandato e debater a intervenção dos comunistas e seus aliados na resolução dos problemas locais, o Encontro decidiu, entre outros aspectos:

- Aprofundar a troca de experiências entre eleitos da CDU e melhorar o trabalho de informação junto das populações;
- Apoiar todas as iniciativas no sentido de exigir do Governo e das Câmaras Municipais uma maior descentralização de competências e verbas para as freguesias;
- Exigir da Assembleia da República o desbloqueamento do processo de criação das regiões administrativas;
- Lutar em todos os órgãos em que haja eleitos da CDU pelo funcionamento democrático das autarquias locais;
- Apelar à participação dos eleitos da CDU no próximo Congresso da ANAFRE.

No Encontro foram ainda discutidos alguns dos problemas da região e concluiu-se da necessidade de os eleitos da CDU intervirem nos órgãos autárquicos em que estejam presentes (Juntas e Assembleias de Freguesia e Assembleias Municipais) na defesa da linha férrea do Tua. Foi ainda decidido estudar a proposta de criação da freguesia de Gôlfeiras (Mirandela), a apresentar na Assembleia da República.

Nacional

# Câmara de Lisboa fomenta iniciativas dos jovens

A grande aposta da Câmara Municipal de Lisboa para 1990 no pelouro da Juventude é a criação na cidade de espaços-projecto abertos à concretização de iniciativas de jovens - anunciou o vereador responsável por esta área, Rego Mendes, num encontro com representantes de mais de duas dezenas de associações juvenis e juntas de freguesia, realizado no dia 28 de Março.

Os espaços-projecto serão postos à disposição de jovens que se candidatem com projectos culturais ou desportivos. Paralelamente, existirão espaços de utilização permanente, com actividades dirigidas à juventude.

Na véspera, e também para assinalar o dia nacional da juventude, o presidente da Câmara, Jorge Sampaio, debateu com cerca de uma centena de jovens as orientações da CML para esta área.

### Cascais

A CM de Cascais aprovou por unanimidade uma proposta do vereador da CDU Carlos Sota, responsável pelo pelouro do trânsito, sobre parqueamento, sinalização e toponímia em loteamentos e urbanizações. A responsabilidade de apresentar os projectos sobre estas questões é, a partir de agora, dos urbanizadores, bem como os encargos financeiros correspondentes.

# JCP em Leiria quer motivar para agir

**«Motivar para agir» foi o lema da 5ª Assembleia Distrital de Leiria da Juventude Comunista Portuguesa, que reuniu no dia 24 de Março mais de 70 jovens. Para sábado, 7 de Abril, está marcado o plenário distrital de jovens trabalhadores.**

A Assembleia salientou a necessidade de a JCP manter uma linha de acção e intervenção virada para o movimento juvenil. Além do plenário de sábado, vai realizar-se ainda em Abril uma iniciativa integrada na preparação do XIII Congresso do Partido. Os jovens comunistas de Leiria pretendem também levar a cabo outras iniciativas de debate e informação sobre assuntos de interesse juvenil.

Na Assembleia - que aprovou uma saudação ao próximo Congresso do PCP e apelou à participação dos jovens nas comemorações do dia nacional da juventude (28 de Março), do 25 de Abril e do 1º de Maio - foi destacada a necessidade de participar activamente nos encontros nacionais da JCP previstos para este fim-de-semana (Ensino Secundário, ver **Em Foco**) e para 29 de Abril (juventude trabalhadora).

Os participantes na Assembleia tiveram ainda oportunidade de debater questões internacionais com o jornalista Alberto Vilaverde Cabral. No final, jovens músicos dos distritos de Leiria e Lisboa animaram um café-concerto.

Em **Peniche** abriu dia 31 de Março o «Hyper-Jovem», que contou, logo nessa primeira noite, com a participação de mais de cem pessoas. Promete funcionar todos os sábados à noite, no salão do PCP, com música e exposições como pretexto para o convívio.

Em **Coimbra** a JCP comemorou o dia nacional da juventude realizando abordagens a jovens trabalhadores de algumas empresas do distrito, com o objectivo de aprofundar o conhecimento dos problemas, dar a conhecer as suas propostas e divulgar o primeiro encontro nacional de jovens trabalhadores comunistas.

# Montijo critica Lei de Bases da Saúde

**A proposta de Lei de Bases da Saúde apresentada na Assembleia da República pelo Governo «reveste-se de um substancial agravamento relativamente à actual legislação»** - afirma a Câmara Municipal do Montijo numa moção que aprovou sobre o assunto.

Para o executivo montijense o Governo pretende, «à luz da revisão da Constituição, aprovar na AR uma lei que não só significa o desmantelar da legislação em vigor para o Serviço Nacional de Saúde, como lhe altera toda uma filosofia que o sustenta».

Isto sucede - recorda a moção - quando a revisão constitucional apenas alterou, nesta matéria, a expressão «gratuito» para «tendencialmente gratuito». Por isso, a CM do Montijo considera «abusivo e inconstitucional que se parta desta alteração para uma alteração profunda da filosofia que caracteriza o actual Serviço Nacional de Saúde».

Parlamento Europeu

# Assembleia Paritária ACP-CEE propõe conferência mundial para o desenvolvimento

A Assembleia Paritária ACP-CEE reunida recentemente em Port Moresby (Papua, Nova Guiné), aprovou uma resolução em que se pede à Comunidade e aos Estados-membros que promovam a realização de uma conferência mundial para o desenvolvimento, em 1991, com o objectivo de analisar os grandes problemas que afectarão na próxima década cerca de 80 por cento da humanidade. Essa conferência deverá visar o apoio eficaz aos esforços de desenvolvimento do «terceiro mundo» com base na promoção das suas capacidades humanas, a expansão da sua base produtiva e o desenvolvimento das suas estruturas, de modo a reduzir a extrema dependência desses países em relação ao comércio e aos financiamentos externos e orientar a sua economia para a satisfação das enormes necessidades dos respectivos povos.

De acordo com a referida proposta, a realização de uma tal conferência deverá ter em conta a necessidade de prestar uma ajuda substancial e a longo prazo, tanto financeira como técnica, à cooperação regional desses países, e contribuir para o restabelecimento da respectiva soberania, nomeadamente através da redução do peso da dívida externa.

Para a concretização destes objectivos, a Assembleia Paritária ACP-CEE reiterou o seu apelo à comunidade internacional para que anule a dívida pública dos países menos desenvolvidos e convidou os Estados-membros da Comunidade Europeia a anular a dívida dos Estados ACP à CEE, assim que se verifique um aumento importante do crescimento económico comunitário no âmbito da realização do mercado único.

Consideraram os participantes na Assembleia que essa atitude, que privilegia o desenvolvimentos dos homens e o desenvolvimento nacional a longo prazo, justifica-se tanto mais quando é certo que permitirá aos trabalhadores dos países ACP participar no desenvolvimento dos seus países em vez de se expatriarem à procura de um emprego na Europa.

## Os países ACP e o mercado único

A importante resolução a que vimos fazendo referência, inscreve-se na análise dos efeitos do mercado único nos países ACP (África, Caraíbas e Pacífico), que não pode deixar de ter em consideração «as dramáticas condições de vida das populações da maioria dos países» em causa e o seu «agravamento na década de 80, ao ponto do Secretário-geral da Organização de Unidade Africana ter falado de *década dos anos perdidos*».

Os números são elucidativos: em relação a África, as Nações Unidas estimam que se registou uma perda de 25 por cento do poder de compra e que 85 por cento da população vive abaixo do nível de pobreza.

Desde a Conferência de Paris sobre os «países menos avançados», realizada em 1981, o número de países africanos nestas condições de extrema pobreza não só não diminuiu com aumentou em mais um terço! No mesmo período, a produção agrícola na maioria dos países ACP diminuiu, o que teve como consequência um aumento considerável das importações de bens alimentares e, logo, um aumento da dependência externa.

Se a esta situação se acrescentarem as políticas de austeridade impostas pelo Fundo Monetário Internacional e a Banca Mundial, que atingiram essencialmente os orçamentos da saúde e da educação, fundamentais para o desenvolvimento, fácil se torna concluir o estado de estagnação e retrocesso a que ficaram sujeitos os países ACP.

Na sua análise, a Assembleia Paritária refere ainda que «sob o triplo efeito da queda dos preços das matérias-primas nas bolsas de comércio ocidentais, do desinvestimento e das restrições draconianas ligadas ao reembolso da dívida com taxas de juro muito elevadas, os países pobres entregam muito mais fundos aos países desenvolvidos e aos respectivos bancos do que aqueles que recebem de crédito, o que representa uma verdadeira escalada de empobrecimento e de sub-desenvolvimento».

O que é de resto ilustrado com o facto de 95 por cento das exportações ACP para a Comunidade europeia serem compostas por matérias-primas e produtos de base agrícola e 80 por cento das exportações da Comunidade para os ACP serem produtos manufacturados.

E o que é lamentável - como foi salientado na Assembleia - é que a nova Convenção de Lomé IV não tenha em atenção muitos dos aspectos acima referidos.

## Medidas urgentes

Considerando que as disposições específicas da Convenção de Lomé não bastam para atenuar as inquietações dos países ACP quanto às consequências do mercado único de 1992 sobre a sua população, a sua economia e a sua cooperação com a Comunidade Europeia, a Assembleia apela à tomada de novas medidas que possam contribuir para o desenvolvimento daqueles países. Assim, neste contexto, propõe-se que durante o período de dez anos abrangidos pela Convenção se realize, de dois anos e meio em dois anos e meio, um balanço dos efeitos perceptíveis da aplicação do mercado único, a fim de se proceder às correcções e alterações necessárias à harmonização das suas promessas e da realidade das relações CEE-ACP.

No mesmo contexto, e para além de medidas de estabilização dos preços das matérias-primas a um nível compensatório para os produtores, a Assembleia reiterou a sua proposta de criação de um Banco de Desenvolvimento ACP-CEE para os países ACP que nele desejem participar, englobando um fundo bilateral de garantia dos investimentos ACP-CEE.

Finalmente, e com o objectivo de sensibilizar a opinião pública para estes problemas, a Assembleia propôs ao Presidente da Comissão Europeia e aos co-presidentes do Conselho de Ministros ACP-CEE que mobilizem as grandes cadeias de televisão da CEE para que promovam um amplo debate pluralista, a difundir em simultâneo em toda a Europa, sobre a cooperação Norte-Sul.

De referir, como curiosidade, que esta resolução foi adoptada com os votos contra dos representantes democrata-cristãos, conservadores e liberais.

## Debate sobre Timor-Leste sob pressões da Indonésia

A Indonésia e a Austrália, através de inadmissíveis ingerências junto do governo da Papua - Nova Guiné, impediram a aprovação de uma proposta de resolução sobre Timor-Leste, no decurso da Assembleia Paritária ACP-CEE.

O texto de compromisso, resultante do acordo entre as quatro propostas de resolução apresentadas por Maria Belo (socialista), Telkamper (verdes), Van Putten (socialista holandesa) e Barros Moura (em nome dos Grupos Coligação de Esquerda e Esquerda Unida Europeia), merecia o apoio da maioria dos participantes na Assembleia. No entanto, dadas as graves pressões da Indonésia sobre o governo da Papua no sentido de impedir a aprovação da resolução no seu território, o grupo ACP anunciou que votaria contra, em solidariedade com a Papua, caso o documento fosse posto à votação, o que impediria a sua aprovação.

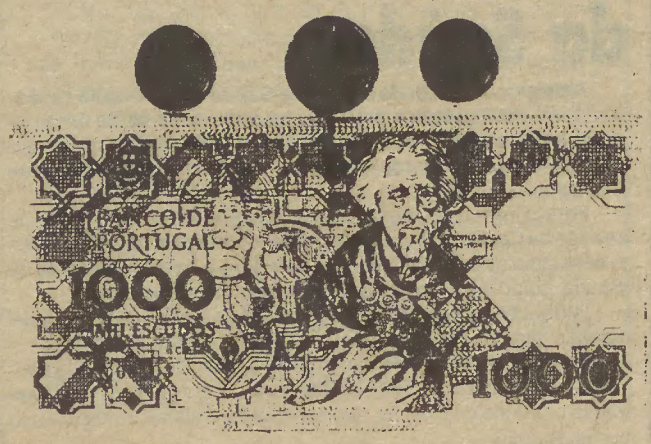
Nestas circunstâncias, os signatários do compromisso, denunciando embora as ilegítimas pressões da Indonésia que condicionaram a liberdade de decisão dos ACP, decidiram que a proposta de resolução será votada na reunião a realizar em Roma, no mês de Setembro.

A proposta de resolução, entre outras coisas, condena uma vez mais a «ocupação ilegítima de Timor-Leste e as contínuas violações dos direitos do homem e exige o reconhecimento por todos os Estados do direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação, à autonomia cultural, à liberdade de utilizar os seus recursos naturais e à independência».

# União Monetária avança na Irlanda

Os ministros das Finanças dos doze Estados-membros da Comunidade Económica Europeia estiveram reunidos no passado fim-de-semana em Ashford Castle, na Irlanda, num encontro *informal* para debater questões relacionadas com a União Económica e Monetária (UEM).
A reunião, que contou com a presença de Jacques Delors, parece ter resultado num consenso geral sobre o processo de integração económica. Até a Grã-Bretanha, país tradicionalmente hostil ao avanço da UEM, está agora numa posição distinta, ou porque o ministro das Finanças britânico se colocou contra Thatcher ou porque esta mudou de opinião.

Integrada na preparação da Conferência sobre a UEM prevista para o final do ano, a reunião de Ashford Castle abriu caminho para a criação de plataformas gerais fundamentais ao processo em curso, que assim entra numa fase, segundo Delors, «irreversível».




Em concreto, os ministros dos Doze acordaram na formação de um Banco Central Europeu, independente dos Estados-membros, bem como na transformação do Ecu em moeda propriamente dita, ao invés de continuar com o mero estatuto de unidade de conta.

Por outro lado, e embora subsistam divergências de fundo sobre os métodos a adoptar até à concretização da união económica e monetária, designadamente no respeitante à política orçamental, aos poderes que continuarão na dependência das autoridades nacionais e nas políticas de acompanhamento, tudo aponta para que até ao final do ano o processo entre numa fase decisiva. No seu programa de trabalho para o corrente ano, a Comissão das Comunidades afirma que «prosseguirá de forma muito activa a execução da vigilância multilateral para a convergência das políticas e dos resultados económicos», propondo-se examinar «as implicações institucionais e as questões colocadas pela UEM».

Questões que diferem, naturalmente, de Estado para Estado, com particular incidência nos de maior debilidade económica, como é o caso de Portugal.

O ministro das Finanças português, Miguel Beleza, participou na reunião e mostrou-se bastante confiante nos seus projectos, salientando designadamente a importância da nova Lei Orgânica do Banco de Portugal que, uma vez aprovada, porá termo a todos os privilégios que o Estado detém em matéria de financiamentos. As consequências para os portugueses, essas, mantêm-se no segredo dos gabinetes. O que está na origem, de resto, duma interpelação ao Governo na Assembleia da República, de que se dá conta noutro local.

## Fundos estruturais

Mas enquanto as superiores estruturas comunitárias se dedicam ao debate de projectos de fundo, como a UEM, cujas consequências nacionais estão longe de estar claramente definidas, no Parlamento Europeu os deputados debatem-se com questões menos transcendentais mas bem mais ligadas aos problemas do dia-a-dia.

É o caso, por exemplo, da análise do relatório Tomlinson, sobre a revisão das perspectivas financeiras, a que o «Avante!» já fez referência a semana passada.

Ao intervir no debate, o deputado do PCP, Joaquim Miranda, voltou a salientar a necessidade da duplicação efectiva e não meramente teórica dos fundos estruturais, de fundamental importância para a redução das diferenças entre os países comunitários.

No contexto estritamente institucional e de curto prazo em que se situa a presente revisão das perspectivas financeiras, como fez notar Joaquim Miranda, é um facto incontroverso que, em si mesma, ela dá resposta às repetidas exigências que o Parlamento Europeu formulou no sentido da sua concretização.

Mas este aspecto, embora positivo, «não pode fazer-nos esquecer que o quadro financeiro definido pelo Acordo Interinstitucional está hoje, em larga medida, ultrapassado». E isso porque às questões que com ele se pretende dar resposta, decorrentes do Acto Único, outras se lhe juntaram, nomeadamente com a evolução dos países de leste, pelo que se torna necessária uma revisão muito mais ampla do que a aquela a que agora se procede.

É que as exigências financeiras «não deverão ser satisfeitas à custa da compressão de outras anteriormente assumidas e necessárias», sobretudo quando «continuam a ser diversas as áreas e sectores, ao nível comunitário, que não encontraram nem encontram resposta satisfatória com a revisão financeira de 1988».

O que coloca ainda com maior acuidade a necessidade de que os fundos estruturais sejam efectivamente duplicados, o que não tem sucedido «pela forma incorrecta como vêm sendo efectuados os ajustamentos técnicos, relativamente ao PIB e à inflação».

Como disse Joaquim Miranda, «não podemos aceitar que, pela utilização de valores abaixo da inflação efectivamente verificada, os fundos estruturais estejam já 277 milhões de Ecu's abaixo dos que resultariam da aplicação dos valores reais da inflação, em prejuízo, obviamente, dos países menos desenvolvidos».

Internacional

URSS

# Nacionalidades, economia, PCUS *tudo em debate*

A questão da Lituânia mantém-se como um problema candente no complexo quadro político actual da URSS, pela situação de tensão que gerou. Mas outras são, em simultâneo, as linhas de desenvolvimento da vida sociopolítica e económica soviética. Os problemas de etnias e nacionalidades estão a ser debatidos por toda a parte, nomeadamente no grande Norte. Enfrentam-se questões económicas particularmente agudas. Prepara-se o próximo Congresso do PCUS.

Na Lituânia, o presidente do Parlamento, Vytautas Landsbergis, respondeu à mensagem de Gorbatchov, pedindo a abertura de negociações, mas sem corresponder à exigência de uma anulação prévia da declaração de independência.

Em mensagem anterior de Gorbatchov ao parlamento lituano, o dirigente soviético referia a declaração da independência, a 11 de Março, e as acções posteriores como «uma iniciativa contrária à Constituição da União Soviética e um desafio aberto e um insulto a toda a União».

Gorbatchov exorta os parlamentares lituanos a revogarem as decisões ilegais e a adoptarem as vias constitucionais para a «demissão de todos os problemas». Moscovo não se opõe a possíveis declarações de independência das Repúblicas da União, mas condiciona tais decisões ao cumprimento da lei, agora em elaboração, com que se pretende garantir que a independência corresponda à vontade maioritária das populações e que sejam acautelados os mútuos interesses económicos, e outros.

Os factos parecem indicar que, no mínimo, há quem receie passar por esta prova e este diálogo, entretanto inultrapassável, quanto mais não seja pelo intrincado de laços económicos que unem a Lituânia ao conjunto da União.

Num outro ponto nevrálgico dos problemas nacionais e étnicos, Nagorni Karabakh, regista-se uma diminuição da tensão.

Após dois meses de greves, com sérios reflexos na economia da URSS, as empresas industriais de Nagorni Karabakh retomaram a laboração, e os transportes públicos voltaram à normalidade. Continua ainda a vigorar, no entanto, o estado de emergência.

As questões nacionais e étnicas estão hoje a ser abordadas de forma múltipla, e não apenas pontual. Enquanto se avança no processo que levará à criação de facto de uma Federação, com ampla autonomia das Repúblicas, nomeadamente no plano económico, o Soviete Supremo criou um Comité estatal para os problemas étnicos, que se vai ocupar dos problemas relacionados com a elevação do estatuto jurídico das autonomias nacionais, o restabelecimento dos direitos dos povos reprimidos sob Estaline, a ajuda ao desenvolvimento das culturas e da economia das minorias étnicas e a coordenação da acção dos Ministérios e departamentos no tocante às relações entre as nacionalidades.

Em simultâneo com a criação deste Comité, realizava-se no Kremlin um Congresso das minorias étnicas do Norte, em que estavam representados 26 povos cuja população se cifra num total de 180 mil pessoas. Alguns destes povos não ultrapassam os escassos milhares. O Congresso analisa a situação política e socio-económica das minorias étnicas e as perspectivas do seu desenvolvimento. Na mensagem enviada por Gorbatchov, o presidente soviético manifesta a certeza de que este forum contribuirá para a preservação do «habitat» dos povos autóctones do Norte.

## Prioridade às questões económicas

A dinamização da reforma económica na URSS será o grande tema em debate na segunda reunião do Conselho presidencial, organismo de trabalho agora criado, adjunto à presidência, e encarregado de discutir todas as questões da política interna e externa do país, elaborar propostas e participar na tomada de decisões.

Na verdade, os problemas económicos assumem hoje carácter particularmente agudo. Na primeira sessão de respostas do governo às perguntas dos deputados no Parlamento soviético, prática que será agora institucionalizada, com carácter periódico (mensal), as questões económicas foram tema central.

O crescimento das potencialidades transformadoras no campo, encontra-se muito atrasado relativamente às necessidades, afirmou nesse encontro com os deputados, Vladilen Nikitin, vice-presidente do Conselho de Ministros da URSS, dando assim particular ênfase às tendências negativas que ainda se estão a registar no campo.

A carência de artigos de amplo consumo foi outro dos assuntos em foco na sessão. Aleksandra Biriukova, responsável pela área de desenvolvimento social, fez um balanço da situação, cujas perspectivas considerou entretanto optimistas.

Nos primeiros dois meses deste ano, disse, o fabrico de artigos de grande consumo aumentou 6%, relativamente ao mesmo período do ano anterior, apesar dos planos não terem sido cumpridos devido à situação de instabilidade que se vive no país. De acordo com as previsões, no ano em curso a produção destes artigos deverá aumentar 20 por cento em comparação com o ano passado.

No próximo 25 de Abril, Nikolai Rijkov, presidente do Conselho de ministros da URSS, apresentará ao Parlamento um relatório sobre o programa de saneamento da economia elaborado pelo governo.

## Democracia o caminho da perestroika

«Estou convencido de que o êxito da perestroika pode ser garantido pela implementação de uma política consequente de aprofundamento e desenvolvimento dos processos democráticos na nossa sociedade», disse Mikhail Gorbatchov, ao intervir na primeira reunião do Conselho presidencial da URSS.

«A nossa perestroika é uma revolução — disse ainda o dirigente soviético — mas uma revolução especial. É a primeira revolução social e de grande envergadura na história com carácter pacífico. Uma das principais tarefas da nossa sociedade consiste em não se desviar do caminho da não-violência, quebrando de modo revolucionário as velhas estruturas sociais, e criar barreiras intransponíveis para as forças que atiçam a confrontação, os conflitos internos, a intolerância mútua e as discórdias étnicas».

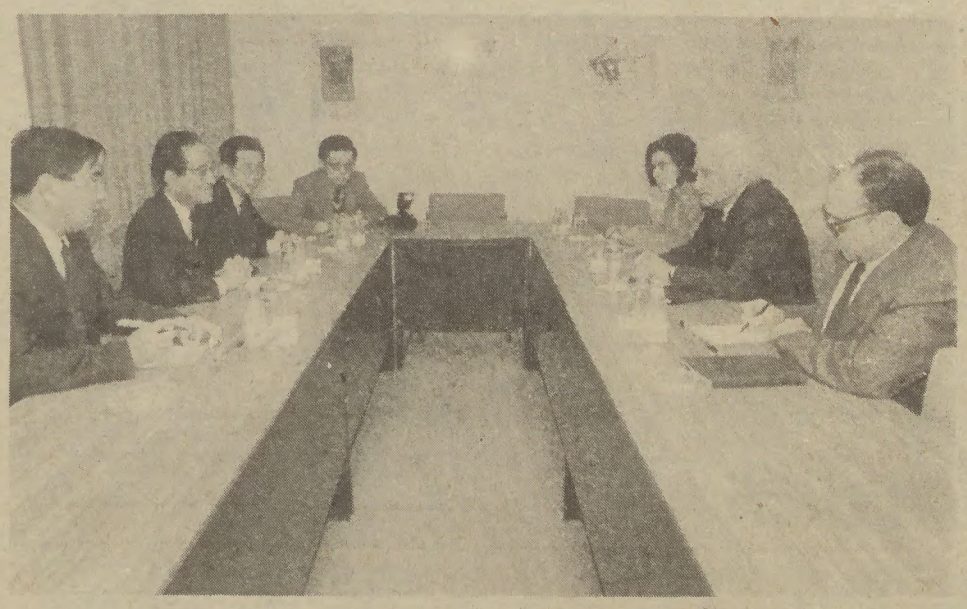
Esta afirmação dos princípios da democracia e dos meios exclusivamente políticos, como via única da perestroika, e a própria implementação do processo revolucionário, exige, como é sabido, a transformação, em curso, do PCUS.

Na preparação dos trabalhos do Congresso, foi entretanto divulgado o projecto dos novos estatutos, em que nomeadamente se afirma que o funcionamento do partido assenta no centralismo democrático, sendo que, entretanto, «a minoria tem o direito de defender a sua posição, fixar nos protocolos pareceres particulares e exigir o exame repetido dos litígios».

O capítulo dedicado à democracia partidária dá autonomia às organizações de base na sua vida interna, mas concede aos comités superiores o poder de anular decisões das células do Partido que contrariem o Programa e os Estatutos do PCUS.

O documento procura criar condições para a renovação constante dos dirigentes. O projecto estabelece ainda a «autonomia dos partidos comunistas das Repúblicas federadas, no âmbito do programa e estatutos do PCUS».

Os novos estatutos declaram como objectivo do Partido a «criação no país de um socialismo democrático e humanitário e a afirmação do internacionalismo e dos valores gerais da Humanidade».



# Delegação do PC da China recebida por Álvaro Cunhal

*No dia 30 de Março, Zhu Liang, membro do CC e Director do Departamento de Relações Exteriores do Partido Comunista da China, foi recebido no Centro de Trabalho do PCP, na Rua Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, onde realizou um encontro com* ***Álvaro Cunhal,*** *secretário-geral do PCP, e* ***Domingos Abrantes,*** *membro da Comissão Política e do Secretariado do CC. As conversações decorreram em ambiente de camaradagem e franqueza, contribuindo para o reforço das relações entre os dois partidos e povos.*

# PCP – Relações bilaterais

Em representação do Comité Central do Partido Comunista Português, Albano Nunes, membro suplente do Secretariado e Responsável da Secção Internacional deslocou-se sucessivamente à República Democrática Alemã, Checoslováquia e Bulgária onde, entre 26 de Março e 2 de Abril, realizou conversações, respectivamente, com o Partido do Socialismo Democrático, com o Partido Comunista da Checoslováquia e com o Partido Comunista Búlgaro.

Na RDA, Albano Nunes, encontrou-se designadamente com Bernd Meier, membro da Presidência do PSD, Bruno Mahlow, Secretário da Comissão de política Internacional e Kathe Niederkirchner, Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD.

Na Checoslováquia teve encontros com Jiri Machalik, Secretário do CC para as questões ideológicas, MARek Venuta, Chefe do Departamento Internacional e Jan Bouchal, Chefe do Departamento de Propaganda.

Na Bulgária encontrou-se com Alexander Stresov, Vice-Presidente da Presidência do Conselho Superior do PCB, Filip Bokov, membro da Presidência e porta-voz do PCB na «Mesa-Redonda», Cristo Cristov Presidente da Comissão Económica do PCP e Radoslav Tzantshev, Vice-Chefe do Departamento de Relações Internacionais.

Nos encontros realizados foram trocadas informações e opiniões sobre a situação nos respectivos países e a actividade dos respectivos partidos, com natural destaque para os graves acontecimentos e complexos processos em curso nos países visitados, suas causas, perspectivas de desenvolvimento e consequências no plano internacional.

Foi confirmada a vontade de desenvolver as relações bilaterais de amizade e solidariedade entre o PCP e o Partido do Socialismo Democrático, o Partido Comunista da Checoslováquia e o Partido Comunista Búlgaro.

# Racismo na Europa e nos EUA

Dois jovens foram assassinados em França, num crime de conteúdo claramente racista. Em França, mas também noutros países da Europa, o racismo, dirigido em geral contra os trabalhadores emigrantes, adquire alguns contornos preocupantes.
Valerá a pena registar aqui, a dimensão do fenómeno também nos EUA, onde, tal como na Europa, a discriminação racial se prende a uma maior exploração.

O comité de Washington da «Liga Nacional», uma das mais importantes organizações negras dos Estados Unidos, publicou recentemente o seu relatório anual sobre a «situação da América negra».

No relatório, afirma-se: «o racismo não foi enterrado, como se afirma, nos anos 60. É um mito. É um problema sério que se transforma numa ameaça crescente para o futuro da América. Nos anos 80, o racismo aberto apareceu de novo e manifestou-se frequentemente de maneira violenta. O assassinato de um jovem afro-americano, em Nova York, em Agosto último, é apenas um dos exemplos das agressões contra os negros e as outras minorias étnicas. Segundo estimativas referentes aos últimos sete anos, o número de crimes de que a causa é o ódio racial triplicou e a maior parte deles são cometidos por jovens brancos, que pensam que a cor da pele significa uma superioridade racial. Observa-se o crescimento do número de organizações abertamente racistas que apelam à violência e organizam agressões contra afro-americanos e pessoas de outras minorias».

Um testemunho que é um alerta. Que importa não ignorar.

Internacional

# A paridade do marco – das promessas eleitorais à voragem da anexação

A federação sindical da RDA, FDGB, convocou para hoje uma manifestação de protesto contra o plano do Bundesbank, da RFA, para a união monetária, que prevê um câmbio na base de dois marcos da RDA para um da RFA, a aplicar nos salários, pensões e poupanças superiores a dois mil marcos.
A manifestação, convocada para o dia da entrada em funções do recém-eleito Parlamento da Alemanha de Leste, surge na sequência da crescente controvérsia provocada pelo plano do Bundesbank, que ameaça inclusivé provocar uma crise no governo alemão-federal onde as acusações ao oportunismo eleitoral de Helmut Kohl sobem de tom.

Bem vivas na memória de todos estão as promessas de Kohl, que na campanha eleitoral na RDA se empenhou pessoalmente em garantir que uma vitória da CDU se traduziria não só no caminho mais curto para a unificação alemã, mas sobretudo no caminho mais seguro para a riqueza de todos os alemães. De forma expressa, Kohl prometeu que a união monetária se faria com base na paridade do marco de 1 para 1.

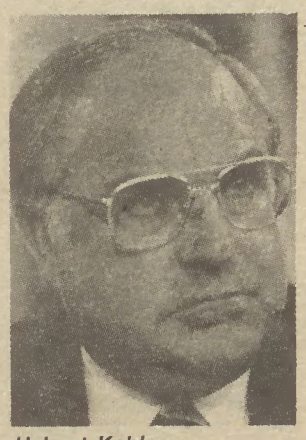
Ganhas as eleições, a conversa mudou de tom. É certo que o chanceler federal continua a afirmar, como fez na segunda-feira em Bona, que assume inteiramente as responsabilidades que contraiu perante a população leste-alemã, garantindo que quando na campanha eleitoral se referiu à solidariedade sabia o que estava a dizer.

Mas a questão hoje não é essa. Da solidariedade o chanceler Kohl pode ter o entendimento que quiser; quanto à paridade do marco, o chanceler terá que tomar, mais cedo ou mais tarde, uma posição inequívoca.

Como inequívoco é o plano elaborado pelo banco emissor da RFA, já confirmado pelo respectivo presidente, Karl Otto Pohl, e que conta com o apoio dos dois responsáveis pelo sector económico do governo de Kohl, respectivamente o ministro da economia, Helmut Haussmann, e o ministro das finanças, Theo Waigel.

Entretanto, Helmut Kohl limita-se a dizer que «até este momento ainda não foi tomada qualquer decisão sobre essa questão».

O problema da união monetária, que uma vez mais coloca o ministro dos Negócios Estrangeiros, Hans Dietrich Genscher, contra Kohl, dado considerar o plano do banco emissor «inaceitável», não se reduz naturalmente à utilização de uma moeda comum, seja qual for a paridade estabelecida entre os marcos dos dois



*Helmut Kohl*

lados. Como fez notar o ex-governante Hans Modrov, isso será apenas o princípio de uma série de aspectos a concertar, para o que seria desejável ponderação. O contrário justamente do que pretende Kohl, obviamente apostado em passar à história como o *homem* da unificação.

## Os custos da união

O optimismo semeado durante a campanha eleitoral na RDA, quanto à rápida unificação, não tem nos estudos feitos pelos especialistas qualquer fundamento. Segundo estimativas do ministério das Finanças da RFA, uma introdução precipitada de deutschemark na RDA irá provocar **um milhão e quatrocentos mil desempregados** na RDA; os menos optimistas, supõem que entre **50 a 60 por cento das empresas da RDA irão à falência**, provocando o **desemprego de cerca de três milhões de pessoas**.

A alternativa, dada a baixa produtividade das empresas da RDA, seria a de tentar assegurar o seu carácter concorrencial através da manutenção dos baixos salários; mas após todas as promessas, após todos os acenos das imensas possibilidades no lado federal, isso apenas contribuiria para fazer aumentar ainda mais o fluxo de saídas do país. Com todas as consequências para o governo federal, a braços com a necessidade de dar alojamento, alimentação e emprego aos emigrantes de leste.

Em qualquer dos casos, uma situação difícil de resolver e que implica o dispêndio de somas exorbitantes por parte de Bona. A aconselhar, no mínimo, que o processo de unificação tivesse em conta todas as suas implicações e não apenas as aspirações políticas de um qualquer partido ou chanceler.

Noção das dificuldades que os aguardam revelaram também os deputados da RDA em vésperas de eleições, ao aprovar na Câmara do Povo (Parlamento) uma série de medidas legislativas visando garantir os direitos sociais adquiridos na RDA no processo de unificação.

Insere-se neste contexto a aprovação de uma lei sobre os direitos sindicais que vai muito mais além da existente na RFA, consagrando entre outras coisas o direito à greve, a proibição do *lock-out*, a protecção dos responsáveis sindicais. E ainda uma resolução sobre uma carta social a ser tida em conta pelos dois governos no processo da união económica e monetária, em que se definem as conquistas sociais da RDA, a preservar e aprofundar tais como o direito ao trabalho, a democratização e humanização das condições de trabalho, educação para todos, a protecção à saúde, a assistência à terceira idade, a integração dos deficientes, o direito à habitação.

Como é fácil perceber, é tudo isto que agora está em causa. Pelo que não será de surpreender se, à manifestação de hoje, se seguir uma greve, como a direcção do FDGB já admitiu. Poucos são os que ainda não entenderam na RDA o que significa anexação.

AFRICA • SUL

# Violência afecta negociações

Os sangrentos confrontos registados na África do Sul, nos últimos dias, estão a afectar o processo de negociações em curso entre o governo de minoria branca e os representantes dos movimentos *anti-apartheid*, sendo de temer uma nova escala de violência com a decisão do presidente De Klerk em enviar mais tropas e polícias para as zonas de conflito.

Os confrontos no Natal, a semana passada, entre a população negra, provocaram entre 50 a 80 mortos. Trata-se, aparentemente, de um conflito étnico e não falta já quem procure tirar dividendos da situação para fazer vingar a tese de que os negros se entregues a si próprios, não tardariam em matar-se uns aos outros. Uma tese que visa obviamente a defesa da supremacia branca e é quase tão antiga como os problemas no Natal onde, desde 1968, a violência causou perto de três mil mortos.

Uma tese também, como de novo aconteceu, que legitima o envio de tropas e polícias para a região, o recurso a medidas repressivas, à prática de arbitrariedadeS.

Não se trata aqui de defender, naturalmente, a violência provocada pelos confrontos políticos; mas trata-se sim de chamar a atenção para a realidade que as *townships* representam, com as suas condições de vida degradantes, enquanto focos de tensão permanentes. E também - o que não é de somenos importância - o facto de estas condições serem exploradas e aproveitadas por quantos na África do Sul, e não são poucos, encaram com maus olhos as medidas tendentes a pôr fim ao *apartheid*.

O presidente sul-africano De Klerk, ao anunciar o envio de tropas para o Natal, alertou que «todos devem compreender que estas decisões podem conduzir ao aumento de pessoas sob detenção», num reconhecimento implícito das possíveis consequências negativas deste facto. Não foi certamente por acaso que na mesma ocasião anunciou uma série de medidas visando facilitar as negociações com os nacionalistas negros, entre as quais se salienta a amnistia para ex-gerrilheiros.

Também o encontro com Nelson Mandela, previsto para hoje, pode ser encarado como uma forma de retirar impacto às medidas repressivas, embora o dirigente histórico do ANC tenha condenado a acção das forças de segurança e considerado que eles contradizem «as posições assumidas pelo governo».

Nelson Mandela, que visitou o Natal, manifestou a esperança de que depois de ter falado com os dirigentes e de ter visitado a região afectada, talvez seja possível encontrar soluções para a crise.

O mesmo talvez já não se possa dizer em relação ao comportamento da polícia no gueto de Sebokeng, onde segundo o ANC foram mortas 16 pessoas na sequência de uma brutal intervenção policial. Para o arcebispo Desmond Tutu, é urgente a formação de uma comissão de inquérito para apurar as responsabilidades. «No momento exacto em que se tentava remover os obstáculos às negociações - afirmou Tutu - os homens de Adriaan Volk (ministro do Interior) mergulharam o país na crise». Há que apurar, exigiu, «quem deu ordem para atirar».

As esperanças do resultado do encontro de hoje entre De Klerk e Mandela estão assim ensombradas pelo reacender da violência, fruto das contradições de um processo em que nada está ainda garantido.

Por um lado, as boas intenções de De Klerk são constantemente confrontadas com a oposição interna de sectores do seu próprio governo, do partido e das forças de segurança.

Por outro lado, as divisões no seio dos movimentos anti-*apartheid*, impedindo os nacionalistas de tomar uma posição comum face ao governo, beneficia apenas a minoria branca. Por isso mesmo são preocupantes as notícias de divisões no próprio seio do ANC, já reconhecidas por Nelson Mandela, e que podem estar na origem do adiamento *sine die* do encontro oficial de 11 de Abril, na Cidade do Cabo, do ANC com o governo sul-africano.

As esperanças de um fim pacífico para o *apartheid* estão ainda longe de se concretizarem. E não será certamente através dos confrontos étnicos e da dispersão de forças que a África do Sul encontrará o seu caminho para a paz e a democracia.

Avante!
ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Cada dia que passa mais se faz sentir o maquiavelismo fascista expresso na aplicação das chamadas «medidas de segurança» contra os presos políticos. A monstruosidade política e jurídica que representa esta celerada lei salazarista tem sido muitas vezes denunciada. Numerosos juristas portugueses e de outros países se têm pronunciado acerca dela, a têm apresentado como uma lei contrária a todos os direitos da pessoa humana expressos na carta da ONU.

Como muitas vezes se tem dito, as medidas de segurança permitem à polícia política (PIDE) propor e impor aos tribunais que condenem sucessivamente os presos políticos pelo mesmo delito. E por isso que centenas de presos continuam nas cadeias depois de terminadas as penas, e para alguns é mais o tempo que levam na prisão ao abrigo das medidas de segurança que no cumprimento das penas.»

**(«Abaixo as «medidas de segurança»» - «Avante!», VI série, nº 340, Abril de 1964)**

AVANTE!

«Neste momento assistimos a mais uma escalada da tortura praticada pela PIDE-DGS sobre os antifascistas que lhe caem nas mãos. A generalidade dos presos que ultimamente têm passado pela polícia têm sido barbaramente torturados. Além da cruel tortura do sono, que chega a prolongar-se por semanas e deixa quase sempre invisivelmente marcadas para o resto da vida as suas vítimas, estão a tornar-se sistemáticos os selváticos espancamentos a chicote ou a cavalo-marinho simultaneamente à tortura do sono.

Os presos aparecem nas visitas com evidentes sinais de que foram torturados, por vezes cobertos de equimoses, com dificuldade em se movimentarem.

Mesmo os presos já condenados não estão livres de voltarem a ser submetidos a interrogatórios e à tortura. Mais uma vez isso aconteceu em Fevereiro com um jovem estudante a cumprir pena em Peniche e transferido para as cadeias da PIDE-DGS em Caxias para voltar a ser torturado.»

**(«Escalada da tortura» - «Avante!», VI série, nº 464, Abril de 1974)**

Avante!
ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Alastram no país as lutas contra a carestia e o congelameto de salários? Governo e patronato de mãos dadas vêm «resolver» o problema despedindo, intimidando e prendendo trabalhadores. Dois exemplos recentes: a quase totalidade dos 400 operários das oficinas da Carcereira são interrogados pela Pide por causa da luta nos STCP; uma dezena é despedida na SPAL. Os trabalhadores lutam no seio dos sindicatos? Aí está o INTP, os tribunais, os despachos do Ministério das Corporações (e a Pide) para impugnar listas, nomes, eleições. Ultimamente têm-se sucedido os despedimentos de dirigentes e activistas sindicais, o que motivou um enérgico protesto de 15 sindicatos.

A GNR intervêm contra os camponeses que defendem os seus baldios e as suas vinhas. Veiga Simão e Rapazote juntam esforços para reprimir o movimento estudantil. Colectividades, sessões ou debates são alvo de restrições ou proibições (...).

Os stops e as rusgas são cada vez mais frequentes em qualquer local e a qualquer hora do dia ou da noite, chegando as brigadas de polícia a interceptar as saídas de cinemas, como ainda há dias aconteceu no Carlos Alberto, no Porto, identificando toda a gente e conduzindo à directoria os «hesitantes» nas respostas às perguntas feitas.»

**(«Continuidade e evolução... na repressão e na tortura» - «Avante!», VI série, nº 452, Abril de 1973)**

# Em Foco

Avante!

Ano 60 – Série VII
N.º 849
5 de Abril de 1990
**3.º Caderno**
Não pode ser vendido separadamente


# SÁBADO estamos na ATALAIA

## O 7 de Abril promete

A anunciada confraternização da Atalaia está aí. **Sábado**, em torno da campanha dos 150 mil contos, o convívio, a amizade e a vontade de construir a Festa do «Avante!» vão dar vida a uma iniciativa em que também estará presente o secretário-geral do Partido, camarada **Álvaro Cunhal**, que intervirá às 16 horas.

O gabinete de Imprensa da ORL do PCP, uma das organizações directamente empenhadas nesta acção (tal como a ORS), em *telex* enviado aos órgãos da Comunicação Social refere a dado passo que a intervenção de Álvaro Cunhal no próximo sábado **está a despertar um grande interesse, dado o momento político que se vive em Portugal — decréscimo progressivo da popularidade do Governo em todas as sondagens, ascenso da luta de todas as camadas sociais e uma intervenção muito viva e polémica dos militantes do PCP no decorrer dos trabalhos preparatórios do XIII Congresso (Ext.).**

A confraternização incluirá, como temos salientado nas últimas edições do «Avante!», um completo serviço de churrasco, onde não faltarão as febras, os enchidos, o frango, os couratos, as sardinhas, etc. Quem levar ofertas poderá assim ajudar a rechear os leilões que se irão realizar na Atalaia, ponto de encontro para camaradas e amigos oriundos de diversas regiões do País, incluindo o Ribatejo, o distrito de Leiria, o Alentejo e não só.

E chegar lá vai ser fácil. Os percursos estarão assinalados, designadamente nos concelhos de Almada e Seixal através de placas colocadas pela organização da iniciativa.

Quem passar o rio para o outro lado, chega a Cacilhas e pode utilizar o autocarro para o Bairro da Princesa. Fica, assim, a 100 metros da entrada.

Os que seguem de automóvel, indo pela auto-estrada, saem no Fogueteiro, voltam para trás, com atenção à Cruz de Pau. Depois, atenção às placas!

Dia de festa, o 7 de Abril pode começar a ser vivido logo pela manhã, em dois pontos de concentração: **Cruz de Pau** e **Amora**.

Dia de festa, o 7 de Abril tem um programa de animação que podemos sintetizar assim:

**10.00 h** — chegada das excursões, com fanfarra dos Bombeiros e desfile até ao terreno;
**11.00 h** — visita ao terreno, jogos populares;
**14.00 h** — orquestra, Rancho Folclórico das Praias do Sado, Rancho Infantil do Bairro 25 de Abril, grupo coral alentejano, Jorge Lomba, Luísa Basto e João Fernando;
**16.00 h** — intervenção de Álvaro Cunhal;
**A seguir** — baile popular com o conjunto **Tema 5**.

Para entrar na Quinta da Atalaia podem utilizar-se dois acessos: do lado do campo de futebol e junto ao Bairro 25 de Abril. ■

TODOS OS CAMINHOS VÃO DAR À QUINTA DA ATALAIA.

Grande Confraternização
**na Atalaia**
Sábado, 7 de Abril
Quinta da Atalaia - Amora - Seixal

**16 horas**
**intervenção de**

**ÁLVARO CUNHAL**

**Secretário-Geral do Partido Comunista Português**

# PROTEGER A NATUREZA RESPEITAR O QUE É NOSSO

A Quinta da Atalaia integra-se numa área natural protegida.

É aqui que vai ser edificada a nossa Festa do «Avante!». Já em Setembro.

Por isso, esta grande confraternização vai ser uma afirmação colectiva e festiva da nossa alegria por pisar **chão nosso**. Da nossa determinação em cumprir a necessária Campanha dos 150 mil contos. Da nossa confiança no futuro e no futuro da Festa.

**Mas deve ser também uma demonstração de que sabemos utilizar e proteger o que é nosso.**

Pedimos, portanto, a tua colaboração e de todos para que o nosso convívio não degrade este belo terreno:

– **Deita o lixo no lixo**, utilizando para isso os recipientes espalhados no recinto;

– Utiliza os **Sanitários** instalados no terreno e sinalizados, com a compreensão e o cuidado resultantes do seu carácter provisório;

– Resiste à tentação de levar para casa um arbusto, um ramo, uma flor, à laia de recordação. Já pensaste como ficaria empobrecida e degradada a nossa Quinta, se todos quisessem levar tais «recordações»?

Colabora. Protege e poupa as espécies vegetais existentes. Fazem parte do ambiente do **nosso** terreno que a todos cumpre preservar.

**BEM VINDO À QUINTA DA ATALAIA.**
**BOA ESTADIA.**
**BOA CONFRATERNIZAÇÃO!**

150 mil contos para o Terreno da festa
Avante com a Campanha

# Os dinheiros de Lisboa

Três horas e meia bastaram, na quinta-feira passada, para a aprovação por unanimidade pelos 14 vereadores presentes na reunião Câmara Municipal de Lisboa (representantes do PS, PCP, CDS e PPM), do Orçamento e do Plano de Actividades para 1990. Dizem-nos da Câmara que essa brevidade resultou do trabalho de colaboração estreita entre os diversos vereadores com pelouro no município, que ao longo dos dois últimos meses discutiram intensamente todos os aspectos relacionados com estes documentos. Os vereadores do PSD recusaram-se no entanto a participar no debate alegando «não haver tempo útil para a análise dos documentos» apresentados cinco dias antes, facto a contrariar no entanto os hábitos da gestão de Abecasis que divulgava à então oposição documentos com um ou dois dias de antecedência da sua discussão. A nova situação não impediu no entanto o vereador do PSD, Marcelo Rebelo de Sousa, de afirmar a um matutino, na própria quinta-feira em que se debatia este projecto, que tinha «20 alterações à proposta, que se fossem aceites ter-nos-iam levado a votar a favor», situação que fará supor ter tido Rebelo de Sousa **tempo** para apreciar estes documentos e elaborar as respectivas propostas de alteração. Do futuro imediato da cidade de Lisboa se trata, e da forma como vão ser aplicadas as verbas disponíveis agora se fala.

## AS PROMESSAS A CUMPRIR

Respeitar as promessas feitas durante a campanha eleitoral foi a orientação básica da elaboração do Orçamento e do Plano de Actividades da Câmara Municipal de Lisboa para o ano em curso. Dois factos são por si acontecimentos políticos que marcam a *diferença* da nova gestão do município lisboeta: pela primeira vez desde há muitos anos o orçamento é apresentado nos primeiros meses do ano e também pela primeira vez a sua apresentação pública motiva um interesse generalizado, já que apesar das limitações impostas pelos compromissos assumidos na gestão anterior, as verbas agora distribuídas são substancialmente mais elevadas que em outros anos e cobrem áreas de actividade quase ignoradas pela gestão anterior, totalizando 51 milhões e 600 mil contos no Orçamento e 38 milhões e 200 mil contos no Plano de Actividades.

Quer isto dizer que, do dinheiro disponível (51,6 milhões de contos) 26,6 milhões estavam há partida destinados com o que se apelidou de *Encargos de Estrutura*, ou seja, com tudo o que diz respeito ao funcionamento do próprio município, incluindo despesas com pessoal, encargos com as instalações, pequenas reparações e conservação, pagamento de impostos como o I.V.A., etc. Sobram assim para aplicação directa na cidade, ou seja, para o Plano de Actividades da Câmara, apenas 25 milhões de contos.

Mas é possível adicionar 13,2 milhões de contos aos 25 milhões já existentes para a actividade municipal, dinheiro resultante de financiamentos diversos a definir (as chamadas *dotações a definir*): cerca de metade desse dinheiro (cinco milhões e seiscentos mil contos) virá da soma de receitas próprias da Câmara, outra parte substancial (quatro milhões e meio de contos) terá origem em empréstimos internos e externos a contrair pela Câmara, enquanto apenas meio milhão de contos (5,5 por cento do total) será o total do dinheiro conseguido entretanto pelo município através de subsídios e comparticipações governamentais.

Assim se conseguem 38,2 milhões de contos como número base do Plano de Actividades da Câmara Municipal de Lisboa para o ano de 1990, mas há ainda a subtrair dois milhões e 400 mil contos da chamada *quebra de execução* (6,3 por cento), totalizando-se assim 35 milhões e 815 mil contos a disponibilizar este ano para a cidade de Lisboa.

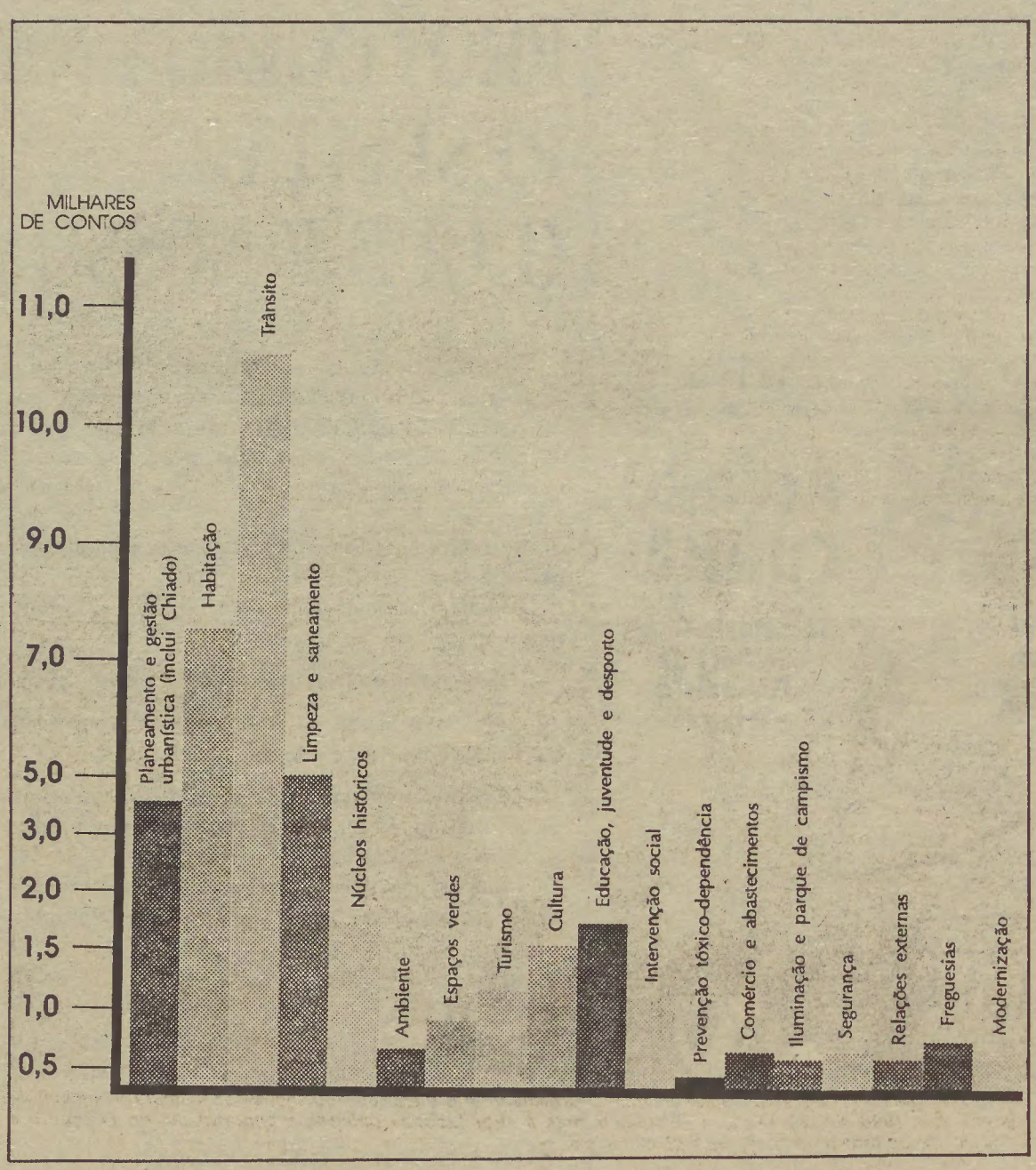
Cerca de 12 milhões de contos serão aplicados nas 50 acções do Programa de Emergência para a cidade, proposto pela «Por Lisboa» durante a campanha eleitoral.

Há no entanto que levar em conta o facto de estas cinquenta medidas de emergência se desdobrarem em 103 acções concretas, das quais 10 não têm dinheiro atribuído, aguardando-se a revisão orçamental a fazer na segunda metade deste ano. Outras trinta dessas acções resultam de medidas sem necessidade de dotações financeiras, como são exemplo os convénios com empresas de construção, a modificação de critérios de gestão ou a ampliação de zonas de salvaguarda do património.

Há ainda o caso das grandes obras estruturais para a cidade, como por exemplo as obras no chamado *nó de Alcântara*, que este ano não terão praticamente expressão orçamental, já que pouco mais se poderá fazer do que lançar o concurso público para a futura adjudicação.

Assim os 12 milhões de contos destinados ao Plano de Emergência distribuem-se por 63 acções concretas a mandar executar pelos doze vereadores com pelouros que constituem o *governo municipal* (incluindo aqui os pelouros do presidente da Câmara).

Estes vereadores discutiram entre si, depois de analisarem as propostas dos diversos serviços que dirigem e levando em conta os projectos anunciados durante a campanha eleitoral, a forma mais correcta de distribuir as verbas disponíveis.




## Dezoito objectivos

Chegou-se assim à elaboração de dezoito objectivos fundamentais a cumprir pela Câmara, e que estão desta forma enunciados no Plano de Actividades:

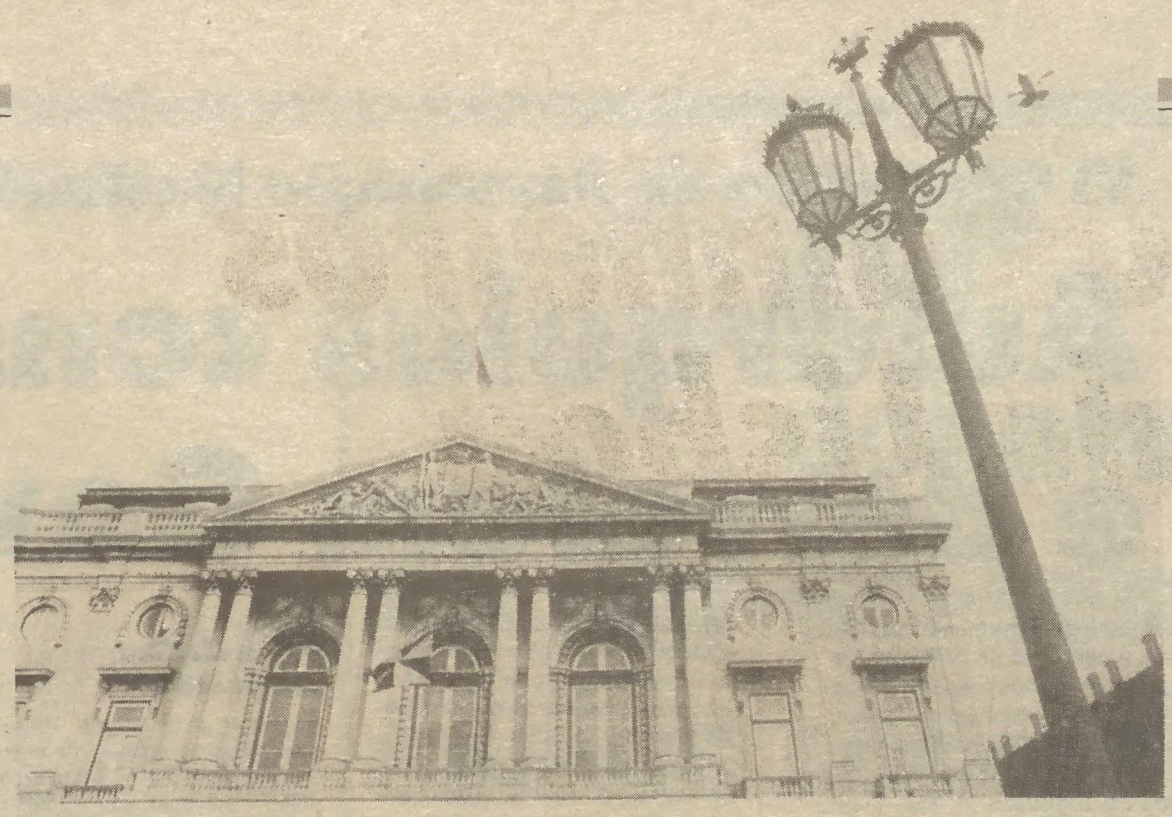
**Planeamento e Gestão Urbanística (cerca de quatro milhões e 503 mil contos)**, que engloba o planeamento estratégico, a requalificação e reabilitação urbana (mais de um milhão e seiscentos mil contos) e a recuperação da zona sinistrada do Chiado onde só a Câmara gastará este ano cerca de dois milhões e seiscentos mil contos.

**Habitação (sete milhões e 158 mil contos)**, onde se incluem quase seis milhões de contos para a construção de habitações e arranjos exteriores, a recuperação do parque habitacional (um mihão e 124 mil contos) e ainda verbas para pequenos empreendimentos em bairros degradados e para a gestão do parque habitacional do município.

**Trânsito e Infra-estruturas Viárias (dez milhões 872 mil contos)**, que prevê pouco mais de cinco milhões de contos para a construção de novas vias e um milhão e 730 mil contos para a reconstrução e remodelação de vias existentes. Ainda neste capítulo teremos um milhão e 207 mil contos para a manutenção e reparação de pavimentos e obras complementares; um milhão e 220 mil para o Interface, estacionamento e transportes e um milhão e 671 mil contos para sistemas de circulação, sinalização viária e defesa do peão. Restam ainda cerca de 25 mil contos que serão aplicados na digitação de cartografia.

**Limpeza, Higiene Urbana e Saneamento (quatro milhões e 800 mil contos)**. 830 mil contos serão atribuídos à limpeza urbana; 612 mil à higiene urbana e cemitérios, 245 mil para a estação de tratamento de resíduos sólidos; um milhão e 556 mil contos para o interceptor e estações de tratamento de esgotos e cerca de mais um milhão e 557 mil contos vão para a rede de águas residuais e pluviais.

**Reabilitação Urbana dos Núcleos Históricos (um milhão e 536 mil contos)**. 490 mil contos serão destinados a Alfama, 635 mil à Mouraria, 161 mil ao Bairro Alto enquanto os restantes duzentos e cinquenta mil irão para outros núcleos e para projectos comuns a várias zonas.



# A CONDICIONANTE ABECASIS

Um dos problemas inevitáveis com que se defronta a elaboração de qualquer orçamento,seja o de uma Câmara Municipal, seja o de um Governo, é que a sua elaboração está dependente do exercício efectuado no ano transacto, neste caso do exercício da gestão Abecasis. Assim, conforme explicaram ao «Avante!» Miguel Portas e António Peres Metello, dois assessores do actual executivo camarário, cerca de 80 por cento do dinheiro disponível para o Plano de Actividades estava já *à partida* atribuido, por força dos compromissos assumidos pela anterior vereação. Restavam assim apenas cinco milhões de contos para distribuir pelas diversas acções a desencadear pelo município alfacinha, facto que foi referido por Jorge Sampaio, no seu discurso de apresentação do Orçamento e Plano de Actividades, ao afirmar que estes documentos «têm de ser considerados como **documentos de transição** entre as prioridades estabelecidas no mandato anterior e aquelas que nós vamos consagrar ao longo dos próximos anos».

Segundo Miguel Portas «a coligação assumira já durante a campanha eleitoral que iria respeitar os compromissos assumidos anteriormente pela Câmara de Lisboa, salvaguardando assim a sua imagem de *pessoa de bem* «. Não se trataria assim de algum *caso anormal*, trata-se antes de garantir, por exemplo, o pagamento das dívidas ou dos recursos necessários à continuação dos projectos em execução.

«Estes factos são independentes do julgamento que se possa fazer em relação aos compromissos assumidos anteriormente» criticando-se apenas o facto de nos últimos dois meses do seu mandato, Kruz Abecasis ter tomado todo um conjunto de medidas que, independentemente de serem boas ou más, «aumentaram de forma inesperada o volume das dívidas, encargos e compromissos a que agora temos de responder!».

## Muitos milhões

Mesmo assim há que referir que o Plano de Actividades da Câmara Municipal de Lisboa para 1990 atinge desde já uma dimensão financeira superior em 9 por cento (contando já com a inflação), em relação ao ano passado, rondando 25 milhões de contos, a que terão de se juntar financiamentos a definir ao longo do ano, desde já estimados em 13,2 milhões de contos, o que totalizará 38,2 milhões de contos, fazendo prever uma intervenção municipal nas diversas áreas de actividade da cidade muito superior à intervenção a que os lisboetas estavam habituados.

Diga-se que durante a campanha eleitoral a «Por Lisboa» apresentara projectos com base num orçamento previsível de 52 milhões de contos, enquanto o agora elaborado atinge os 51,6 milhões, muito próximo das estimativas de Dezembro, facto que permite concretizar os projectos então apresentados aos lisboetas.

Também a já prevista revisão orçamental, que segundo Peres Metello deverá ser feita no Outono, permitirá disponibilizar verbas para actividades nesta primeira fase mais desfavorecidas: «Não há orçamento que depois não seja revisto ao longo da sua execução. No nosso caso as verbas a alterar vão surgir em função da capacidade dos vereadores e dos serviços da Câmara em cumprir o estabelecido no Plano de Actividades», problema que resulta muito de limitações humanas, técnicas e burocráticas herdadas do passado que levam Peres Metello a dizer que «muito provavelmente se tivéssemos mais dinheiro, não existiria capacidade efectiva para o aplicar», razão que leva a «Por Lisboa» a investir recursos financeiros avultados na modernização e reconversão dos serviços municipais.

## Reconverter Serviços

«Gostaria no entanto de referir que os Serviços desempenharam um papel excepcional na elaboração deste orçamento: durante dois meses ouve gente que não teve fins-de-semana, a entrega foi total». Serviços sujeitos a uma primeira reorganização aquando da tomada de posse da «Por Lisboa», por forma a serem enquadrados nos próprios objectivos da coligação, e que, estando assim em *fase de adaptação* ao *estilo* do novo executivo, foram igualmente lestos a enviar à vereação todos os dados necessários para a elaboração do Orçamento camarário: «se não fossem eles, não teríamos conseguido apresentar estes documentos ao fim de dois meses «, facto a possibilitar, pela primeira vez em muitos anos, a apresentação de um Orçamento e um Plano de Actividades em tempo suficiente para impedir o funcionamento da Câmara com base em duodécimos, situação sempre limitativa e repetida nos dois últimos anos, quando os Orçamentos e Planos de então foram apresentados em Agosto e Setembro.

Entretanto trabalhar-se-á desde já no Plano e Orçamento de 1991, então liberto das limitações agora existentes, procurando este ano aumentar as fontes de receita da Câmara: por um lado, tal como este ano, o município receberá os fundos provenientes dos impostos directos, das taxas municipais, do IVA turístico, Contribuição Autárquica (a antiga SISA), do Fundo de Equilíbrio Financeiro, etc. Por outro lado a Câmara reiniciará as operações de venda de terrenos em hasta pública (que não se fazem desde 1967) e as chamadas operações Y (permutas com terrenos).

Tais operações poderão dotar o Orçamento de 1991 com verbas bastante mais elevadas das que agora existem.

## Habitação prioritária

No actual Plano de Actividades considera-se como **prioridade das prioridades** a área da habitação, da reabilitação dos bairros históricos e do urbanismo que representam 37 por cento das dotações definidas e mais de nove milhões e 300 mil contos.

O trânsito e as infra-estruturas viárias *levam* seis milhões de contos, ou seja 24% das dotações definidas.

A área da qualidade de vida representa 16,3 por cento do total das dotações já definidas. Tratam-se de acções nos domínios do ambiente, espaços verdes, ilumunação pública, promoção cultural, desportiva e artística, educação, prevenção da toxicodependência, apoio a iniciativas juvenis, acção social. As verbas para estas áreas ficam aquém das expectativas da coligação, sendo as principais *vítimas* dos condicionalismos impostos pelo exercício do mandato anterior.

Outra novidade deste Plano de Actividades é a entrega de um milhão de contos às Freguesias, contra os 675 mil em 89, um reforço substancial que não impedirá o estabelecimento de protocolos entre a Câmara e cada uma das Freguesias, que dotarão de outras verbas as Freguesias que assumam novas responsabilidades executivas, no âmbito da política de *descentralização de competências* que a Câmara pretende seguir. ■

## Qualidade de vida e reestruturação dos serviços

Somando as dotações já definidas e as a definir, está assim distribuído mais de 75 por cento do dinheiro existente, restanto cerca de nove milhões e 300 mil contos dos mais de trinta e oito milhões iniciais!

Um pouco mais de um milhão de contos será gasto na **Cultura**, onde se incluem verbas para infra-estruturas culturais; animação, divulgação e informação cultural e património cultural e histórico.

Um milhão e 630 mil contos vão para a **Educação, Juventude e Desporto** com mais de 555 mil contos destinados ao equipamento escolar, enquanto o restante é repartido na cooperação com as escolas e a acção social escolar; acções específicas para a juventude; fomento, infra-estruturas e equipamentos desportivos.

O **Ambiente** absorverá cerca de 453 mil contos com os gastos maiores previstos para a estrutura verde principal e para o mobiliário urbano e zonas de recreio; estando outros 422 mil destinados aos **Espaços Verdes** de onde se gastarão 183 mil contos na construção de novos espaços.

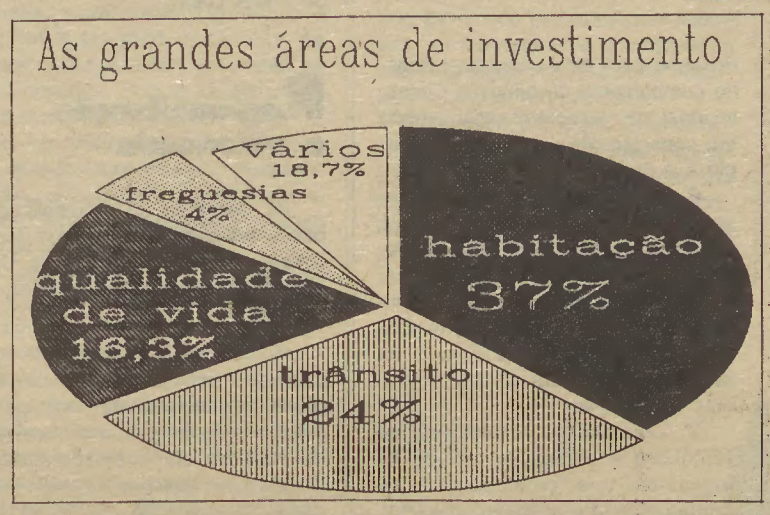
**Intervenção social** é área onde se vão investir 848 mil contos a que se acrescentarão 48 mil aplicados em acções de **Intervenção Institucional à Prevenção e Recuperação dos Tóxico-Dependentes**.

**Comércio e Abastecimentos** é área que absorverá 730 mil contos dos quais se retirarão 553 mil para os mercados lisboetas.

A **Iluminação Pública e o Parque de Campismo** de Monsanto absorverão 560 mil contos enquanto nas **Relações Externas e Cooperação** aplicar-se-ão 409 mil contos.

Serviço de incêndios, polícia municipal e protecção civil compõem o capítulo da **Segurança das Pessoas e Bens** onde serão gastos este ano 644 mil contos enquanto a **Modernização e Reorganização dos Serviços** da Câmara implicarão o investimento de 995 mil contos, distribuídos por acções de formação, instalação de equipamentos, desenvolvimento da eficácia e desburocratização dos serviços camarários bem como para a reestruturação do seu funcionamento.

Finalmente, para apoio directo às **Freguesias** destina-se um milhão de contos. ■



*Os vereadores da «Por Lisboa» apresentaram o Orçamento e o Plano de Actividades da Câmara Municipal de Lisboa para 1990. O PSD faltou à discussão, mas a «Por Lisboa» defende a continuação do diálogo e a participação de toda a oposição na vida municipal*

## VI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)

# Autarquias constroem futuro e derrotam Governo

Com a participação de 900 delegados representando quase todas as Câmaras Municipais e centenas de Freguesias e organizando à volta ds mesmos objectivos todas as forças políticas cujos eleitos protagonizam o exercício do Poder Local democrático no nosso País, decorreu entre quinta-feira e domingo passados, em Cascais, o **VI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses** (ANMP) onde, em debate qualificado e ao longo de quase quatro dias de profícua análise dos problemas e anseios do poder autárquico, se chegou a um conjunto de conclusões aprovadas por unanimidade (com uma abstenção) que constitui, em primeira análise, uma séria derrota do Governo do PSD/Cavaco Silva, que viu assim posta em causa, mesmo pelos autarcas do seu próprio partido, a generalidade da sua política autárquica, confrontando-se agora com exigências e reclamações apresentadas em bloco pélo Poder Local. Não foi com certeza por acaso que o Primeiro-Ministro acabou por não estar presente na sessão de encerramento, para que tinha sido convidado, numa atitude que contrastou com a do Presidente da República, que participou na sessão solene de abertura.

Outra nota a reter é que o VI Congresso da ANMP consagrou nas suas conclusões um conjunto de questões essenciais para o Poder Local democrático — o reforço dos recursos financeiros das autarquias, a aplicação integral da Lei das Finanças Locais, a regionalização, uma nova Lei da Tutela, etc. — que, é justo referi-lo, têm sido pertinazmente defendidas ao longo dos anos pelos comunistas e os seus aliados na CDU.

O VI Congresso da ANMP funcionou em três locais para os trabalhos de secção, concretamente nas instalações dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Concelho de Cascais, no Casino do Estoril e no Estoril Sol, com este último a ser também utilizado para as duas sessões plenárias de abertura e encerramento e para apoio central à Comunicação Social que, refira-se, dispôs de excelentes condições de trabalho.

Foi visível o ambiente de amistosa afabilidade que se respirou durante todo o Congresso, com a generalidade dos delegados, independentemente dos partidos a que pertenciam, a trabalhar e a conviver numa harmonia e boa disposição que merecem realce. Longe vão os tempos das crispações ideológicas e bem vivo está o sentido da cooperação perante problemas comuns e bem concretos, o que, naturalmente, se reflectiu na operatividade dos trabalhos, no empenho da busca de consensos e na unanimidade das conclusões a que se chegou. Sendo o Poder Local democrático uma das grandes conquistas de Abril que ajudou a transformar radicalmente o quotidiano do País e das populações, este VI Congresso da ANMP mostrou à evidência como ele também mudou mentalidades, esbateu preconceitos e abriu caminho à cooperação activa de todos os cidadãos na defesa dos seus direitos e na luta pelo progresso.

### O trabalho em secção

Como já dissemos, entre as duas sessões plenárias de abertura e encerramento o VI Congresso da ANMP funcionou em trabalho de secção, tendo sido constituídas três: a «A» dedicada às **Atribuições, poderes e recursos das Autarquias,** de que foram relatores **Luís Filipe Monterroso** e **Alípio Sol,** a «B» discutindo o **Planeamento e ordenamento do território na perspectiva do desenvolvimento,** com **Abílio Fernandes** como relator, e a «C» subordinada ao tema **Potencialidades do Associativismo Municipal,** que teve como relator **Georges Dargent.** Qualquer destes temas produziu um notável acervo de análises, reflexões e informações sobre a vida autárquica, carreando para o Congresso um verdadeiro levantamento dos problemas, perspectivas e reivindicações do Poder Central democrático, na actualidade. Foi daí que emergiu o documento de Conclusões aprovado em plenário praticamente por unanimidade (pois houve apenas uma abstenção) e que condensamos ao lado.

No domingo de manhã procedeu-se à eleição, por voto secreto, dos novos órgãos dirigentes da Associação Nacional de Municípios Portugueses (já agora aqui vão os resultados: a Mesa do Congresso foi eleita com 687 votos, o Conselho Geral com 663, o Conselho Fiscal com 682 e o Conselho Directivo com 657), a que se seguiu a apresentação em plenário das conclusões, votadas por aclamação e, como referimos, apenas com uma abstenção entre os 900 delegados presentes. ■

*Aspecto da Mesa que presidiu ao encerramento do VI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses*

## Conclusões: um ponto alto

Apresentadas num documento de 11 páginas, as Conclusões do VI Congresso da ANMP foram o ponto alto da iniciativa, já que nelas se consubstanciou todo o trabalho realizado e se definem as actuais posições da generalidade das autarquias do País, sobretudo face ao Poder Central (com quem a ANMP se afirma disposta a dialogar). Condensamos a seguir essas conclusões.

Tendo analisado os relatórios sobre **«Atribuições, poderes e recursos das autarquias locais»**, **«Planeamento e ordenamento na perspectiva do desenvolvimento»**; e **«Potencialidades do associativismo municipal»**, o VI Congresso da ANMP deliberou:

1. Manifestar a sua profunda preocupação pelas atitudes assumidas nos últimos anos pelo Poder Central no que respeita à diminuição da autonomia administrativa e financeira das Autarquias Locais;

2. Defender com determinação a adopção, por parte do Governo, de uma nova postura de diálogo construtivo e eficaz com a ANMP, no respeito pela legitimidade própria de cada uma das partes;

3. Defender a urgente revogação da legislação que põe em causa a autonomia dos Municípios, designadamente a referente a Retenção de Verbas, à Tutela Administrativa e a Recursos Humanos, adequando-a às propostas fundamentalmente apresentadas pela ANMP;

4. Defender o reforço dos recursos financeiros das Autarquias Locais, já que se considera inaceitável a percentagem de cerca de 5% que é transferida do Orçamento Geral do Estado para os Municípios, sendo necessário concretizar o princípio constitucional da justa repartição de recursos públicos, transferindo para as Autarquias Locais alguns que hoje constituem receitas do Estado;

5. Reivindicar aplicação integral da Lei das Finanças Locais, a par da necessidade de regulamentar as condições em que serão feitas as transferências de competências e recursos para as Autarquias Locais, no cumprimento do princípio Constitucional da descentralização, tendo em consideração o nível do Município e o nível da Freguesia;

6. Considerar fundamental a intervenção activa dos Municípios e da ANMP, também em todo o processo de integração comunitária, para que seja possível aproveitar integralmente os Fundos Comunitários, designadamente quanto às subvenções globais e aos programas operacionais;

7. Solicitar da Assembleia da República a aprovação urgente de legislação que, contemplando de forma correcta e adequada o exercício de funções dos eleitos locais das Juntas de Freguesia, possibilite o seu desempenho em regime de permanência;

8. Manifestar a necessidade de reformular o regime jurídico do pessoal das Autarquias Locais, no sentido de garantir um eficaz e eficiente apoio aos órgãos autárquicos e criar condições para que os funcionários se sintam motivados a prosseguir uma carreira digna e competente;

9. Implementar as acções tendentes à criação de uma instituição bancária nacional de cariz eminentemente municipal, essencialmente destinada à canalização da poupança para o investimento local e regional e o apoio às actividades dos Municípios;

10. Considerar-se justificável a revogação da Lei n.º 87/89, de 9 de Setembro, sobre o «Regime Jurídico da Tutela Administrativa sobre as Autarquias Locais» e manifestar total disponibilidade para colaborar na elaboração de uma nova lei da tutela que respeite os princípios fundamentais contemplados na proposta apresentada pela ANMP, que considera garantirem a transparência e democraticidade da tutela, no pressuposto do respeito pela autonomia do Poder Local;

### Regionalização e autonomia

As questões da regionalização, descentralização e autonomia mereceram particular atenção do Congresso, como se vê nos pontos seguintes:

12. Reiterar a urgente necessidade de institucionalização das **Regiões Administrativas** como passo determinante para a implementação de políticas coerentes de ordenamento e de desenvolvimento, e em particular a criação das **áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto** como entidades administrativas democraticamente legitimadas e que, sem usurpação dos poderes dos municípios, assegurem de forma integrada a coordenação e definição de políticas metropolitanas em áreas até hoje à responsabilidade exclusiva da Administração Central, e uma delimitação clara de responsabilidades, designadamente em matéria de Ordenamento do Território.

13. Pugnar pela democratização do **sistema de planeamento** na óptica de um sistema **poli-centrado**, coincidente com as futuras Regiões Administrativas, e com participação activa dos Municípios.

14. Defender o respeito pela **autonomia dos diferentes níveis de poder** nas suas respectivas áreas de competências, reforçando a competência dos Municípios da gestão efectiva dos seus territórios, considerando prioritário o planeamento municipal e **subordinados** ao cumprimento dos normativos e regulamentos de defesa e salvaguarda de interesses nacionais ou regionais, definidos em legislação própria.

15. Considerar que as **Autarquias Locais**, devem assumir um papel interventor nas **Comissões de Acompanhamento no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio (QCA)** do PDR (Plano de Desenvolvimento Regional), cabendo a estas as importantes funções de gestão, acompanhamento, controlo e avaliação das várias intervenções operacionais.

### Açores, presente!

**Dora Valadão**, com 27 anos de idade, era uma das mais jovens congressistas presentes em Cascais, mas não foi isso que a singularizou, particularmente entre os eleitos comunistas e seus aliados na CDU. Ao representar a Assembleia Municipal de Santa Cruz das Flores, Dora Valadão inaugurou várias coisas: sendo representante comunista nesta Assembleia Municipal (onde ocupa o cargo de 2ª secretária da Mesa, ao lado de dois elementos do PSD), protagonizou assim a primeira presença do PCP dos Açores quer nos Congressos da ANMP, quer numa iniciativa autárquica de carácter nacional; sendo a única representante do Partido no órgão autárquico a que pertence, é igualmente a única mulher entre os 19 membros da Assembleia Municipal de Santa Cruz das Flores, eleita nas eleições de Dezembro passado. Refira-se igualmente que as Flores «produziram» nas eleições passadas a maior representação eleitoral autárquica do Partido e da CDU na Região Autónoma dos Açores, elegendo um total de 15 eleitos, a que se juntam mais três: um na Assembleia Municipal da Horta (Faial), outro na Assembleia de Freguesia de Pico da Pedra e o terceiro na Freguesia de Ginetes, ambos em S. Miguel. Acrescente-se que foi ainda nas Flores que a CDU conquistou na mesma altura a sua primeira autarquia, a Freguesia de Fazenda das Lajes, cujo presidente da Junta é do PCP. ■

### Recomendações

O Ponto 16 das Conclusões define um extenso conjunto de recomendações a fazer à Assembleia da República, nomeadamente que seja elaborada uma Lei de Bases de Ordenamento do Território, que se reconheça o poder real e efectivo dos municípios na gestão do seu território, que se delimite a acção da Administração Central em matérias de ordenamento e urbanismo, que se reconheça a competência das Assembleias Municipais para a deliberação da declaração de utilidade pública, que o combate à especulação imobiliária seja feito pela via fiscal e a programação de áreas prioritárias, a integração de iniciativas de particulares no planeamento municipal, a concepção de modos expeditos e eficazes de intervenção municipal em «áreas-problema», a definição de grandes linhas orientadoras do Plano Nacional de Habitação e uma última alínea, referente aos campos de tiro, que transcrevemos:

**«Que se tenha em conta que determinados equipamentos e instalações, designadamente campos de tiro e centros militares, a evitar construir tanto quanto possível, podem causar graves transtornos ao bem estar e, segurança das populações devendo ser tidos em consideração os pareceres das respectivas autarquias locais».**

Segue-se um conjunto de recomendações ao Governo, designadamente para a participação da ANMP, nos termos em que a lei impõe, em todos os trabalhos de revisão da legislação existente, a definição de critérios de comparticipação do Estado, o reconhecimento dos Planos Intermunicipais elaborados pelos municípios, a introdução de noções básicas de ordenamento do território nos programas do Ensino Preparatório e Secundário, etc.

Após algumas propostas a congéneres internacionais da ANMP, reafirma-se as potencialidades do associativismo intermunicipal, apela-se ao reforço do papel da ANMP como «interlocutora privilegiada das diferentes instâncias do poder», convida «o movimento associativo intermunicipal a assumir-se como legítimo porta-voz da sociedade civil no campo das respectivas comunidades, etc.

Uma nota final para dois pontos, que transcrevemos, sobre a cooperação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP's), que estavam representados no Congresso:

«Considerar ser necessário ampliar os fins do associativismo municipal por forma a não espartilhar a actividade dos municípios e a permitir-lhe tomar posições, mesmo a nível internacional, sobre questões como a Paz e a cooperação entre os povos — de que poderá constituir significativo exemplo a constituição de uma **Associação Luso-Africana de Municípios Geminados** — e reforçar o movimento de defesa do Ambiente e do Património natural e cultural;

«Apostar na cooperação com as colectividades territoriais, quer no espaço intra-Comunitário quer fora dele, com particular incidência nos PALOP's, fomentando o movimento de geminações, aproveitando o fundo existente e diligenciando a criação de outros, designadamente o **Fundo Luso-Africano para Geminações».** ■

# JCP debate no fim-de-semana ensino secundário e superior

Sob o lema «Com a JCP, Ensino Superior Para os Anos 90» decorrerá no próximo fim-de-semana a V Conferência Nacional do Ensino Superior. No domingo, dia 8, está também prevista a realização do Encontro Nacional do Ensino Secundário, cuja palavra de ordem é «Escola Viva, Ensino Diferente». Ambas as iniciativas são organizadas pelas respectivas estruturas da JCP e terão lugar nas instalações da Faculdade de Letras de Lisboa. Numa breve conversa com o «Avante!», Manuel Coelho e Célia Soares revelaram algumas questões principais, que vão estar no centro dos debates.

A Conferência vai analisar a situação do ensino superior, como consequência da política do governo nos últimos dois anos, aprovará propostas concretas para um ensino dos anos 90, bem como debaterá o movimento estudantil, definindo orientações e linhas de trabalho, no sentido da sua dinamização.

A Conferência, a qual recordamos se realiza de dois em dois anos, irá funcionar em três secções designadamente, Política Educativa, Ensino Superior Politécnico e Universidades Regionais, e uma terceira secção dedicada ao Movimento Estudantil.

Concretamente, são motivos de preocupação o acesso ao ensino superior, a autonomia universitária e a tentativa por parte do Governo de se desresponsabilizar em relação às universidades, com o objectivo de lhes cortar o apoio financeiro, o peso crescente dos estabelecimentos privados face ao estrangulamento das universidades do Estado, e outras questões ligadas à política educativa do Governo.

A reunião magna desta estrutura da JCP no ensino superior tem ainda como objectivo debater as saídas profissioanis e a adequação dos currículos ao mundo do trabalho, particularmente, a sua correspondência aos programas da CEE.

Relativamente ao movimento estudantil será analisada a actividade de um conjunto de estruturas associativas, o desenvolvimento do trabalho dos comunistas no seu seio, merecendo ainda especial atenção a Lei das Associações de Estudantes, que se encontra em fase de pré-regulamentação, no âmbito da qual foram já enviadas um conjunto de propostas com vista a proporcionar um apoio mais eficaz ao movimento associativo.

Por outro lado, serão abordadas questões de direcção e organização, definindo áreas privilegiadas de acção e formas de trabalho, que permitam uma maior ligação à realidade do movimento estudantil. Ainda neste ponto da ordem de trabalhos, será eleita a nova Direcção Central do Ensino Superior.

Em termos de trabalho preparatório, Manuel Coelho referiu a realização de vários plenários, debates e convívios, nas universidades e escolas do ensino superior politécnico, nomeadamente em Lisboa, Porto, Coimbra, Aveiro, Évora e outros pontos do País.

Para esta iniciativa foi convidado um grande conjunto de organizações de juventude, associações de estudantes, estruturas sindicais e outras, bem como estará presente Luís Sá em representação do PCP.

### Escola viva ensino diferente

O Encontro Nacional do Ensino Secundário será este ano marcado pelo grande dinamismo que caracterizou a participação dos jovens comunistas nas associações de estudantes e dentro das escolas, no ano transacto. A par do acesso ao superior, motivo de protestos generalizados, as instalações e condições de ensino estiveram na base de importantes acções da juventude.

Deste modo, o movimento associativo no secundário, suas expressões actuais e o envolvimento dos jovens comunistas, são aspectos do balanço de um ano, que será feito no início dos trabalhos do Encontro.

Os estudantes do secundário vão também exigir a rápida regulamentação da lei das Associações de Estudantes, e analisarão designadamente os aspectos concernentes às verbas e à autonomia em relação aos conselhos directivos.

O Encontro vai ainda advogar a participação dos estudantes nos órgãos de gestão das escolas e opor-se-á a qualquer medida restritiva deste direito, alertando desde já para o conteúdo de uma lei em preparação, com saída prevista para Outubro, que visa o afastamento dos estudantes destes órgãos.

O sistema de ensino, e a reforma do sistema educativo, a Lei de Bases do Sistema Educativo, com especial relevo para o acesso ao ensino superior, a introdução das novas disciplinas de educação cívica e sexualidade, assim como o estado geral degradado das instalações existentes, constituem um segundo ponto em análise, onde se prevê desde já uma tomada de posição e de correspondentes medidas capazes de alterar a presente situação, que Célia Soares considerou como «extremamente grave».

Por último, o Encontro debruçar-se-á sobre a estrutura e o próprio funcionamento da organização do Ensino Secundário, assim como elegerá a sua Coordenadora.

Vão estar representadas nesta inicitiva as associações de estudantes, diversas organizações políticas, sindicatos, sendo de realçar a participação de Agostinho Lopes, pelo PCP. ■

# No meio do espectáculo ninguém dá por eles...

**Por detrás dos montes, a realidade é outra. A do isolamento. A do tempo mais vagaroso, que só lá chega dificilmente como se tivesse de escalar montanhas. Mas o tempo vai chegando. Pela mão dos homens de progresso, pela sua vontade capaz de quebrar barreiras. Exigem, lutam, projectam, realizam, quando à vontade se junta a confiança do povo. Vivem as gentes no meio do esplendoroso espectáculo das serras que se erguem a perder-se no sol, no meio das cintilações da água, como se se tratasse de um outro mundo. Vamos à fala e a gente é a mesma. Com as suas esperanças que são as de todos. No meio do espectáculo que lhes rodeia a vida, ninguém parece dar conta deles. Precisam de muita força, de muita vontade para afirmar-se. E fazem-no. Como aqui damos testemunho.**

■ LM

## PROVEZENDE A MUDANÇA COM MAIS FORÇA

É uma terra alcandorada sobre o Douro que a certas horas se pode ver refulgir lá em baixo e ao longe, a vista a descer pelos socalcos abaixo plantados de vinha. Antigo concelho, que recebeu foral de D. Afonso III e cujos limites iam até ao rio, é apenas freguesia, desde 1853. Dizem-nos ter sido o coração da melhor região demarcada pelo Marquês de Pombal. Mas tudo isso vai longe e agora, da antiga terra senhorial restam as pedras idosas dos solares e das opulentas igrejas. E se a filoxera roeu muito do património vinícola, o abandono a que a Câmara de Sabrosa votou a freguesia deixou à terra o isolamento. Não vamos, porém, falar de pedras. Nem de vinho, apesar do esplendor de umas e do sabor tratado de outro. Mas da gente de trabalho que conseguiu, em poucos anos, uma mudança significativa em Provezende. Com o apoio do povo.

É tudo gente nova, na casa dos vinte e dos trinta. O presidente da Junta, motorista dos bombeiros, tem trinta e quatro anos hoje. É independente, como a maioria dos eleitos da CDU na freguesia. O secretário, António Ribeiro, membro do PCP, acabou há pouco o serviço militar. A Maria José Martins é uma jovem de vinte e poucos anos, membro da Assembleia. Outro membro da Assembleia é o independente António Teixeira Fernandes, agricultor. Receberam-nos na sede da Junta, no meio de sinais evidentes de trabalho e de empenhamento em prol da freguesia. Os dossiers estão arrumados nas prateleiras. prontos à consulta. Noutra dependência alinham-se os instrumentos da fanfarra. Mais tarde faremos uma visita às obras realizadas. Por enquanto conversamos. E surge-nos uma pergunta. Como era antes? E outra. Como se conseguiu mudar?

### Uma brincadeira muito séria

«Isto começou tudo com uma brincadeira», diz-nos o presidente. Manifestamos o nosso espanto. **Uma brincadeira?**

«Foi mesmo assim», confirma. «Foi em 86, antes do nosso primeiro mandato. Estávamos fartos do PSD que não fazia nada pela terra. E houve um de nós que disse: e se a gente fizesse uma lista da APU? Reunimo-nos, fizemos uma equipa de dez, escolhemos o nosso cabeça de lista, fomos às eleições e ganhámos».

«Ninguém dizia que íamos ganhar», lembra Maria José. «Como éramos todos gente nova até nos chamavam a junta da canalha».

«Os jovens aqui não tinham credibilidade. Ela tinha 20 anos. O secretário tinha 21...».

Teixeira Fernandes esclarece:

«Eu não escondo que nessa altura não os apoiei. Não acreditava. Nem pensava que houvesse uma organização do Partido como há. Um cunhado meu dizia-me — "Tu não sabes como é que a malta é", mas eu não acreditava. Ora passados uns tempos fui-lhes dizer — apoio-os incondicionalmente!»

Porquê?

António Fernandes adianta ele próprio uma explicação: pelo trabalho feito. «Tudo o que prometemos foi cumprido. E se da primeira vez fomos eleitos 4 da CDU e 3 do PSD, nas últimas eleições o resultado da CDU foi mais forte ainda. Agora somos cinco e eles apenas dois. A última votação foi de 182 para a CDU e de 73 para o PSD.

*Vivem por detrás dos montes, no meio do esplendor. Poucos olham para eles. Vivem e trabalham e modificam e mudam*

E Teixeira Fernandes adianta:

«Da primeira vez eles não estavam convencidos. E desta tentaram convencer malta nova a alinhar nas listas. Iam tentar fazer o mesmo. Chegaram até a contactar gente nossa...»

E a Maria José:

«Todos foram contactados».

E o facto de terem sido eleitas mulheres não provocou descontentamento, preconceitos?

«Não. As pessoas apoiaram-nos muitos. Apoiaram-nos sempre», diz ela.

### Uma desgraça para eles

«Aquilo foi uma desgraça para eles, logo da primeira vez. Nós até achámos que íamos levar chumbo grosso, quando concorremos, há tanto tempo que estavam aqui na Junta. Os do PSD nem queriam sair da Junta, foi preciso ameaçá-los com o tribunal».

António Fernandes puxa dos dossiers, mostra as razões «deles».

«Tinham o livro de actas da Assembleia da Freguesia em branco, pensavam que estavam de pedra e cal».

Bom. Depois começou o trabalho. Foi fácil?

«Fácil? Tivemos de mudar tudo, até os costumes», diz o presidente. Mostra-nos com orgulho a arrumação dos papéis, os registos. «Eles deixaram aqui um maço de papel, foi tudo o que deixaram até 1986. E o presidente da Câmara não nos queria receber. Só eu consegui, os outros membros da Junta estavam mesmo proibidos de lá chegar. E quanto a dinheiro, nada, quase nada. Fizemos as obras do cemitério e, em quatro anos, a Câmara só nos deu cento e cinquenta contos. Ora as obras foram além dos mil».

Como conseguiram?

«Tivemos a ajuda da AECOD. E os nossos vencimentos também cá ficaram».

Os vossos vencimentos?

É Teixeira Fernandes que intervém, explicando: «Os vencimentos dos membros da Junta ficam cá. E a Junta é constituída por pessoas que vivem do seu trabalho. A outra era de gente de grandes rendimentos, no entanto ficavam com o dinheiro»...

«Tivemos de mudar muita coisa. Até o livro de registos do cemitério», mostra o presidente, um velho livro onde os registos se inscreviam uns sobre os outros, com emendas e rasuras.

«Como vê, isto era um nojo. Os ricos vinham aqui e falsificavam. Agora», mostra com orgulho a diferença, «qualquer pessoas chega aqui e vê os registos que estão como deve ser».

*As crianças já têm parque infantil. Como muitas outras obras da Junta de Provezende, foi construída com a ajuda da Associação dos Eleitos Comunistas e Outros Democratas (AECOD)*

*Agora o lavadouro já tem cobertura. Nem a água parece a mesma*

### O «alentejo» do Norte

«Isto passou a ser o "alentejo" do Norte. E não somos nós que dizemos, o antigo presidente é que passou a dizer isso de nós, da terra. Mas lá que isto levou uma volta é verdade».

Saímos para a rua, damos um passeio pela terra. Primeiro a ver as obras do cemitério, deixando para o fim coisas mais alegres.

Uma das preocupações da Junta CDU, desde o seu primeiro mandato, tem sido o apoio às crianças. Foi construída uma cobertura para os alunos do ciclo aguardarem o transporte para Sabrosa, a Junta subsidia a lenha para o aquecimento da esco-

*Quatro dos eleitos da CDU mostram a bandeira da Freguesia (o Presidente, António Fernandes, os membros da Assembleia António Teixeira Fernandes e Maria José Martins, e o Secretário da Junta, António Rocha Ribeiro)*

la primária, leva as crianças a passeios. E construiu, com a ajuda da AECOD, o parque infantil, onde fomos ver as crianças a brincar.

Mas não se fica por aqui a obra realizada, que levou a população a confirmar e a reforçar a sua confiança na equipa da CDU em Provezende. Foram instalados contentores e iniciada a recolha do lixo — que não era coisa que preocupasse os anteriores responsáveis —, foi organizado o serviço de limpeza das ruas. Hoje a face da freguesia é diferente. Até há bancos de jardim.

Mas há mais. Sem falar das próprias instalações da Junta — mesas para reuniões, cadeiras, estantes, a máquina de escrever. Há toda uma actividade dinamizada para a população. As festas culturais. O aparecimento da fanfarra, que não seria possível sem o ambiente criado, que completou há pouco o seu primeiro aniversário. O próprio Natal adquiriu uma dimensão de solidariedade que não tivera, com as lembranças que a Junta oferece às crianças até aos dez anos.

E o 25 de Abril. Que antes era um marco negro da história para os anteriores autarcas, é agora festejado pelo povo por iniciativa da Junta...

A conversa leva-nos depois aos problemas da terra, ao isolamento, à falta de emprego e de desenvolvimento, à pressão exercida sobre os pequenos gricultores e à exploração dos trabalhadores, que saem para a emigração. Mas são outras histórias.

Queremos saber das perspectivas para a freguesia. Que não são as melhores, dizem-nos. E mostram-nos a desproporção que existe entre os fundos atribuídos a outras terras mais pequenas e com menos habitantes e os que recebe Provezende.

Mas estão — todos — decididos a lutar. Fizeram novo programa de quatro anos. Que é para cumprir. O povo está ao corrente. Como tem estado permanentemente informado do que é feito, do que está por fazer. Das contas. A Junta CDU está ao serviço do povo. Por isso o orgulho com que nos mostram a bandeira, com o símbolo da terra, que o não tinha. ■

# CERVA PROJECTOS E VONTADE

**Vila de Cerva lhe continuam a chamar. De concelho que foi, com todas as honras durante séculos, é freguesia do concelho de Ribeira de Pena. Por mal dos seus pecados? Mas que pecados cometeu? Fomos vê-la, encostada nos contrafortes do Alvão, rodeada de montanhas. No meio do silêncio cavado corre o murmúrio da água do rio Poio, que se quebra em cascatas. É nesta pacífica paisagem qué surgem sinais de mudança. É que a CDU, que concorreu pela primeira vez na freguesia nas últimas eleições autárquicas ficou à beira de ganhar. Tanto bastou para se dar os primeiros passos. Hoje, Cerva já não é o que era...**

Descemos primeiro uma estrada em mau estado, serpenteando até ao fundo do vale. Sobre o rio, a vila sobre a encosta, e o caminho vai de mal a pior, até chegarmos a casa de António Lourenço (Valadinho), acompanhados de António Oliveira Teixeira. O primeiro, que nos recebe em casa, é um homem reformado, era carpinteiro de limpos; o segundo, é funcionário dos CTT. Valadinho é comunista, foi cabeça de lista da CDU; Teixeira afirma-se socialista. Ambos são membros, com mais outros dois, da Assembleia de Freguesia, eleitos pela Coligação Democrática Unitária.

«Antes não havia aqui nenhum eleito da CDU», recorda Valadinho. «Resolvemos arranjar uma equipa para avançar. Isto principalmente porque a Junta não funcionava bem, havia muitos problemas a resolver. Lá promessas havia. Eram os caminhos e acessos, era o abastecimento de águas, era a energia para as povoações que não têm puxadas. Tudo problemas que continuam a existir. Cerva é uma freguesia que tem vinte e oito lugares em seu redor, representa cinquenta por cento da área do concelho e metade dos eleitores. Seria natural que tivesse um tratamento de acordo com a sua dimensão. Mas o facto de a Junta ser da maioria ligada ao partido do presidente da Câmara não tem resolvido nada. Pelo contrário, os problemas crescem».

## Sem pés para andar

No entanto, se antes tudo ficava na mesma e ninguém sabia se havia verdadeiramente projectos ou não para mudar o estado de coisas, hoje já não é assim. Há projectos. Não são da Junta, porém. São dos eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia. Valadinho mostra-nos um deles, desdobrando uma vasta planta que traçou da freguesia, um trabalho aturado onde se inscrevem melhoramentos a fazer, caminhos a abrir, buracos a tapar.

«Fui eu quem apresentou o projecto», diz António Teixeira, «e o Presidente ficou de apresentá-lo ao engenheiro da Câmara. Isto foi no fim de Janeiro, mas até agora ainda não houve resposta. De resto o presidente meteu licença e foi para a Venezuela...»

**Fugiu?**

«Não foi bem isso. Meteu licença. Está temporariamente substituído...»

**E qual tem sido o vosso papel na autarquia. Que relações têm com os outros membros, os do PSD?**

Ainda António Teixeira: «O ambiente é bom. Fazemos acordos para o bem das populações. Mas a verdade é que o executivo não tem pés para andar, já demonstraram isso. E o nosso papel é o de empurrar. Se não empurrarmos fica tudo na mesma.»

**E a situação financeira?**

«Está a ser preparada uma sindicância à Junta», revela Valadinho, «porque não havia justificações para despesas de alguns milhares de contos. Isto aqui é uma freguesia rica, tem vastos baldios, apesar de as onze minas de volfrâmio que havia terem sido praticamente encerradas. Ora apareciam despesas incompreensíveis, facturas de táxis de viagens que nem sequer eram aqui no concelho.»

**Mas havia dinheiro.**

«Dinheiro havia. Mas mal aproveitado. Os trabalhos eram mal executados, como hão-de poder ver por aí. Por alturas das campanhas eleitorais mandavam para aqui um contingente de trabalhadores a tapar os buracos. Mas usavam terra e areão, vinha uma chuvada e ia tudo por água abaixo».

## Perspectivas

Voltamos aos objectivos, neste jogo de empurra. Os eleitos da CDU, embora não tenham ganho as eleições — por meia dúzia de votos! —, estão empenhados numa luta pela valorização da terra. E não se isolam. Têm o apoio do povo. Diz Valadinho:

«Um dos nossos objectivos, por exemplo, e que é muito importante, é o do alargamento e pavimentação da estrada 312, até à ligação com a de Ribeira de Pena para Mondim de Basto. Foi feita uma exposição completa, e recolheu-se um abaixo-assinado com mais de mil assinaturas, que enviámos para vários órgãos de soberania. É um trabalho que tem sido dinamizado ao longo do tempo, e que não vai parar. Outro objectivo é a criação de um lar para a terceira idade. Solicitámo-lo ao Centro Regional mas responderam negativamente».

«Esta é uma das freguesias onde tenho passado onde mais reformas se pagam», esclarece António Teixeira servindo-se da sua experiência profissional. «Há por aqui muitos idosos e inválidos.»

Mas há mais projectos em desenvolvimento. Pensam em urbanização, em turismo, usando a bela região. Chovem na mesa as ideias.

«Uma fábrica de madeiras», avança Teixeira. «Isto aqui só tem a agricultura, não tem mais nada.»

«Há aí uma cooperativa de artesanato», diz Valadinho, «receberam mesmo um curso de formação, mas agora acabou o subsídio e não há escoamento que justifique. São dez pessoas à beira do desemprego. É uma situação que tem de mudar.»

## Mudanças

Mas algo mudou já. Quisemos saber o que mudou a nível político, numa terra em que imperava o PSD.

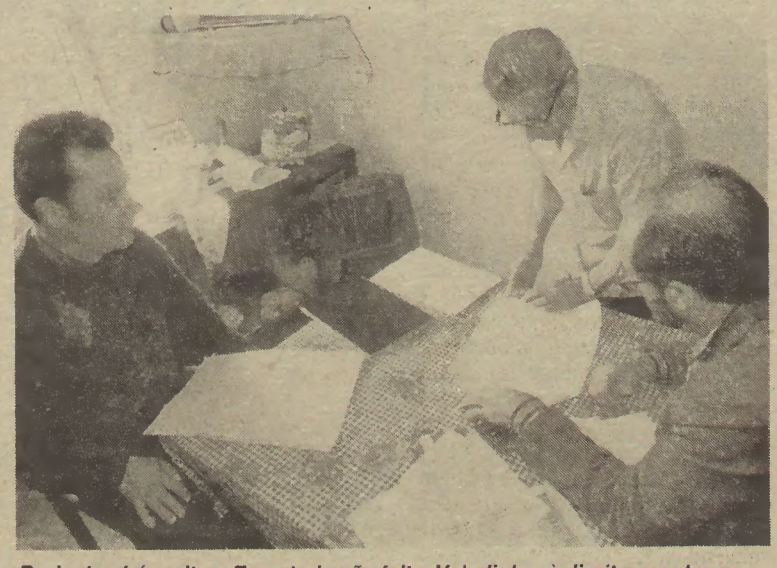
«Muita gente ia abrindo os olhos», recorda Teixeira. «Mas eles metiam medo às pessoas, sobretudo aos velhos. Diziam aos velhos que se a CDU ganhasse eles perdiam as reformas! E houve gente que teve medo. E apareciam com ameaças. Pode ver-se como estas eleições foram "livres"...»

«Mas agora, ultimamente, eles têm-se visto confrontados connosco. Isto já mudou bastante, e as perspectivas são boas. Aliás o pessoal nos julgará.»

**Mas como foram as eleições?**

«O PSD dizia no programa, só, que ia continuar a obra. Como não havia obra nenhuma... E gabavam-se, diziam que iam fazer cair o "muro de Berlim" aqui na serra. Isto só vai à lambada, ameaçavam eles.»

«É que até essa altura ninguém lhes tinha feito frente», lembra Valadinho.



*Projectos há muitos. E vontade não falta. Valadinho, à direita, mostra ao «Avante!» um sonho para tornar realidade. À esquerda, António Teixeira*

E Teixeira recorda como na sessão do PSD só havia sete pessoas. «Na nossa sessão a sala estava cheia. Então veio o actual presidente da junta, mais o presidente da câmara e um deputado do PSD. Vieram provocar, e porque sozinhos não conseguiram chegar às pessoas.»

«Depois dos resultados, ficaram muito abatidos. Agora, quando as pessoas vão ter com ele, com o presidente da junta, ele manda-as ter comigo, vão ter com o Valadinho»...

«É que mudou logo tudo», explica António Teixeira. «A primeira vitória que nós tivemos foi que a primeira sessão da Assembleia de Freguesia fosse aberta ao povo. Que não podia ser, que não nos deixavam trabalhar. Mas conseguimos. E na última assembleia já houve vinte pessoas a assistir e a pôr problemas. Antes, o povo não podia saber o que se passava. Agora vem junto de nós pôr os seus problemas e sabe que a gente os vai debater na Assembleia».

Depois da breve conversa, damos uma volta pela terra. Ouvimos a cada passo projectos. Que um dia serão possíveis, por vontade destes homens, que têm a confiança do povo. ■

*Em Cerva é assim. Mas a beleza também se constrói. E há muito para fazer*

# Pontos Cardeais

## Perfis

Alberto João Jardim, sempre conclusivo quando abre a boca, decidiu agora que o seu correligionário Eurico de Melo «não tem perfil para se envolver numa batalha eleitoral presidencial, embora tenha perfil para o exercício do cargo».
Recordando antigos acalentos de Jardim em se candidatar à presidência da República e conhecendo o seu fraquinho pelo espelho, onde se mira quanto pode, é razoável admitir que o impagável presidente da Região Autónoma da Madeira procurasse ver-se a si próprio, nesta sua contemplação a Eurico de Melo. E como os espelhos devolvem imagens invertidas, teremos então um Alberto João Jardim em inesperado acerto de imagem: com perfil para se envolver numa batalha eleitoral presidencial, embora não tendo perfil para o exercício do cargo.

## Rentabilidades

Segundo o ministro do Emprego e Segurança Social, Silva Peneda, a formação profissional é assim uma coisa a modos que prioritária, «uma opção claramente assumida pelo Governo na busca de valorização do elemento mais valioso da comunidade portuguesa — os recursos humanos».
Está explicada a atitude deste Governo ao aceitar os ditames da CEE impondo redução de direitos dos trabalhadores portugueses no seio da Comunidade: é para pôr os nossos recursos humanos a render.

## Estudos

Em resposta a uma carta enviada por um grupo de agricultores algarvios cujas terras serão afectadas pela auto-estrada da Via do Infante, o Provedor de Justiça, Ângelo de Almeida Ribeiro, condenou a ausência de um estudo sobre o impacto ambiental desta obra, considerando que tal constituía «uma obrigação que decorre da ordem jurídica comunitária», aconselhando por isso o Governo a proceder ao referido estudo.
Na verdade este Governo é verdadeiramente de extremos: ou paga estudos de 100 000 contos sem ter obra para fazer, como foi o caso dos terrenos do Hospital Júlio de Matos, ou paga obras de muitos milhões de contos sem ligar peva aos estudos.
O que nos leva à conclusão que, para este Governo, só há uma ligação possível entre o pensar e o fazer: é aquela onde circula o dinheiro...

## Avaliações

A consigna SAER significa Sociedade de Avaliação de Empresas e Risco e tem por responsável o ex-ministro das Finanças, Ernâni Lopes.
Como é uma Sociedade feita para avaliar, pegou na economia portuguesa e decidiu que esta está numa fase de crescimento favorável, a qual estimula os aumentos de salários.
Trata-se de uma avaliação estimulante. A merecer, sem dúvida, aumento de salário.

## Reconciliações

Na presença de empresários, autarcas, governadores civis, militares e até figuras da Igreja, Cavaco Silva e Eurico de Melo trocaram há dias um **discreto abraço de reconciliação**, no dizer mimoso de alguns escribas cá da praça, sempre prontos a difundir — muito objectivamente, é claro — os transes emocionais do poder.

Convenhamos que um abraço fotografado, filmado, gravado, relatado e descrito desde a ponta das unhas de cada braço envolvido na operação até ao perfil dos abraçadores propriamente ditos, dificilmente poderá ser encarado como **discreto**, mas enfim, cada qual faz o espalhafato que quer — até com a discrição.
Mas felizmente que somos um País de brandos costumes e, sobretudo, não estamos na Sicília: aí as zangas privadas e públicas reconciliações são bem mais violentas — embora também discretas.

# Gazetilha

*por Ignotus Sum*

### Eu, calipto, me confesso

É mau o eucalipto? Não, não é.
Se o povo se desgosta
de o ver no campo ou na encosta,
é por má-fé
ou por ignorância — tanta
em todo o lado.
O eucalipto é uma árvore santa.
Diz-se até que vai ser canonizada.

Acabem-se as mentiras a granel!

NOTA: Este poema foi-me encomendado pela Soporcel.

### Tudo «transpirente»!

Alguns ministros — notícia bruta!
têm os seus telefones sob escuta.

O que dirão, terríveis e sinistros,
fora do seu Conselho de Ministros?

Certas informações com travo de cicuta,
não serão já umas filhas da escuta?

Algumas revistas e jornais
se calhar telefonavam demais...

Hoje, que a escuta inunda,
virão as artes do Garganta Funda?

Não. O Governo não tem uma voz dogmática.
É tudo «transpirência» democrática...

### Queres habitação ou habituação?

Venho dar
na actual situação
notícias da habitação.
E como não é tempo de votar,
tempo de grandes loas,
notícias não são boas.

Os créditos são mais
difíceis. Quem quiser
casa própria, em casos tais,
o melhor é não querer.

Cavaco prometeu? Ai, ai!
Onde é que isso já vai...

De certo: mais dia, menos dia
vai haver mais promessa.
Eu não quero, com esta poesia,
dizer que não vás nessa.
Chamam-te um figo.
Se não te importas, isso é lá contigo...

### A peruca

Redobro de atenção quando entro na baiúca.
Cada palavra lá zune como uma bala.
Refiro-me à TV que já rebenta a escala.
Herdeira do que foi, parece mais caduca.

Ora há dias, porém, a pobre da maluca
talvez pra variar da intriga que badala
pôs-nos de prevenção, tirando esta da mala:
sabe-se que os nazis estão a usar peruca...

Ficamos todos nós bem gratos pelo aviso.
Mas quem, aqui e além, ainda tem juízo
e experiência que dá mais força a quem a tem,

sabe que em todo o lado o nazi, com a breca,
ao se conhece pelo cabelo ou pela careca
mas sim pelo que faz, com a peruca ou sem...

# Congresso/

Avante!

Ano 60 – Série VII
N.º 849
5 de Abril de 1990
**4.º Caderno**
Não pode ser vendido separadamente

# Mesas Redondas

## MULHERES, SITUAÇÃO, PROBLEMAS E LUTAS

## Novas e velhas questões

**Fernando Morais,** sindicalista, do FSTIEP

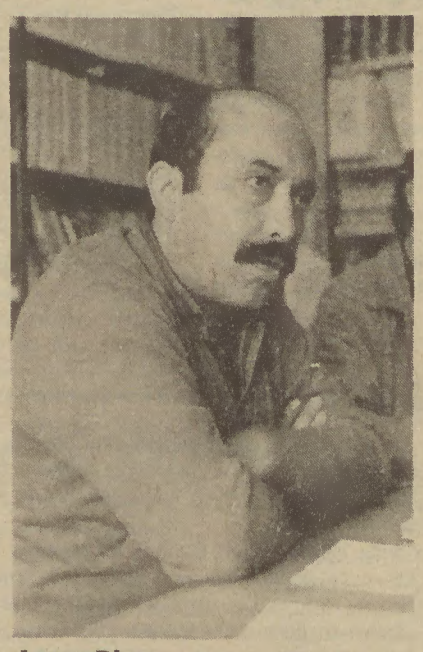
**Helena Neves,** suplente do CC, membro da Direcção do MDM

**Fernanda Mateus,** membro do CC do PCP e da Direcção do MDM

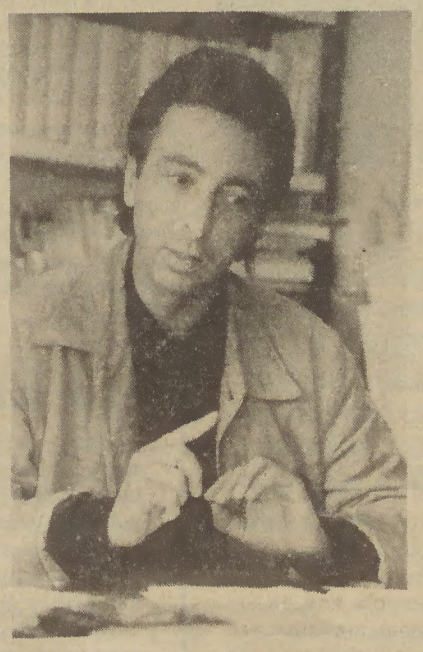
**Odete Filipe,** suplente do CC, membro do Conselho Nacional da CGTP/IN

## MUTAÇÕES SOCIAIS E ORGANIZAÇÕES DO PARTIDO

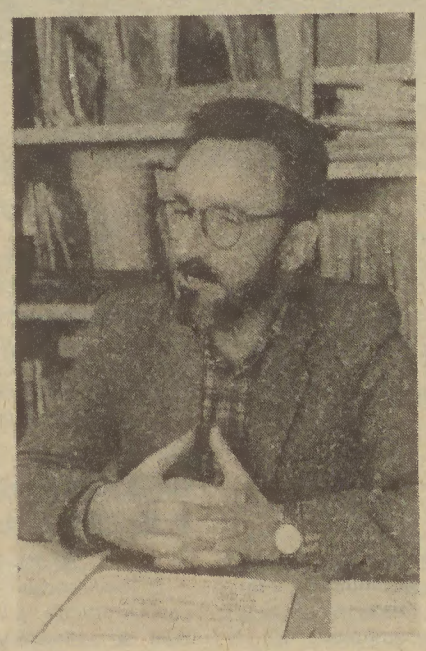
## Ao encontro das novas realidades



**Jorge Pires,** suplente do CC, membro do Secretariado da DORS



**António Murteira,** membro do CC e da Comissão Executiva da DORA



**Carlos Grilo,** membro do CC e do Executivo da DORL

XIII CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO
PCP
LOURES · 18 · 19 · 20 · MAIO · 199

# Uma noite de sexta-feira em tons de vermelho-jovem

**Sala branca, luz vermelha, cubos-bancos também vermelhos com foice-e-martelo no tampo. Ao fundo, um par de mãos de cabelos longos e formas graciosas dispõe com cautela objectos bonitos dourado-sujos. Era uma noite de sexta-feira, preparava-se um acontecimento jovem na casa da Sousa Martins. Passada meia-hora, os bancos-cubos estão todos ocupados. Pela porta que dá para o corredor e pela outra, a do bar, os que acabaram de chegar espreitam um sítio onde assentar arraiais. De bloco e caneta ou sem eles, com teses ou com mãos vazias, está ali, na sede da Juventude Comunista Português, uma centena de jovens para debater com Álvaro Cunhal as ideias a levar ao XIII Congresso (extraordinário) do PCP.**

Como não pode deixar de ser em qualquer reunião que se preze, primeira questão que se levanta, mal o Quim Tavares dá o pontapé de saída, é «não fumem na sala», coisa resolvida pronta e pacificamente com um simples apelo às consciências fumadoras. Nos poucos segundos que demora este intróito, vai-se fazendo silêncio, vai-se esvaziando o bar... Pouco minutos depois de o secretário-geral do Partido iniciar a exposição sobre o conteúdo das teses para o Congresso, já é tal a atenção que até se ouve os beijinhos daquela rapariga que chegou mais tarde e cumprimenta os amigos com um simpático «pertem-se lá».

## Aqui vê-se

Álvaro Cunhal começa por referir-se à realidade nacional acentuando que a análise do que se passa em Portugal ajuda a dar resposta aos problemas nacionais e a compreender os acontecimentos mais distantes.

Chama a atenção para a política de classe do Governo e do PSD, e para a necessidade de a esta política do grande capital se opor uma outra política de classe e um outro partido de classe, que com coerência e firmeza defenda os interesses dos trabalhadores.

Reportando ainda à situação portuguesa, o secretário-geral do PCP replica aos que hoje põem em causa a ideia de revolução e os povos que ousaram querer uma sociedade diferente, não capitalista, seja em Portugal, em África, ou no Leste da Europa: a revolução não perdeu o seu valor, pode-se criar condições, pela luta, para alterações profundas na sociedade.

Para que no nosso País se modifique a actual política e seja encontrada uma alternativa, é indispensável o entendimento do PCP e do PS, de todas as forças democráticas; mas, lembra Álvaro Cunhal, a melhor forma de garantir a convergência dos democratas é reforçar o PCP — e reforçar a influência também da JCP.

## Internacionalismo

Aquele objectivo coloca-se numa altura em que, nota a dirigente comunista, a social-democracia pode parecer uma solução, pois o capitalismo mostra potencialidades enquanto o socialismo revela muitos problemas. Álvaro Cunhal contraria afirmações de militantes do Partido surgidas na imprensa do dia: ao abordar os problemas dos países socialistas leste-europeus, as teses não apontam apenas erros humanos, mas também erros de estrutura.

As teses admitem que noutros países socialistas se possam registar ainda fenómenos como os que levaram os países de Leste à actual crise. O secretário-geral do PCP, lembrando questões que têm surgido durante o debate preparatório do Congresso, explica por que não denuncia e combate o Partido tais fenómenos: não é esse o nosso combate principal, a desagregação e o insucesso dos países socialistas comprometem a luta de libertação dos povos e dos trabalhadores; mantemos, sim, uma posição de firme combate ao imperialismo, à sua natureza agressiva e exploradora.

No País, no Partido, na Juventude — afirma — os sentimentos internacionalistas são muito fortes: para o PCP a linha fundamental do internacionalismo, sem esquecer outras direcções, passa pela comunidade de interesses dos trabalhadores de todo o mundo.

## Ideal comunista e democracia

O ideal comunista não faliu. Álvaro Cunhal retorna às injustiças, aos problemas, à realidade por transformar aqui, em Portugal, e tendo em conta os acontecimentos e ensinamentos novos — que levam a que nas teses se dê mais atenção (do que nos documentos do XII Congresso) às questões da democracia política.

A primeira pergunta vem a talhe de foice: uma vez no poder, o PCP estaria imune a cometer erros semelhantes nesta matéria? Passadas outra pergunta e uma intervenção com uma data delas, Álvaro Cunhal responde: não podemos afirmar quais seriam os desenvolvimentos, é muito fácil abusar do poder, há que institucionalizar os mecanismos de controlo, acompanhamento, vigilância e participação colectiva que impeçam isso. «Estou convencido que não faríamos igual, porque conheço este Partido. Mas temos que estar atentos» — conclui.

Depois das respostas aos primeiros três camaradas, vem uma avalanche de questões e opiniões que prolonga o encontro até um pouco depois da meia-noite.

Sobressai no debate a necessidade de melhorar o estudo aprofundado do capitalismo. Álvaro Cunhal manifesta alguma tristeza pela paralisação do pensamento económico nos países socialistas e pela ingenuidade e desconhecimento com que alguns dirigentes vêm realidades económicas capitalistas.

Fala-se ainda de Estado de direito («que nós aqui exigimos e o Governo não respeita»), de centralismo democrático e necessidade de uma correcta transmissão de opiniões («o critério não é fechar os olhos e os ouvidos»), «recusamos a ideia de um partido com uma aristocracia pensante que ouve os outros por condescendência»), do secretário-geral e da forma como o CC debate o futuro do exercício do cargo («é necessário conhecer a intervenção real dos camaradas, e não avaliar só de fora, pela imagem»), das diferenças de opinião no Partido («não só isso é natural, como seria um absurdo pensar que todos víamos o mundo da mesma maneira quando ele está a ser assim abalado»), dos comportamentos negativos de militantes («o problema não é terem ideias diferentes e manifestá-las no Partido, mas sim o facto de as inserirem no combate dos adversários contra o Partido»).

## A força dos meios e a outra

Vem a lume a necessidade de melhorar a comunicação do Partido com as massas: são necessários grandes recursos financeiros, estamos em condições de extrema desigualdade, com muito menos meios; há bons exemplos do aproveitamento destes escassos meios — Álvaro Cunhal refere alguns, na imprensa e na propaganda —, mas, por vezes, também não encontramos o melhor mensageiro. A actuação dos comunistas é assim o melhor meio de destruir os rótulos que tentam colar ao PCP, e que «são tantos que mais logo já não há espaço na garrafa».

Mas, neste panorama, uma verdade sobressai no combate das ideias: «Não temos pecados na consciência que nos envergonhem de ser comunistas quando olhamos o nosso povo».

A conversa termina no espaço dos bancos-cubos.

Continua no bar, no corredor, no *hall*...

Pelo meio de toda aquela gente nova, levantadas por sobre as cabeças, já dançam duas violas, em direcção aos microfones. Adivinhe, leitor, o que vem a seguir, nesta noite de sexta-feira em tons de vermelho-jovem...

■ **DM**

## Espaço *aberto*

**Aberto ao convívio, à música, à arte, às ideias e a quem as tem frescas, aberto aos jovens. E em tons de vermelho! É assim que se pretende o café-concerto que funciona todos os *sábados à noite* (pelo menos), na sede da JCP em Lisboa. A antestreia teve lugar na semana passada, com uma iniciativa em cheio: o encontro com o secretário-geral do PCP. Discretamente — com o *charme* das coisas belas —, lá estava também uma exposição de artesanato (ourivesaria) que, pelo que dizem, ainda pode ser apreciada durante mais uns dias. O que é que vai haver mais? Como não sei, o melhor é passar por lá depois de amanhã. Fica na rua Sousa Martins, n.º 8 (mesmo ao pé do Mundial).**

## Você está morto!

Entre outras histórias que, a propósito disto ou daquilo, vieram à baila no encontro de sexta-feira passada, houve esta, contada por Álvaro Cunhal quando falava das dificuldades que os comunistas e os revolucionários actualmente enfrentam.

Numa cela vizinha da de Álvaro Cunhal, durante um dos períodos que passou nas prisões do fascismo, estava um preso com a saúde muito abalada. A situação era de tal modo grave, que, uma vez, ao vê-lo, o médico previu mesmo: «Este não dura duas horas». Passadas as duas horas, ou mais, vai à dita cela o enfermeiro e vê o preso sentado a fumar. «Mas você não sabe que está morto?» «Eu? Estou vivo». «Ora essa! Então quer saber mais que o médico?»

## MULHERES, SITUAÇÃO, PROBLEMAS E LUTAS

Mesa redonda

# Novas e velhas questões

A situação, problemas e lutas das mulheres, foi o tema central desta mesa-redonda, em que nos reunimos com **Fernanda Mateus** e **Helena Neves**, do Movimento Democrático das Mulheres, e os sindicalistas **Odete Filipe** e **Fernando Morais** (do FSTIEP).
O tema é naturalmente inesgotável. Cingimo-nos, portanto, a questões muito actuais. Que respeitam às mulheres portuguesas, aqui e agora, e à mulher trabalhadora. Mas outras também, bem mais amplas, que traduzem muito da época que vivemos, das lutas e dos debates em que mulheres, homens e jovens estão envolvidos, em particular no nosso velho continente.

**A.V. A primeira questão que avançámos tem a ver muito directamente com a nossa realidade, qui e agora. Concretamente, o debate na Assembleia da República sobre a prolemática da mulher, e nomeadamente a posição tomada pelo Governo, e o caso «especial» do discurso de Beleza, pelo seu carácter particularmente contraditório com as realidades.**

**F.M.** Eu creio que a iniciativa do PCP de realizar este debate sobre a situação da mulher em Portugal, foi uma iniciativa extremamente pertinente, e que demonstrou que, na verdade, a própria Assembleia da República deve debater a problemática feminina mais assiduamente e que as comemorações do 8 de Março são um importante pretexto, digamos assim, para que se discutam as questões das mulheres.

Foi muito positivo e creio que ficou claro, por parte da bancada do PCP, o conhecimento exacto dos problemas que se colocam às mulheres no momento actual, com particular incidência para a denúncia que foi feita relativamente aos problemas da mulher trabalhadora que é um dos aspectos mais preocupantes no que se refere às discriminações de que são alvo as mulheres.

Através da intervenção de fundo da deputada Ilda Figueiredo — que procurou apresentar, um quadro dos problemas relativos à situação sócio-profissional das mulheres, designadamente os problemas da precariedade de emprego, e do desemprego — creio que se demonstrou claramente a motivação do PCP em abordar e defender os interesses das mulheres.

Um aspecto que me parece bastante interessante, e que decorreu daquele debate, é que, apesar do aparente consenso relativamente às questões das mulheres, e na verdade não houve nenhuma bancada que de um lado ou outro não abordasse o problema das discriminações e o desejo de igualdade das mulheres, creio que ficaram claras as profundas diferenças de opinião relativamente às razões que levam às discriminações das mulheres.

Assim, por parte do PCP, ficou clara a responsabilização do governo no conjunto de discriminações que se fazem sentir de uma forma mais aguda para as mulheres portuguesas e também a responsabilidade que a Assembleia da República deve ter na discussão e acompanhamento dos problemas que se referem às mulheres.

Creio que também foi evidente, da parte do Governo e concretamente dos deputados do PSD que intervieram naquele debate, a tentativa de demitir-se e demarcar-se da responsabilidade que têm em áreas fundamentais, como sejam as questões do privado, das discriminações das mulheres em geral, da degradação da qualidade de vida.

Na verdade, através do discurso, quer de Leonor Beleza, quer de outros deputados, procurou-se responsabilizar exclusivamente a sociedade civil pela resolução de um conjunto de problemas que se colocam às mulheres.

Não estamos naturalmente de acordo com esta afirmação. O poder político, e muito particularmente o Governo, tem responsabilidades muito sérias, mesmo consagradas na Constituição, em áreas fundamentais para a vida das mulheres. Mas a pergunta que se pode colocar quando o Governo responsabiliza a sociedade civil pela resolução de todos os problemas da mulher, é — que sociedade civil?

São os empregadores, individualmente, quando eles têm como objectivo o maior lucro da empresa? São as mulheres? As suas organizações femininas?

Bom, o que é facto é que a maioria retirou de um projecto apresentado na Assembleia da República, o projecto de Associações das Mulheres, aspectos essenciais, como sejam o direito ao tempo de antena, que permitia às próprias organizações de mulheres intervir de uma forma mais activa na denúncia destes problemas.

**Assim, por parte do PCP, ficou clara a responsabilização do governo no conjunto de discriminações que se fazem sentir de uma forma mais aguda para as mulheres portuguesas e também a responsabilidade que a Assembleia da República deve ter na discussão e acompanhamento dos problemas que se referem às mulheres.**

Assim, ficou claro que, se o governo e a maioria não podem hoje, no plano formal, deixar de ir ao encontro das aspirações das mulheres, também aqui importa dizer que esta mudança de discurso tem a ver com a luta das mulheres ao longo destes anos, com a consciêcia que estas têm vindo a adquirir dos seus direitos. Não é menos verdade que o Governo procura escamotear e desresponsabilizar-se em áreas fundamentais.

O debate deixou clar estas contradições e constitui um alerta para o movimento das mulheres no sebtido de conseguir ter uma acção muito mais enérgica, muito mais activa, de denúncia desta situação. Porque uma coisa é o discurso formal, outra coisa é como na prática o governo tem degradado a qualidade de vida das mulheres e acentuado as discriminações.

**H.N.** Uma das questões que me parece mais importante para a nossa reflexão em termos políticos é o facto de o discurso pela igualdade aparecer neste momento como um discurso quase anódino. Ou seja, nós vemos no próprio debate, deputados da direita assumirem o discurso das feministas. Um discurso em que querem imputar para si o que resulta da acção das mulheres na sua luta pela igualdade. Isto por um lado representa a força do movimento das mulheres, e por outro, representa também a sua fraqueza. A força, porque neste momento são incontestáveis uma série de bandeiras de luta e de reivindicações avançadas nos anos 70, mas por outro lado, isto significa que este discurso sofre uma certa desvalorização, e penso que em termos de opinião pública, das mulheres não politizadas, das mulheres desorganizadas, surge é a ideia de que afinal todos pensam a mesma coisa. Ou seja — há uma partilha do discurso sobre a igualdade, ou mais concretamente a direita tem sabido assumir, de uma maneira extremamente hábil, o discurso antidiscriminatório das mulheres, e a esquerda não tem sabido dar resposta. E por isso dilui-se, em termos de diferentes mensagens, ds seus diferentes conteúdos. As coisas aparecem formalmente iguais e o ouvinte é levado a pensar que o conteúdo é igual.

E isto não é apenas em termos de diagnóstico. Porque nós podemos dizer, em termos de diagnóstico, eles, o poder até já não ousam negar questões como a precarização do trabalho, degradação da qualidade vida, maior peso da economia paralela, questões como a violência, que se abate sobre a vida das mulheres. Mas não é apenas em termos de diagnóstico. É em termos de as forças democráticas, e o PCP, colocarem em primeiro lugar, por exemplo, problemas de emprego. E eles dizem, sim senhor, mas nós temos acções de formação, nós até temos acção mobilizadora junto dos empresários.

Eu penso que esta diluição da diferença passa ao ouvinte não politizado, e tem a ver também com fraquezas da esquerda, relativamente a esta frente.

Considero extremamente positivo que o PCP tenha agendado um debate na Assembleia da República sobre os problemas das mulheres. Considero é que tudo isto está em atraso. Na verdade nós só enaltecemos isto porque não é banal. Já deveria ter entrado na prática política do Partido o debruçar-se sobre a questão feminina. O problema aliás vê-se, se olharmos para as teses do Congresso (embora este seja um Congresso extraordinário), em que a questão feminina mais uma vez é subalternizada.

**Se não tivesse havido transformações tão profundas na sociedade portuguesa, e se essas transformações tão profundas não tivessem levado a uma maior consciência das mulheres, e os próprios movimentos femininos não travassem uma luta para a concretização dos direitos, a direita não alteraria o discurso.**

Sintetizando: habilidade da direita, fraqueza da esquerda relativamente a esta questão. Há atrasos no tratamento da problemática feminina, que é uma problemática específica e que tem sido sistematicamente perspectivada sob o ângulo do interesse geral. As questões específicas das mulheres são sistemáticamente olhadas, ou pelo menos são esbatidas, são subalternizadas, de acordo com uma perspectiva em que o que interessa é a luta geral dos trabalhadores. É a contradição antagónica e a contradição não antagónica. A contradição antagónica, entre capitalistas e trabalhadores, a não antagónica, entre homem e mulher. No fundo isto corresponde a uma perspectiva não dialéctica.

**A.V. Podemos então falar de habilidade da direita e fraqueza da esquerda?**

**F.M.** Eu estou muito de acordo com o que a Lena disse, discordo apenas, quando ela diz que há fraqueza na esquerda relativamente a esta questão.

Se não tivesse havido transformações tão profundas na sociedade portuguesa, e se essas transformações tão profundas não tivessem levado a uma maior consciência das mulheres, e os próprios movimentos femininos não travassem uma luta para a concretização dos direitos, a direita não alteraria o discurso.

Neste sentido considero que a alteração do discurso da direita tem a ver com êxitos, com a luta geral das forças revolucionárias em Portugal e a luta específica dos movimentos femininos pela conquista dos direitos da mulher.

Eu acho que não tem havido fraqueza nem do Partido nem da esquerda no movimento feminino. Acho que há um património em que todos, de uma maneira ou de outra, contribuímos para as profundas alterações. Penso no entanto que estas alterações do discurso de direita devem levar o Partido a devem levar o movimento feminino, a reflectir sobre a importância de contribuir para o reforço da intervenção e participação das mulheres aos mais diversos níveis e para o reforço da intervenção do movimento feminino e da luta específica das mulheres pelos seus interesses.

É o desafio de procurar deixar claro na sociedade portuguesa que tudo aquilo que se avançou no sentido positivo, tudo aquilo que a sociedade assimilou como direitos adquiridos, é património das forças mais coerentes. O grande desafio que se coloca hoje é demonstrarmos que por detrás desta formal igualdade e deste aparente consenso, as discriminações ganham novos contornos, pelo que se impõe reforçarmos a luta específica pelos interesses das mulheres.

→

Mesa redonda

# Novas e velhas questões

**H.N.** Tudo o que diz respeito à luta da mulher pela sua libertação, é património de esquerda, porque a situação da mulher dá saltos qualitativos em cada momento revolucionário. Agora eu penso que este assumir do discurso da igualdade pela direita tem mais a ver com o movimento comunista, com o movimento das mulheres, com o facto de o movimento não ser apenas fenómeno de superfície, e ter atravessado toda a sociedade, e quando atravessa a sociedade, atravessa as próprias forças de esquerda, e de facto ainda há poucos anos falar de sexismo dentro do PCP era uma coisa tremenda.

Eu penso que é evidente que se não for no quadro da esquerda e nomeadamente do Partido Comunista, eu não sei como é que a situação da mulher pode ser perspectivada, e a sua libertação, em toda a sua amplitude. Mas também não vejo a esquerda, nem o Partido Comunista, no nosso país, perspectivarem hoje, aqui e agora, essa libertação.

O problema do trabalho é primordial. Mas não é único. Há esferas que preocupam a mulher, e que também deveriam preocupar o homem, relativamente à sua libertação, e que não fazem parte do discurso revolucionário. Há atrasos. Ainda não se discute ideologicamente a questão da libertação feminina. E quando se discute é só na esfera do trabalho, na esfera da participação social e política.

**Outro problema extremamente grave e complicado que diz directamente respeito às mulheres, é o problema da maternidade. Actualmente quase podemos dizer que a maternidade está a prémio. Verificamos que os baixos salários que as mulheres auferem, e portanto a necessidade que têm de melhores salários, são abusivamente utilizados nas empresas.**

Aliás o que se está a passar nos países socialistas é muito interessante. O que é que se está a passar, por exemplo, na RDA? Na RDA, estes acontecimentos trouxeram um eclodir do movimento das mulheres e dos trabalhadores. Existia uma Federação de mulheres, que era consentida na RDA, que era muito bem comportadinha, que só falava de anti-imperialismo, de capitalismo. Problemas conjugais, nem pouco mais ou menos, problemas de amor, ou de sexualidade, também não. Só que hoje, quem é que toma as posições efectivamente mais revolucionárias? É de facto a Federação independente das mulheres. Que inclusivamente denunciou o consumismo terrorista da propaganda capitalista e que diz também que deve haver uma alternativa, num quadro do socialismo, no sentido da sua emancipação.

Só que estas mulheres têm para trás uma história em que a esquerda, e nomeadamente o Partido Comunista, estavam de costa voltadas. E o que havia era um movimento de mulheres consentido, que era apenas uma franja.

**AV. Qual a situação da mulher trabalhadora, hoje, neste quadro de precarização do trabalho?**

**O.F.** Em relação aos problemas da mulher em Portugal, iria debruçar-me mais sobre o que respeita às mulheres trabalhadoras. Começaria por dizer que hoje — naturalmente que vejo que há problemas grandes, há dificuldades —, mas não devemos ser muito pessimistas, pois já muita coisa mudou, há muita transformação, apesar de não ser ainda aquela óptima que nós gostávamos.

Eu penso que o património dos direitos actuais das mulheres e dos trabalhadores e do povo em geral, é um património do 25 de Abril, das mulheres e do PCP.

Vem muito a ideia, e às vezes não estou muito de acordo com isto, que há um discurso igualitário, em relação ao direito à igualdade, às mesmas oportunidades.

Eu penso que o PCP não tem um discurso igualitário. Não é por acaso que nós somos acusados muitas vezes de ter a «cassete». Há deficiências, há dificuldades, há falhas no PCP em relação ao trabalho e à luta das mulheres, mas tem sido sempre uma das suas características, denunciar, apesar dos direitos e de todas as conquistas, as discriminações, a ofensiva, a retirada de direitos, e o princípio de alertar as próprias mulheres para se juntarem, se organizarem, para fazerem valer os seus direitos. Portanto, penso que há um património muito grande dentro do PCP em relação à luta e à participação das mulheres que não devemos deitar fora.

Daí eu pensar que o discurso não é tanto igualitário. A direita fala de uma forma e nós fazêmo-lo de outra. De qualquer das maneiras hoje, apesar de todos os direitos, da igualdade de oportunidades, a situação das mulheres é extremamente grave e preocupante, e com tendência a agravar-se. Fala-se muito em modernidade, em desenvolvimento, em progresso, mas era bom, e essa uma característica que também temos, não só analisar o bom, mas o que é que está mal, para transformar. E é isso que na minha opinião deve ser a grande frente de batalha e de esclarecimento e empenhamento do PCP para alertar as mulheres que ainda hoje possam estar adormecidas e fazer compreender aos homens a importância que tem a participação das mulheres para alterar tudo isto num sentido positivo.

**AV. E o que está mal?**

**O.F.** Indo mais ao concreto. Um dos problemas mais graves hoje no mundo do trabalho, e em particular em relação às mulheres, é a situação de insegurança no emprego. Ou seja, a precariedade do emprego leva a situações de atraso na situação das próprias mulheres. Exemplificando: hoje, e segundo dados recentes relativos à precariedade no emprego, 50% do total do emprego feminino em 1989 era precário. Significa que não havendo emprego efectivo, as mulheres são altamente condicionadas quanto à luta reivindicativa pela aplicação dos seus direitos.

Outro dos problemas extremamente grave é o dos baixos salários que as mulheres auferem. Há direito à igualdade, há direito à participação, mas depois nós constatamos que as mulheres estão sempe nas categorias mais baixas e sempre pior remuneradas. E ainda hoje, passados estes anos todos e dos discursos igualitários, constatamos situações como a do sector da cortiça em que existe a tabela das mulheres e a tabela dos homens.

Outro problema extremamente grave e complicado que diz directamente respeito às mulheres, é o problema da maternidade. Actualmente quase podemos dizer que a maternidade está a prémio. Verificamos que os baixos salários que as mulheres auferem, e portanto a necessidade que têm de melhores salários, são abusivamente utilizados nas empresas.

Hoje há prémios nas empresas para tudo e mais alguma coisa. É o prémio da assiduidade, é o prémio de produtividade, é o prémio de qualidade. Ou seja, as mulheres hoje estão a prémio. E esses prémios igualmente interferem em direitos específicos da maternidade. Basta dizer que os prémios introduzem um aceleramento dos ritmos de trabalho. Por outro lado, fala-se muito — e é muito importante — de redução de horas de trabalho. Nós estamos na CEE e era bom que auferíssemos não só o mau, mas o bom também. Mas verificamos que nos países da CEE está-se a lutar pelas 35 horas de trabalho, e nós ainda temos 48 h e com a pretensão do patronato de alterar o horário de trabalho até às 52 horas semanais. Estamos assim a caminhar no sentido negativo.

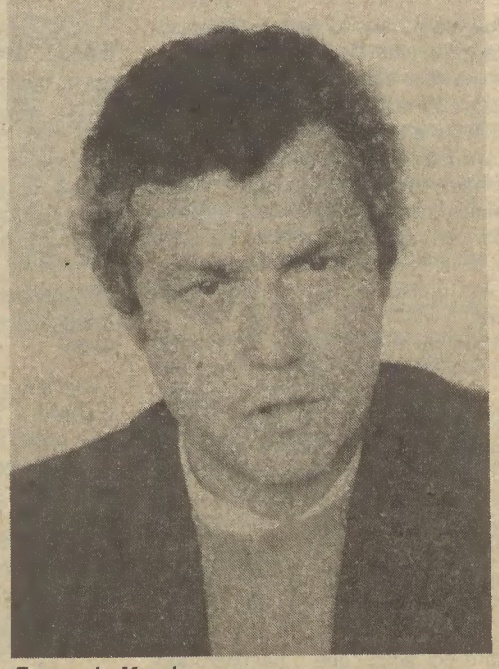
Agora, o problema que se coloca, em que eu penso que nós estamos atrasados, que o PCP está atrasado, é que nós não podemos de facto descurar a importância que as mulheres têm. É uma força que tem que ser activa, é uma força que nalguns sectores é determinante e ainda não está bem assumida dentro do Partido a importância que tem esta frente, esta direcção de trabalho. Defende-se que agora já há direitos iguais para todos, não se justificando a existência de organizações específicas da mulher. Estou contra. Ninguém melhor compreende os seus direitos, que as próprias mulheres. E são elas que têm que assumir na sua mão o seu direito à participação, e à melhoria das suas condições de vida e trabalho.

Estamos muito aquém de onde devíamos estar. Eu dava exemplos concretos em relação ao movimento sindical. Temos hoje uma percentagem na população activa de 39,5% de mulheres trabalhadoras. E verificamos que no movimento sindical temos uma percentagem de mulheres dirigentes de 20,5%. Estamos aquém da importância que as mulheres têm no mundo trabalho. E isto nota-se depois na participação efectiva nos sindicatos. E o mais grave é que, neste conjunto de mulheres sindicalistas, mais de metade concentram-se em Lisboa e no Porto. E mesmo estas não estão todas a participar. E aqui existem defeitos e dificuldades. E defeitos porque as mulheres têm condições específicas. Específicas não apenas no apenas no aspecto biológico, mas também porque a sociedade não se transformou ao ponto de haver divisão, quer de tarefas, quer em relação à responsabilidade familiar, e por isso ainda hoje em dia, apesar de termos uma progressista Constituição e direitos iguais, temos que considerar que em grande parte são as mulheres que arcam com toda a responsabilidade familiar. E o movimento sindical, e não só, o próprio Partido, não dá condições de adaptação da própria estrutu-

**Quando as mulheres estão ganhas, quando compreendem de facto os direitos que têm, são muitas vezes mais combativas do que os homens. Nem o movimento sindical nem o Partido podem desperdiçar esta força estrondosa que as mulheres têm no sentido do progresso e do desenvolvimento.**

*Odete Filipe*

*Helena Neves*



*Fernando Morais*

*Fernanda Mateus*

ra e funcionamento à vida real das mulheres. Se concluimos que é extremamente importante e necessária a participação das mulheres, não podemos exigir de uma mulher, no quadro sindical, o mesmo que exigimos dos homens. Temos que criar condições, uma estrutura desburocratizada no sentido de as mulheres poderem dar tanto daquilo que têm, que é extremamente rico, é extremamente humanista. As mulheres têm o direito próprio de participar. Mas o direito próprio, não basta elas quererem, é necessário criar mecanismos, formas, condições, em que as mulheres estejam em perfeita igualdade de participação, tendo em conta a própria realidade discriminatória que ainda existe na sociedade.

Quando as mulheres estão ganhas, quando compreendem de facto os direitos que têm, são muitas vezes mais combativas do que os homens. Nem o movimento sindical nem o Partido podem desperdiçar esta força estrondosa que as mulheres têm no sentido do progresso e do desenvolvimento.

**F.M. (FSTIEP)** O sector de electrónica, é um sector relativamente novo no nosso país, basta dizer que apareceu na década de 60/70. E desde logo empregou muitas mulheres, até porque se aproveitaram da guerra colonial e da mobilização dos homens. E eu queria dizer que, embora entendendo as coisas de uma forma diferente, já então as mulheres participavam na luta. Basta dizer que não existindo contrato colectivo para este sector, as mulheres lutaram em 1962, com greves, para que, este contrato viesse a sair. Só em 1964 é que ele veio a sair, mas também pela influência e participação das mulheres na luta.

Aquilo de que as mulheres então falavam, era só da questão económica. Hoje podemos dizer que a mulher, no meu sector, não fala só da questão económica. Já fala noutras questões, nomeadamente na participação em toda a vida da sociedade. Não é só uma questão economiscista. Hoje, trata-se da luta pela revisão do contrato colectivo de trabalho. O patronato queria retirar uma série de direitos, nomeadamente alguns direitos específicos da mulher. E as mulheres mobilizaram-se, quer as efectivas, quer as contratadas a prazo, e conseguiram que o patronato retirasse da mesa tais propostas lesivas dos interesses dos trabalhadores.

**O problema realmente mais grave é que estamos a assistir no nosso sector ao sucessivo encerramento de empresas, em particular desde a entrada de Portugal na CEE. O que lançou um grande número de mulheres para o desemprego.**

Um caso curioso que se nota neste sector é a participação activa das mulheres, independentemente do seu vínculo contratual. As mulheres contratadas a prazo já hoje começam a exigir os seus direitos, tal como as efectivas. Relativamente aos problemas da mulher no trabalho, é preciso dizer que o discurso não é o mesmo. Tem influência a voz do Partido. Penso que os comunistas no movimento sindical têm tido um papel importante. A partir da Conferência Nacional que o Partido realizou, notaram-se diferenças. Os dirigentes sindicais quase não discutiam a problemática da mulher. Hoje é um assunto que se trata como a contratação colectiva, e discute-se em muitos colectivos dos sindicatos.

É evidente que a mulher neste sector é altamente discriminada. É discriminada no emprego. É discriminada em relação às qualificações profissionais, à formação profissional. Nos prémios. Nos ritmos de trabalho. É evidente que os homens também são explorados.

Mas as mulheres são-no particularmente. Eu citava um exemplo. A camarada Odete falou da cortiça. Sector em que há uma tabela diferente para as mulheres e para os homens. Pois nós não temos duas tabelas, mas temos uma classificação profissional que leva as mulheres, na área da produção, a ir apenas para uma mais baixa categoria profissional. Quanto à formação profissional — o nosso sector é um sector dominado pelas multinacionais, e as multinacionais exploram ao máximo a mão de obra feminina a discriminação também aqui se faz sentir, mesmo quando esta formação profissional é à custa dos fundos comunitários.

O problema realmente mais grave é que estamos a assistir no nosso sector ao sucessivo encerramento de empresas, em particular desde a entrada de Portugal na CEE. O que lançou um grande número de mulheres para o desemprego.

Seguiu-se o aparecimento de novas empresas. Mas aqui tudo contratado a prazo. Nós podemos dizer que desde 1986 até hoje acerca de 90% dos novos postos de trabalho ocupados pela mão-de-obra feminina são contratos a prazo.

Uma outra questão, é a política laboral das multinacionais. Têm experiência de outros países, que querem transportar para aqui. Em particular a utilização sistemática dos prémios.

O salário é baixo. Como são introduzidos vários prémios, as pessoas, à procura de mais uns tostões, põem em causa uma série de direitos e regalias, que estão previstos, quer pela lei, quer pela contratação colectiva.

São prémios de mérito, prémios de assiduidade, prémios de produção, prémios que vão de zero a 25% do salário. Tudo isto cria nas pessoas menos informadas a vontade de ir ao encontro de ganhar mais dinheiro desta forma, aliás bem difícil.

Estamos a tentar regulamentar estes mesmos prémios. Os prémios são atribuídos segundo um único critério, que é o critério da entidade patronal. E nós entendemos que numa sociedade como a nossa, os trabalhadores devem participar também na regulamentação destes prémios (já que eles existem).

Um outro problema que se coloca à mulher no nosso sector é a possibilidade de a OIT vir a introduzir alterações na legislação sobre o horário de trabalho nocturno.

Tem havido uma luta exigindo que se houver alterações na legislação do horário, que essas alterações passem pela criação de condições, de infra-estruturas, que permitam à mulher poder assumir horários de trabalho diferentes daqueles que estão hoje em vigor.

Isto tem a ver com o poder central e com as autarquias, para além da possível intervenção do patronato. Para resolver questões muito amplas, que vão dos transportes aos horários das creches.

Entretanto o patronato, nomeadamente das multinacionais, está a utilizar um estratagema que possibilita o não cumprimento da legislação em vigor, que é pedirem autorização para as empresas trabalharem em laboração contínua.

Se entre os cerca de 45 mil trabalhadores que estão a trabalhar neste regime, cerca de 56% são mulheres é lógico que são muitas as mulheres já hoje sujeitas a regime de trabalho nocturno.

**A.V.** A questão do tempo parcial, parece assumir-se como um problema particularmente importante.

**H.N.** Nós temos de nos preparar para uma grande ofensiva no que se refere ao tempo parcial.

Por toda a Europa, o capitalismo está muito interessado no tempo parcial, questão que se vem colocar com as novas tecnologias, quer a nível de produção de bens, quer a nível de prestação de serviços.

Esta fórmula vai tocar muito especialmente as mulheres, sob o velho argumento de que a paternidade é uma tarefa que cabe às mulheres.

E o que eu penso é que não há uma denúncia do que é que isto significa. Porque se o trabalho de parto é biologicamente trabalho das mulheres, a maternidade tem em simultâneo a paternidade, e nunca se fala de paternidade.

O tempo parcial aparece como uma condescendência, um neutralizar da reivindicação das mulheres por menor horário de trabalho, e apresentado como uma panaceia, uma solução para a situação das mães de família trabalhadora. Nunca se fala dos pais de família trabalhadores.

A questão do tempo parcial é tanto mais grave quanto vai corresponder às necessidades objectivas da mulher, nesta sociedade discriminatória e sexista.

Vai permitir a rentabilidade máxima ao capitalismo. Permite escamotear a questão do desemprego. Vai colocar problemas que o movimento sindical tem de assumir — que é o problema da sindicalização. Vai criar uma mobilidade que impossibilita o encontro entre trabalhadores. Encontro que permite reflectir sobre os problemas, e a acção colectiva.

Por outro lado, isto não soluciona nada os problemas das mulheres. Segundo um estudo do movimento das mulheres, sobre o tempo que trabalham

→

XIII CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO PCP

# Mesa redonda

**Hoje, as condições são difíceis, mas há razões objectivas para haver um empenhamento eficaz na participação das mulheres. Quando se vai lá, quando se discute e se diz qual é o seu papel, as mulheres são combativas, mesmo com todos os problemas e todas as dificuldades que têm que ultrapassar.**

em casa as mulheres com trabalho a tempo inteiro e as que estão a tempo parcial, as primeiras dispõem de 4 h e 18 m de tempo livre por dia, e as outras de 4 h e 23 m.

O problema do nosso atraso na abordagem destas questões é que as abordamos numa perspectiva economicista. Não os abordamos numa perspectiva ideológica. Neste momento, a direita está a fazer passar uma coisa tremenda; no discurso de igualdade da direita, a mulher é a supermulher, a mulher que trabalha fora de casa e ainda vai trabalhar em casa. Assim mantém-se tudo na mesma. Mantém-se o universo sexista.

Uma questão fundamental, que eu acho que não estamos a agarrar, e que se põe ao nível das mulheres, e também os jovens, é o problema da precarização do trabalho. A precarização e o tempo parcial são um tipo de trabalho em descontinuidade, a instabilidade, a insegurança. Esta instabilidade, esta insegurança, em que as pessoas se habituam a viver, no universo do trabalho, um universo que é fundamental na esfera do humano, faz passar ideologicamente modelos de vida instáveis; mediatistas, onde as grandes causas dir-se-ia não terem lugar, pois se colocam a longo prazo. E onde perpassa também toda a filosofia do consumismo.

**F.M.** Eu creio que aquilo a que assistimos hoje em dia, é que, a par da crescente actividade feminina, e da consciência assim adquirida da importância do trabalho, verificamos que as condições em que as mulheres exercem esse trabalho, são condições cada vez mais precárias.

Isto é, a reivindicação do direito ao trabalho, que foi uma bandeira durante muitos anos para o movimento feminino, há que juntar hoje a bandeira de luta que é a dignificação do estatuto da mulher trabalhadora. O direito de trabalhar, mas o direito de trabalhar em condições que lhe permitam efectivamente a igualdade. E eu creio que o problema da precarização do trabalho, o problema da limitação dos direitos, esta tese que aparece do tempo parcial, volta a colocar de novo a questão da utilização dos trabalhadores, e neste caso das mulheres, apenas para um maior lucro dos capitalistas; e simultaneamente o problema da crescente desresponsabilização, quer do poder político, quer dos agentes económicos, no conjunto de infra-estruturas necessárias.

Quando se defende a tese de que o trabalho parcial permite compatibilizar a vida profissinonal, doméstica e familiar, o que é que isto traduz? Traduz na verdade que se procura ter maior lucro com a trabalhadora, e que relativamente a estruturas de apoio à criança, aos refeitórios, relativamente a um conjunto de estruturas, que são essas as fundamentais para a compatibilização da vida familiar e profissional, estas não estão garantidas. É no fundo a subversão de tudo aquilo que deve ser a essência da qualidade de vida.

Nós estamos de acordo que é necessário compatibilizar, para homens e mulheres, não se pode é passar mais uma vez tal encargo para a família, e para aquela sociedade civil de que há pouco se falava, continuando a salvaguardar o maior lucro para o conjunto dos agentes económicos, e não garantindo as condições e estruturas mínimas que possibilitam essa compatibilização.

**F.M.** Retomando a questão do tempo parcial. É uma questão que o movimento sindical tem que agarrar muito bem. Não aparecendo tão claro como nós aqui estamos a discutir, nos locais de trabalho a questão é apresentada com uma outra fraseologia, como sendo boa para a mulher, que disporia de mais tempo para si, para estar ao pé dos filhos.

O movimento sindical tem muito de estudar respostas a dar, de uma forma organizada.

Há uma luta que se tem de travar, pela redução de horário de trabalho, de forma a que a mulher possa de facto participar na sociedade e não só no trabalho ou no lar.

Nós somos dos países da CEE em que se trabalha mais horas. No nosso sector ainda estamos com 42 horas, enquanto nos outros países da Europa comunitária não passa das 40 horas.

Ainda por cima há a intenção do patronato de, com a flexibilização, aumentar o horário de trabalho.

Uma outra questão importante. Há novas tecnologias no nosso Sector, mas a mão-de-obra feminina, no geral, não está a ser preparada para essa nova evolução tecnológica e mesmo para os novos processos de trabalho.

Por outro lado, os salários no sector estão a ter uma quebra substancial.

No que respeita à participação feminina na defesa dos seus interesses, podemos dizer que, desde 1980, e até hoje, temos, quer em comissões de trabalhadores, quer em actividades sindicais, um número — que nos agrada — que ultrapassa os mais de mil activistas mulheres. Número que representa um grande salto, nestes últimos anos, no envolvimento das mulheres na luta.

**A.V. Que perspectivas se abrem?**

**O.F.** Eu penso que hoje, quer para o Partido Comunista Português, quer para as organizações sociais, quer em particular para as mulheres, quase que diria que a hora é de esclarecer, no sentido de participar, para mudarmos para melhor.

E a Lena colocou há pouco uma questão. É difícil à mulher estar ligada hoje ao movimento sindical, porque a precarização e as variadas situações de emprego precário, levam a crescentes dificuldades. Pois eu penso que a resposta que temos em relação a isso para as organizações sociais, e os partidos políticos, neste caso o Partido Comunista Português, que está enraizado na defesa e na luta dos trabalhadores, e em particular das mulheres a única forma de alterar tudo isto, é ligar os problemas à vida, e à luta real das mulheres.

Em relação aos sindicatos, a forma de sindicalizar é os sindicatos estarem ligados aos trabalhadores. Não há outra forma. É a ligação directa constante à vida, aos problemas, no sentido de esclarecer.

Porque eu penso que a hora é de alerta, luta e esclarecimento. Tendo em conta que, com um discurso empacotado de igualdade, quer a direita, quer o patronato, o que eles querem neste momento é alterar tudo aquilo que as mulheres conseguiram com o 25 de Abril. Hoje o ataque aos direitos dos trabalhadores é no sentido de eles ficarem mais pobres e de tentar que não participem e não reivindiquem esses mesmos direitos.

Não é por acaso que o patronato tem 90 milhões de contos, mas só os dá se os trabalhadores venderem os seus direitos.

**O problema do nosso atraso na abordagem destas questões é que as abordamos numa perspectiva economicista. Não os abordamos numa perspectiva ideológica. Neste momento, a direita está a fazer passar uma coisa tremenda; no discurso de igualdade da direita, a mulher é a supermulher, a mulher que trabalha fora de casa e ainda vai trabalhar em casa. Assim mantém-se tudo na mesma. Mantém-se o universo sexista.**

Desde que o esclarecimento dos trabalhadores seja feito, há condições objectivas para uma maior participação e uma maior força social das organizações progressistas.

Quando a participação é tão necessária e urgente, temos que olhar para a organização específica das mulheres e facultar a sua participação criando formas e meios em que essa participação seja possível.

Hoje, as condições são difíceis, mas há razões objectivas para haver um empenhamento eficaz na participação das mulheres. Quando se vai lá, quando se discute e se diz qual é o seu papel, as mulheres são combativas, mesmo com todos os problemas e todas as dificuldades que têm que ultrapassar.

**H.N.** Neste século há factores fundamentais relativamente à luta feminina. A maior participação na produção, na actividade laboral. A elevação do nível cultural das mulheres. Hoje mais de 50% dos alunos no ensino superior são mulheres. E para este aprofundamento do nível cultural teve muita importância, nos anos 70, o aprofundamento teórico do movimento de mulheres, e digamos a «revolução» sexual, incompleta, a separação entre a fecundação e a sexualidade.

Só que esta participação não tem expressão a nível de poder. As mulheres não estão nos centros de decisão. Nem ao nível do poder político, nem tão pouco a nível sindical ou de partidos.

Em simultâneo, a luta de mulheres, nomeadamente nos últimos 25 anos, mostrou uma consciencialização de milhões de mulheres dos seus direitos. E isto é um tremendo ganho.

Hoje ninguém contesta a igualdade. Só que a direita só vai até à igualdade formal. A esquerda é a única que tem, e nomeadamente o nosso partido, um modelo de sociedade alternativo onde será possível a igualdade real. Mas a esquerda tem de compreender que o movimento de mulheres, a nível estratégico, é um aliado natural da esquerda. É uma força activa e dinâmica na transformação da sociedade.

Penso que é necessário criar mecanismos, tendo em conta as condições concretas, de acesso da mulher ao poder. Nos sindicatos, nos partidos. E haver um debate global da questão da mulher, que tem de ser um debate profundamente ideológico.

**F.M.** Eu creio que, na preparação do Congresso do Partido (e penso que era importante deixar aqui um apelo aos comunistas), é de fundamental importância termos em conta as conclusões da nossa Conferência sobre a situação da mulher. E termos cada vez mais a consciência da importância da luta específica das mulheres, nas suas diferentes áreas, a importância dos interesses das mulheres e dos seus direitos específicos estarem sempre presentes na luta. Porque o objectivo da luta que desenvolvemos, a democracia avançada, que nós queremos, o socialismo para Portugal, tem que ter como componente fundamental e intrínseca, a defesa intransigente dos direitos das mulheres, como um direito primário. ■

XIII CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO
PCP

## MUTAÇÕES SOCIAIS E ORGANIZAÇÕES DO PARTIDO

Mesa redonda

# Ao encontro das novas realidades

À volta do tema **«mutações sociais e organizações do Partido»**, três dirigentes do PCP ligados ao trabalho político em diferentes regiões do País avançam as suas ideias e as suas experiências nesta mesa-redonda promovida pelo Avante!
Têm a palavra os camaradas **António Murteira** (A.M.), membro do Comité Central, da Comissão Executiva da direcção Regional do Alentejo (DORA) e da Distrital de Beja;
**Carlos Grilo** (C.G.), do CC e do Executivo da Direcção Regional de Lisboa (DORL); e **Jorge Pires** (J.P.), suplente do CC e membro do Secretariado da Direcção Regional de Setúbal (DORS).

### Visão rigorosa

**A.M.** — Esta mesa-redonda promovida pelo Avante! e inserida no debate preparatório do XIII Congresso (Ext.) do nosso Partido visa uma abordagem à questão das mutações sociais em Portugal e os seus reflexos na organização do Partido. É, sem dúvida, um tema vasto e interessante.

Creio que é necessário termos uma visão da realidade, da sua evolução ao longo dos últimos anos, das alterações registadas no tecido social. E uma visão rigorosa. Porque hoje existem e divulgam-se teorias de carácter especulativo que procuram por vezes deturpar a realidade social no nosso País.

Embora não caiba aqui a análise de todo esse período, podemos afirmar que desde os tempos da Revolução Liberal de 1820, no século XIX, até aos dias de hoje, em «vésperas» de entrada no século XXI, as classes assalariadas não pararam de crescer em Portugal.

**Podemos dizer que a estrutura e o número de assalariados se altera devido à deslocação de uma massa significativa de assalariados rurais, de trabalhadores familiares não remunerados, sobretudo da agricultura, oriundos do campesinato, para o sector secundário e para o sector terciário. Esta é a primeira grande deslocação que é possível registar. E tanto é assim que no seu conjunto há uma quebra de 580 000 nos assalariados agrícolas e nos trabalhadores familiares não remunerados.**

E se em 1921 já houve um espaço, uma necessidade objectiva da classe operária e dos assalariados criarem a sua organização de classe, partidária, o Partido Comunista Português, essa necessidade é essa realidade objectiva não só se mantém como se reforça nos dias de hoje, embora, naturalmente, essa organização tenha que evoluir, tenha que se adaptar às novas condições.

Ao longo destes últimos quinze anos, neste período bem demarcado desde o 25 de Abril até agora, é possível assinalar algumas alterações significativas.

Vou enquadrar as minhas palavras com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) e na base do Inquérito ao Emprego feito em **1974** e em **1979**. Embora mesmo as estatísticas oficiais por vezes tenham discrepâncias, aqui creio que não haverá problemas de maior para o apuramento de algumas conclusões essenciais.

### Mais trabalhadores assalariados

**Av! — Então, que mutações sociais mais significativas podemos assinalar para o período já mencionado?**

**A.M.** — Em primeiro lugar há que destacar um significativo crescimento dos trabalhadores assalariados. Passam de **2 352 000** em 1974, portanto, 65 por cento do total de população activa empregada, para **3068000** em finais de 89, ou seja 68 por cento da população activa.

Onde é que se verifica este crescimento dos assalariados em Portugal?

Verifica-se no sector secundário e sobretudo no sector terciário. Regista-se um crescimento nesses sectores, a par de uma quebra significativa e progressiva do número de assalariados na **agricultura**, que passaram de **320000** em 1974 para **130000** em 1989, aspecto aliás, assinalado nas Teses para o Congresso.

Que deslocações significativas são possíveis de detectar (e com interesse para a introdução deste debate) entre 74 e presentemente?

Podemos dizer que a estrutura e o número de assalariados se altera devido à deslocação de uma massa significativa de assalariados rurais, de trabalhadores familiares não remunerados, sobretudo da agricultura, oriundos do campesinato, para o sector secundário e para o sector terciário. Esta é a primeira grande deslocação que é possível registar. E tanto é assim que no seu conjunto há uma quebra de **580 000** nos assalariados agrícolas e nos trabalhadores familiares não remunerados.

Trata-se de uma opinião, baseada nos dados. Carece, apesar de tudo, de uma fundamentação mais desenvolvida.

Parte considerável deste meio milhão de pessoas que abandonaram os campos são, na minha opinião, num número muito expressivo, rapazes e raparigas, jovens que foram ocupar postos de trabalho nos sectores secundário e terciário, como já mencionei.

E aqui, já em termos de organização do PCP, eu pergunto: está o Partido a acompanhar, tem o Partido acompanhado, esta grande deslocação? A opinião que tenho é que não, o que, aliás, traz reflexos negativos à organização partidária.

### Os «isolados»

Outro dado que é possível assinalar desde já em termos de mutação é um grande crescimento num sector a que as estatísticas chamam os «isolados», onde se inclui o pequeno campesinato. E eles passam de **600 000** em 1974 para quase **1 milhão** em 1990. Nos classificados em «isolados», designadamente o pequeno campesinato, há um aumento de cerca de 400 000.

O crescimento dá-se no sector primário, em cerca de 200 000 o que pode ser mais um indicador do empobrecimento e também da proletarização (ou meia proletarização), lenta e por vezes dolorosa, do campesinato português, até relacionada com a pluriactividade de muitos camponeses e dos seus familiares.

Mas o crescimento é ainda maior no sector secundário e no sector terciário, que aparecem nestes últimos 15 anos com mais **212 000** «isolados».

Este peso dos «isolados», com 1 milhão de pessoas envolvidas, é importantíssimo. Situam-se em áreas também com problemas muito complexos: não só o **pequeno campesinato** como os **sectores secundário e terciário**, onde previsivelmente ficarão as pequenas e médias empresas, com problemas específicos na nossa sociedade. Também aqui se põe ao Partido a necessidade dum aprofundamento da análise sobre o significado daquela questão, não só em termos organizativos do Partido como até em termos de orientação e política e até de aspectos estratégico-políticos.

**Este peso dos «isolados», com 1 milhão de pessoas envolvidas, é importantíssimo. Situam-se em áreas também com problemas muito complexos: não só o pequeno campesinato como os sectores secundário e terciário, onde previsivelmente ficarão as pequenas e médias empresas, com problemas específicos na nossa sociedade. Também aqui se põe ao Partido a necessidade dum aprofundamento da análise sobre o significado daquela questão, não só em termos organizativos do Partido como até em termos de orientação e política e até de aspectos estratégico-políticos.**

### Aumentam os patrões

Um outro dado que é possível assinalar nas mutações dos últimos 15 anos é um aumento do número global de patrões. E é importante ter atenção a este aspecto porque ele pode levar a conclusões erradas. Vejamos: em 74 as estatísticas assinalam cerca de 100 000 patrões. Neste momento apontam para 185 000. Há um grande crescimento. Dado que na agricultura o número de patrões decresceu significativamente, quase aproximando-se de 50 por cento a menos, fácil será concluir — se as estatísticas estão certas — que o número de patrões aumenta nos sectores terciário e secundário. Ora, este aumento do número de patrões podia levar-nos a esta conclusão: a nossa economia está a pulverizar-se. Tal como as Teses assinalam, — e eu estou de acordo — não é essa a grande tendência da nossa economia. Pelo contrário.

A grande tendência é, na verdade, a concentração capitalista e a tentativa, que está a avançar, da restauração do capitalismo monopolista de Estado, tal como as Teses também assinalam.

O que isto significa é que, paralelamente à concentração capitalista, se verifica hoje a coexistência com um certo aumento do pequeno patronato. E isto significa em termos de luta de classes e de organização que há aqui também uma área possível para o Partido melhorar a sua intervenção, a sua acção e influência, porque grande parte deste pequeno patronato, embora com interesses contraditórios e até uma posição de classe contraditória, tenderá a reforçar uma opção antimonopolista, porque vê os seus interesses de classe prejudicados pela concentração capitalista. Sem dúvida que temos muito trabalho à nossa frente nesta área social, onde poderemos aumentar a influência se soubermos dar resposta no plano político e orgânico às aspirações, à maneira de estar na vida desta camada.

### «Retornados» e emigração

As alterações que assinalámos estão sempre ligadas a transformações da base económica, das relações de produção e do modo de produção. Foi assim com o 25 de Abril, com a Revolução Democrática, que introduziu profundas alterações com repercussões imediatas na estrutura social. É assim neste momento em que a aceleração da concentração capitalista, permitida pela revisão da Constituição, está a produzir alterações na base económica, com reflexos nas super-estruturas.

Há outras situações que ao longo deste período histórico tiveram influência naquilo a que convencionamos chamar aqui as mutações sociais.

**Av! — Podes referi-las rapidamente...**

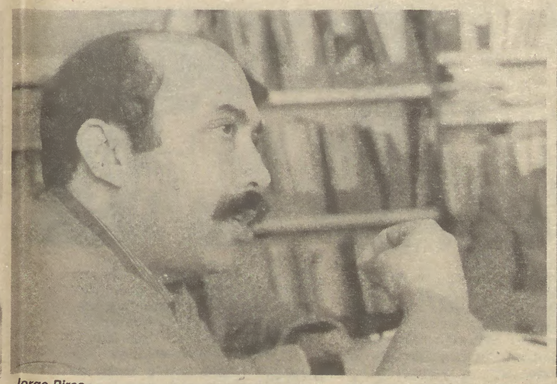
**A.M.** — O afluxo de centenas de milhar de pessoas com a vinda dos então chamados «retornados» das ex-colónias é uma dessas situações. Entretanto, ao mesmo tempo que a depressão nos países da Europa ocidental suspendia a drenagem migratória, que até 1973 se afectou com ritmos elevadíssimos, dava-se também aquele retorno das ex-colónias. Há ainda que juntar os milita-

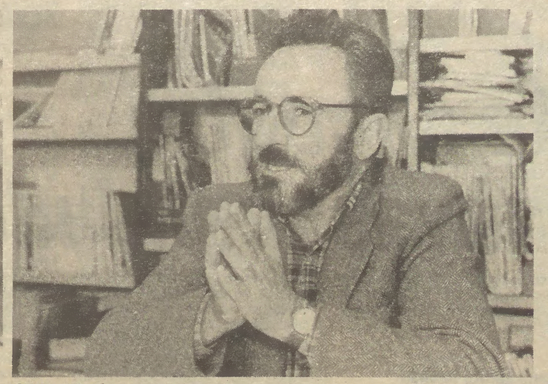
→

XIII CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO PCP
LOURES · 18 · 19 · 20 · MAIO · 19

Mesa redonda

António Murteira


Jorge Pires


Carlos Grilo

**Há quem defenda a ideia de que nós valorizamos em demasia por exemplo o trabalho do Partido na células de empresa onde está o fundamental da classe**

# Ao encontro das novas realidades

**operária e que, em termos do peso específico, há uma diminuição da influência do Partido nestas empresas do distrito, nas organizações por local de trabalho, e que deveriamos virar mais o Partido para outros sectores, nomeadamente o terciário. Tudo isto, partindo duma conclusão precipitada: a da (pretensa) terciarização da vida do distrito. Não sigo esta opinião. Deviamos avançar para uma análise mais aprofundada e depois, sim, chegar a conclusões mais precisas.**

res desmobilizados da guerra em África. Calcula-se que o número de retornados rondou os 800 000 e o número de soldados desmobilizados os 155 000. Voltando ainda à emigração e ao peso dos números, atente-se que saíram de Portugal até 1974 cerca de 109 000 emigrantes por ano, enquanto que em 1975 essa saída se ficou pelos 44 000/ano, tendência que veio a diminuir.

O elevado número de desempregados que se verificou num período ainda próximo e os efeitos do trabalho precário (20 por cento dos trabalhadores) numa fase mais actual são aspectos a ter em conta também na análise e no debate que aqui estamos a realizar. Conjugados todos estes factores, eles são elementos que continuam a contribuir também para as mutações estruturais, de costumes, sociológicas e psicológicas na sociedade portuguesa. Há uma grande pressão sobre o mercado de trabalho. E há também a necessidade de introduzir alterações significativas no nosso trabalho de direcção, de organização, quer sindicais, quer partidárias.

Depois temos a nova realidade, que é a integração de Portugal no complexo espaço político, económico e social que é a CEE, hoje ainda mais complexo com a evolução verificada a Leste e a questão da unificação alemã.

## Postos de trabalho e emprego precário

**J.P.** — Globalmente estou de acordo com a apreciação que o Murteira faz. Penso que esta leitura, naturalmente, terá particularidades de região para região.

Até 1981 há, de facto, um crescimento acentuado no número de trabalhadores assalariados. Depois, há outro período entre 1981 e 1985 onde se assiste a uma redução significativa dos postos de trabalho. Na nossa região, em Setúbal, só na indústria transformadora o número de postos de trabalho perdidos terá sido na ordem dos 11 000 num total de cerca de 60 000. Até 1988 decorre um período caracterizado por uma certa tendência de recuperação, não muito acentuada; depois, já mais notória em 1989.

Era bom, creio, particularizar agora alguns aspectos das mutações. Será útil referir as mutações no mercado de trabalho, fundamental para compreender o leque de consequências na estrutura orgânica do Partido e no seu funcionamento.

Há que ter em consideração as mutações registadas no interior de alguns grupos socio-profissionais, com o desaparecimento de algumas profissões e o aparecimento de novas profissões, e ainda a maior qualificação de outras (aspectos abordados também nas Teses).

Hoje é visível nalguns sectores com tecnologia de ponta um maior número de quadros intermédios das empresas a terem uma participação mais directa na actividade produtiva, a ocuparem mesmo lugares que anteriormente eram exercidos por operários altamente qualificados. Hoje nas grandes empresas da indústria transformadora assiste-se à substituição sistemática daqueles a que se chamava quadros de carreira, que eram operários altamente qualificados, por quadros técnicos saídos das Universidades. Esta é uma tendência que se tem acentuado e nós, no nosso distrito, temos exemplos significativos dessa alteração em grandes empresas.

Estas mutações resultaram por um lado na diminuição dos postos de trabalho efectivos como já referi e, por outro, num aumento da precaridade do trabalho, retirando do conjunto dos efectivos das empresas muitos milhares de trabalhadores, o que não significa obrigatoriamente a diminuição dos postos ou do volume de trabalho. É importante esta reflexão. Temos exemplos concretos dessa situação. Ainda há poucos dias atrás debruçavamo-nos sobre a actualidade da **Lisnave**. No conjunto dos trabalhadores efectivos nos últimos anos houve uma redução gradual de quase 40 por cento. Mas esses trabalhadores efectivos têm sido substituidos, ou seja, esses postos de trabalho têm sido ocupados por trabalhadores com formas precárias de trabalho (empreitadas e subempreitadas), registando-se paralelamente um aumento muito significativo do número de horas extraordinárias.

De referir também o aparecimento, em resultado das mutações na estrutura do mercado de trabalho, em número cada vez maior (caso da construção civil), de trabalhadores por conta própria.

Embora estejam na moda os comentários sobre a terciarização a verdade é que no distrito de Setúbal os indicadores disponíveis não nos levam a esta leitura. A reflexão deve ser feita não só em relação à população residente (e aí é justo concordar que nos últimos anos o sector terciário tem vindo a assumir um peso cada vez mais importante), mas também em relação à população que tem a sua actividade profissional no distrito

## Terciarização: não é bem assim...

Pelos dados de que disponho, penso que não é correcto, no geral, dizer-se que há uma terciarização da actividade económica no distrito. Tanto pelos postos de trabalho criados nos últimos anos como pelos investimentos projectados dos quais alguns anos como pelos investimentos projectados dos quais alguns em fase de execução (**Ford, General Motors, etc**), não é previsível no futuro próximo uma evolução no sentido da terciarização.

Mesmo em reuniões de Partido há camradas que têm avançado com a ideia de terciarização. Há que reflectir profundamente. Analisar com o máximo de objectividade, rigor e frontalidade os dados disponíveis. As orientações apontadas para o reforço do Partido e melhoramento da sua actividade e da sua intervenção passam também pela análise correcta daquelas situações, ou seja da realidade socio-económica do distrito.

Mais adiante, quando falarmos dos reflexos das mutações na organização do Partido e das medidas fundamentais para lhes dar resposta e enquadramento, os camaradas compreenderão porque é que eu insisto na necessidade da reflexão à volta da terciarização ou não do distrito.

Há quem defenda a ideia de que nós valorizamos em demasia por exemplo o trabalho do Partido na células de empresa onde está o fundamental da classe operária e que, em termos do peso específico, há uma diminuição da influência do Partido nestas empresas do distrito, nas organizações por local de trabalho, e que deveriamos virar mais o Partido para outros sectores, nomeadamente o terciário. Tudo isto, partindo duma conclusão precipitada: a da (pretensa) **terciarização** da vida do distrito. Não sigo esta opinião. Deviamos avançar para uma análise mais aprofundada e depois, sim, chegar a conclusões mais precisas.

**Em Lisboa continua a assistir-se à expulsão das pessoas para os arredores. Há, por outro lado, uma população activa que cresce, situação que mostra a contínua intervenção e importância dos trabalhadores no quadro económico e social. Entre 1970 e 1981 o sector primário caíu de 8 para 4,3; o sector secundário passou de 30,2 para 32,8; e o sector terciário de 60 para 62 por cento.**

Resumindo: há na nossa região um grande peso da indústria transforamdora, registando-se, como já disse, uma diminuição do número de efectivos agrupados nas grandes empresas (**Quimigal, Complexo de Sines, Setenave, Lisnave, SN** etc), mas não uma diminuição do número de trabalhadores, cada vez mais afectados pela precaridade de trabalho.

**C.G.** — Queria começar por saudar esta iniciativa do Avante! — a promoção de um diversificado leque de mesas-redondas —, inserida na preparação do nosso Congresso.

Encaro essa iniciativa numa perspectiva de continuação do debate e da reflexão de questões tão importantes como esta que estamos aqui a analisar hoje, até pelo que podem representar de positivo na luta ideológica.

Estou de acordo com o essencial do que já foi aqui dito, tanto pelo António Murteira como pelo Jorge Pires. E gostaria de passar, se me permitissem, já a outra fase, que poderia de certo modo fundamentar algumas das ideias já colocadas.

Referindo alguns aspectos ligados à região de Lisboa, recordaria que com a nossa Assembleia de organização realizada em 1984, depois com um importante encontro de quadros efectuado em 87 e também com a Assembleia da organização local de Lisboa, foi-nos permitido avançar alguns dados e algumas reflexões nesta matéria.

## Conflito artificial

Em Lisboa continua a assistir-se à expulsão das pessoas para os arredores. Há, por outro lado, uma população activa que cresce, situação que mostra a contínua intervenção e importância dos trabalhadores no quadro económico e social.

Entre 1970 e 1981 o sector primário caíu de 8 para 4,3; o sector secundário passou de 30,2 para 32,8; e o sector terciário de 60 para 62 por cento.

Sobressai no conjunto daqueles números um aumento muito semelhante em percentagem dos sectores secundário e terciário, embora este último seja o de maior peso.

Importa também tipificar o que é de facto este sector terciário e sublinhar que, no âmbito do sector secundário, há um crescimento de classe operária, num quadro assinalado, entre outros aspectos, pelo aparecimento de novas indústrias (nomeadamente transformadoras) e pelo desaparecimento de empresas.

**Av! — Mas voltando ainda ao terciário e à sua caracterização...**

**C.G.** — Temos aqui no distrito de Lisboa, como é sabido, um grande peso de sectores como a administração pública, a banca, os seguros, os **transportes, a energia, as comunicações, abastecimento de água, etc**. Estes últimos, sendo sectores globalmente considerados de serviços, também têm componentes e importantes de classe operária.

Aos sectores que já mencionei podemos acrescentar a hotelaria e o comércio e escritórios, mais recentemente os grandes espaços comerciais e os hipermercados, empregando milhares de pessoas, incluindo um acentuado número de trabalhadores jovens, designadamente do sexo feminino.

Um pouco por todo o lado surge o trabalho por conta própria gente que sai do mercado de trabalho e que começa por conta própria.

Nos sectores que acabei de referir, a que se podem juntar as empresas de segurança, de limpeza e outras de aluguer de mão-de-obra, há uma enorme precaridade no trabalho, com grandes níveis de exploração (horários, condições de trabalho, salários, regalias, direitos e liberdades).

Na população activa aumenta, entretanto, a mão-de-obra feminina, outro factor a ter em conta.

Ao abordar esta questão, sublinho que hoje assistimos a uma tentativa de instrumentalização dos números do sector terciário, com teses oportunistas, opondo num conflito (artificial) o sector terciário e a classe operária e, mais grave do que isso, na procura da «supermacia política» do sector terciário, menosprezando o impacto e o papel da classe operária, ou apregoando o seu fim, como faz o sr. Pacheco Pereira, preocupando em manter o seu lugarzinho no coração da burguesia. As tentativas para minorizar o papel da classe operária estão, naturalmente, ligadas intrinsecamente às tentativas de denegrir o papel de PCP e a sua validade e influência na sociedade portuguesa.

Importa ainda salientar no quadro desta apreciação o aumento de camadas como quadros técnicos, intelectuais e de pequenos e médios comerciantes e industriais.

Finalmente deve registar-se o fenómeno da proletariazação, que atravessa todas estas camadas, as mais tradicionais ou as que acabam de ingressar neste sector terciário. O que não é uma questão menor na análise das mutações sociais e do papel das classes e camadas no seu relacionamento e na sua luta contra a política de direita.

## Revolução técnica e científica

**Av! — No início desta mesa-redonda o António Murteira referiu que mais adiante queria introduzir a questão da resolução científica e técnica. Vamos a isso?**

**AM** — Há, sem dúvida, um impacto motivado pela revolução científica e técnica. Há, quanto a este assunto, duas posições de extremo, passe a expressão. Dizer que a revolução científica e técnica não tem ainda nenhum impacto na sociedade e na vida económica e social portuguesa, acho incorrecto. Dizer que hoje o que marca as principais alterações na sociedade portuguesa é a revolução científica e técnica — pode ser também uma posição exagerada.

Se é verdade que hoje — e isso já aqui foi referido — essa revolução exige a um conjunto de operários e outros trabalhadores conhecimentos científicos, técnicos, mesmo culturais muito mais vastos do que antigamente; se é verdade que a revolução científica e técnica aproxima um número crescente de intelectuais e quadros técnicos à produção (já aqui o foi referido em relação a Setúbal), é também verdade que existe outro polo — eu chamo-lhe um **novo proletariado**, que chega às cidades e às indústrias, que vem do campesinato, que vem da agricultura, que vem da pequena indústria que em muitos casos está a falir, assim como o proletariado feminino, caso das indústrias têxteis e da agricultura, etc, que trabalha ainda em péssimas condições, com salários baixíssimos, muitas vezes sem segurança social e fraca formação profissional.

Encontramos, assim, sob o impacto

**Se é verdade que hoje — e isso já aqui foi referido — essa revolução exige a um conjunto de operários e outros trabalhadores conhecimentos científicos, técnicos, mesmo culturais muito mais vastos do que antigamente; se é verdade que a revolução científica e técnica aproxima um número crescente de intelectuais e quadros técnicos à produção (já aqui o foi referido em relação a Setúbal), é também verdade que existe outro polo — eu chamo-lhe um novo proletariado, que chega às cidades e às indústrias, que vem do campesinato, que vem da agricultura, que vem da pequena indústria que em muitos casos está a falir, assim como o proletariado feminino, caso das indústrias têxteis e da agricultura, etc, que trabalha ainda em péssimas condições, com salários baixíssimos, muitas vezes sem segurança social e fraca formação profissional.**

da revolução técnica e científica, um proletariado com umas características mais avançadas do ponto de vista profissional, técnico e até cultural, coexistindo com uma grande massa de trabalhadores — homens e mulheres — ainda sujeitos a péssimas condições com enormes injustiças sociais e profissionais.

## Juventude

Por outro lado, coloco aqui esta interrogação: que novos elementos trazem à classe operária e aos assalariados as vagas de juventude que todos os anos chegam ao mercado de trabalho?

A juventude, com os seus costumes, a sua forma de estar na vida, traz também, ou não, novos elementos para o comportamento social, psicológico, revolucionário — digamos assim — da classe operária e dos trabalhadores em geral?

Eu creio que sim. E julgo que são dados que não estão suficientemente estudados.

Se me permitem gostaria de tocar agora noutra questão: **a revolução na informação e na comunicação.**

Para trás ficaram os tempos em que nas nossas aldeias, quando éramos gaiatos, não havia televisão e poucos ou nenhuns jornais. Conhecíamos, então, as notícias quando elas lá chegavam, às vezes misturadas com os boatos. Não tinhamos uma visualização das coisas. Hoje dão-se os acontecimentos em qualquer parte do globo, nos cinco continentes, e logo aparecem as imagens, as notícias, os comentários, as interpretações, no pequeno écrã, nos jornais, na rádio, em todo o país, dos grandes centros urbanos às tabernas das aldeias mais isoladas. Isto tem, naturalmente, reflexos sobre todas as classes e camadas em presença na sociedade portuguesa e neste sentido também se torna muito difícil intervir.

Hoje, cada vez mais, a Comunicação Social é um elemento de carácter estratégico nas mãos do grande capital, que manipula as coisas de acordo com determinadas tendências, interesses e orientações.

## Já não basta a côdea de pão...

Outro aspecto ainda: hoje as necessidades da classe operária, de uma forma geral, necessidades materiais e culturais, são ou não superiores às que se registavam há uns anos atrás?

Já não basta a côdea de pão, para ganhar forças para a jornada de trabalho do dia seguinte.

São notórias diversas necessidades de carácter material, profissional e intelectual, sentidas por uma boa parte da classe operária. E isto envolve, naturalmente, alterações no comportamento, na psicologia, na forma de estar na vida, que importa aprofundar.

O conceito de classe operária, a sua estrutura, a sua diversificação e necessidades no Portugal contemporâneo já não cabem nos moldes antigos, tradicionais. Isto de uma maneira geral.

A classe operária é hoje uma realidade muito mais complexa e heterogénea, que, entretanto, continua a sofrer modificações.

## Dois blocos

Num quadro complexo e em transformação nós podemos ver no Portugal actual dois blocos sociais que me parecem fundamentais na sociedade: **um** é o bloco em que o núcleo central, duro, são os grandes capitalistas nacionais, hoje de novo associados ao capital internacional, onde aparece também o grande patronato rural e no caso do sul os latifundiários, que estão outra vez, com a destruição da Reforma Agrária, a reconstruir o latifúndio; paralelamente regista-se a penetração do capital na agricultura do Alentejo, designadamente através das poderosas multinacionais da celulose, do turismo, as grandes coutadas, etc.

O **outro** grande bloco social tem como núcleo central os operários, o conjunto dos assalariados manuais e intelectuais, e a massa de camponeses. Este bloco social é, ao fim e ao cabo, a imensa maioria da população activa portuguesa, aquela que aproduz a maior riqueza no nosso país.

**Av! — Podemos concluir, assim, que em Portugal, país integrado na CEE, governado por uma política de direita, cresce a importância da classe operária?**

**J.P.** — Tenho essa opinião, em boa parte influenciada pela realidade concreta do distrito de Setúbal.

**A.M.** — Cresce a importância da classe operária e dos assalariados em Portugal. O seu papel é hoje muito mais importante do que no passado. Não apenas pelo seu peso crescente, que já vimos. Também porque têm hoje um grau de organização superior, apesar dos problemas, do refluxo da nossa revolução, da integração na CEE das dificuldades da situação nacional e das repercussões dos acontecimentos do leste europeu.

Por outro lado, temos o seu papel dinamizador e de transformação nas diversas esferas — sociais, políticas, económicas, culturais, etc.

Hoje a classe operária, as classes trabalhadoras têm um papel importante noutras esferas que até há alguns anos a esta parte se procuravam apresentar como exclusivo de preocupação para outros grupos sociais.

Por exemplo, a questão da **defesa do meio ambiente.** Não é verdade que os mais atingidos são os que vivem nas zonas degradadas e fustigadas, não são os trabalhadores e as suas famílias que mais pagam essa factura?

Outro aspecto: este a propósito da **paz** e da **guerra**. Desde as teses de Lenine, por exemplo, até aos dias de hoje, confirma-se que é a classe operária, são os trabalhadores, os assalariados, os menos interessados (e vejase o que sucedeu nos dois grandes conflitos mundiais) nas guerras, na políticas belicistas. Guerras que são provocadas pelo capitalismo.

É que às vezes há quem pretenda escamotear essa realidade. Talvez daqui a algum tempo venham dizer que foi o Staline ou o socialismo quem provocou a II Grande Guerra Mundial. Quem a provocou foi o capitalismo. Prejudicando a classe operária, os trabalhadores e os povos de todo o Mundo.

A classe operária é a mais interessada na evolução que aponte para os caminhos da paz, do desarmamento, da cooperação.

A classe operária hoje age nestas novas esferas. Através do seu trabalho produtivo, da sua acção, da sua luta. Contribui decisivamente para o desenvolvimento económico, para a conquista e consolidação da liberdade, da democracia. Tem feito recuar o capitalismo em Portugal e nos outros países da Europa. Tem alcançado conquistas políticas e sociais que há alguns anos atrás não estavam consagradas — segurança social, saúde, habitação, ensi-

XIII CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO PCP

Mesa redonda

# Ao encontro das novas realidades

XIII CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO PCP
LOURES · 18 · 19 · 20 · MAIO · 1990

## Espaço social imenso

Na sociedade portuguesa, com um regime democrático, pluralista, com Poder Local actuante, sufrágio universal, interdependência entre os órgãos de soberania e também com aceleração do processo de concentração capitalista — tornou-se mais importante o papel da classe operária e dos trabalhadores.

Temos 3 milhões de assalariados, com interesses certamente bem diferentes dos do grande capital.

Temos 500000 camponeses, muitos semi-proletarizados.

Temos 500000 isolados, na pequena indústria e no pequeno comércio.

Temos dezenas de milhar de pequenos patrões.

Pergunto: há ou não há um espaço social imenso para o desenvolvimento da nossa actividade?

**A política de direita, as alterações no tecido social, as pressões sobre o mercado de trabalho, os problemas e as dificuldades impostas aos trabalhadores têm naturalmente reflexos na actividade, na estruturação e na organização do Partido. A instabilidade que se vive em muitas empresas, a transferência de unidades de produção, os condicionalismos impostos pela política de direita e pelo patronato, a discriminação, a repressão, a ausência de liberdades, etc., coloca muitos problemas à intervenção e à organização do Partido. Estamos ainda na procura de respostas para essas situações. Estudam-se soluções. Experimentam-se outras. Umas que provam, outras a imporem reconsiderações.**

O PCP não tem que ser um partido uniclassista, como alguns querem fazer crer.

É uma visão — e eu aqui devolvo esta palavra, que não gosto nada dela — **redutora** das coisas. Somos o partido da classe operária e dos trabalhadores. Há quem nos queira limitar apenas à classe operária (e até nem é uma limitação tão grande quanto pensam...)

## Se a sociedade se transforma...

A natureza de classe do Partido tem a ver com a classe operária e com os trabalhadores. Mas no sentido da sua intervenção na sociedade portuguesa e na medida em que a classe operária interpreta de facto os anseios, as aspirações da grande maioria da nossa população, o Partido é também um partido interclassista e nessa perspectiva está em condições de defender os interesses e de intervir junto de outras camadas sociais — agricultores, pequenos e médios comerciantes e industriais, juventude, intelectualidade, mulheres, reformados.

Nem as concepções de neoliberalismo actuais nem a social-democracia, os seus conceitos, representantes e expressão em Portugal, estão em condições de desempenhar esse papel, o papel que o nosso partido pode desempenhar, isto, naturalmente, se soubermos evoluir. Se a sociedade está em transformação o Partido também tem que se transformar. As Teses falam disso. Temos feito um esforço nesse sentido. Mas agora há que acelerar.

**C.G.** — Reforçando algumas das ideias já aqui adiantadas, creio que vale a pena abordar o tema do comportamento social enquanto desafio à organização do Partido, à nossa implantação, influência e intervenção em certas camadas sociais.

Em relação ao grande sector terciário que temos no distrito de Lisboa interessa de facto ver qual é o seu comportamento e definir acções concretas do Partido em direcção a essas camadas. Trata-se de uma frente prioritária do nosso trabalho.

Se observarmos o mapa eleitoral no que se refere às eleições autárquicas e nos detivermos em concelhos como por exemplo **Vila Franca de Xira**, **Loures** ou **Amadora**, podemos ver e com algum rigor que nas urbanizações e nos locais de residência com predominância dos que incorporam o sector terciário há uma correspondência no plano eleitoral, neste caso autárquico, ao Partido, à CDU.

Julgo que isso desmente a ideia afastada da realidade de que o nosso partido é um partido com uma visão redutora e que circunscreve a sua actividade e influência à classe operária.

Vejamos agora outro exemplo, na área dos trabalhadores. O que é que tem sucedido em recentes eleições para as CTs de muitas empresas consideradas essencialmente de serviços, caso da **banca**, **seguros**, **TAP**, etc? As listas unitárias, integrando trabalhadores comunistas, não só consolidam as suas posições como aumentam o número de votos e de mandatos.

Isto prova, como já o disse o Murteira, que, independentemente da necessidade de melhorar a atenção para estas camadas, há de facto um espaço social onde estamos inseridos e onde a nossa mensagem é bem recebida.

**Av! — Mensagem essa que, por exemplo, inclui a posição de defesa e valorização pública dinâmica...**

**C.G.** — Sem dúvida.

**A.M.** — As alterações do que temos vindo a falar têm também a sua repercussão na zona onde trabalho, o Alentejo. Algumas das mutações são aqui visíveis a olho nú, sobretudo no sector agrícola. Qual é a característica essencial?

## Alentejo: latifúndio e penetração de capital

É a destruição ao longo destes anos de um grande conjunto de cooperativas que foram criadas com a Reforma Agrária e com o 25 de Abril, sem que a essa destruição tenham surgido qualquer alternativa convincente, quer no plano económico e na exploração agrícola, quer no plano social.

Isto está a provocar a diminuição drástica do proletariado rural, já com esta situação: há explorações agrícolas que não têm mão-de-obra suficiente, ou, noutros casos, suficientemente qualificada para aí trabalharem.

Está a provocar, por outro lado, o envelhecimento do proletariado rural e o desemprego massivo entre as mulheres.

Notamos, entretanto, uma relativa importância crescente do campesinato, sobretudo do pequeno e médio.

Há a reconstituição de alguns grandes latifúndios com os senhores latifundiários a retomarem o poder económico com reflexos no poder político.

Mas penso que não é correcto dizer-se que estamos a assistir no Alentejo à reconstituição dos latifúndios nos seus moldes tradicionais. Está-se a verificar, como já disse, a destruição das cooperativas. Está-se a verificar a reconstituição do poder latifundista familiar. Mas é verdade também que ocorrem outros fenómenos em paralelo com a destruição da Reforma Agrária, designadamente a penetração do grande capital financeiro e industrial (já o mencionei anteriormente). Aqui e além aparecem também explorações agrícolas de carácter empresarial, com um capital mais intensivo e uma forma de gestão que já não corresponde à do latifundista, que se fazia anteriormente. O fenómeno é mais complexo. É simplista dizer-se que o que está a acontecer é apenas a reconstituição do latifúndio.

No Alentejo, em termos da indústria, verificamos o encerramento de muitas pequenas e médias empresas, designadamente da área agro-industrial, onde poderíamos ter uma base industrial diversificada, e que não se está a verificar. Temos apenas três pólos onde há alguma dinâmica: os coutos mineiros de Aljustrel e Neves Corvo onde há importantes núcleos de operários e onde o nosso trabalho é mais do que deficiente em termos partidários e até sindicais; depois no norte do distrito de Évora uma zona operária dinâmica que é a das pedreiras, que sofre também alguns inconvenientes como o das minas (limitamo-nos a extrair, os nossos operários fazem o trabalho mais pesado e depois esse esforço é alienado, sendo vendidos os concentrados em bruto, em maioria para o estrangeiro, quando podíamos criar, por exemplo, metalurgias do cobre e do estanho, indústrias de transformação dos mármores, etc., que iriam criar milhares de postos de trabalho e acrescentar valor ao produto bruto e assim aumentar a riqueza nacional e da região); há depois aquele pólo de **Sines**, que pode vir a ser pólo importante se reestruturado e integrado na economia da região.

**Av! — Que efeitos estão a ter estas mutações no plano social?**

Uma estagnação ou diminuição da população, com tendência para o seu envelhecimento, enquanto o fenómeno da emigração, especialmente entre os sectores jovens, está de novo a verificar-se; ainda o acentuar do trabalho sazonal na agricultura e também uma taxa de desemprego que talvez seja a mais elevada do país — os sindicatos falam de 15 por cento.

Cresce o sector terciário. As populações deslocam-se para os centros urbanos.

A situação descrita reflecte-se na vida do Partido, na composição dos seus efectivos e também em dificuldades orgânicas, e não só, nalguns casos sérias, neste momento. É preciso encontrar novas soluções. Trabalhamos nesse sentido.

## Facilidades, lucros e postos de trabalho

Falou-se aqui em modernização e investimento, ligando estas referências à criação de postos de trabalho.

É importante referir que o que tem caracterizado os novos investimentos, nomeadamente o estrangeiro, não é a criação de postos de trabalho nem uma perspectiva integrada de desenvolvimento, mas sim o aumento da precariedade do trabalho, dos níveis de exploração dos trabalhadores e o lucro fácil.

Os grandes investimentos que têm sido canalizados para o distrito de Setúbal beneficiaram de condições naturais excelentes, de mão-de-obra altamente qualificada e de subsídios importantíssimos alguns deles a fundo perdido — no âmbito da OID, Operação Integrada de Desenvolvimento.

Só o projecto **FORD** e **General Motors**, que vão criar cerca de 3000 postos de trabalho, vão beneficiar de 60 por cento dos subsídios a fundo perdido para o distrito.

Também as novas tecnologias incorporadas nestes novos investimentos, na generalidade, não são tão avançados como se diz por aí. Não se pretende dizer que estes investimentos não deviam vir para o distrito. Pelo contrário, as autarquias CDU têm tido um papel importantíssimo na canalização destes investimentos. Pensamos, no entanto, que se devem ter em conta dois aspectos: **por um lado**, desmontar a enorme campanha de caça ao voto desencadeada pelo Governo à volta destes investimentos; **por outro lado**, chamar a atenção para o papel que no futuro o Partido terá na organização destes trabalhadores e na defesa dos seus direitos e interesses.

**C.G.** — A política de direita, as alterações no tecido social, as pressões sobre o mercado de trabalho, os problemas e as dificuldades impostas aos trabalhadores têm naturalmente reflexos na actividade, na estruturação e na organização do Partido. A instabilidade que se vive em muitas empresas, a transferência de unidades de produção, os condicionalismos impostos pela política de direita e pelo patronato, a discriminação, a repressão, a ausência de liberdades, etc., coloca muitos problemas à intervenção e à organização do Partido.

Estamos ainda na procura de respostas para essas situações. Estudam-se soluções. Experimentam-se outras. Umas que provam, outras a imporem reconsiderações.

Na organização do Partido em Lisboa desde há algum tempo que se definiram prioridades para o nosso trabalho organizativo, mas naturalmente não podemos esquecer aquilo que são os baluartes do Partido — as empresas industriais com uma classe operária combativa que continua a dar uma resposta dinâmica à política de direita; por isso tem também o papel de atrair outras camadas para a intervenção na luta.

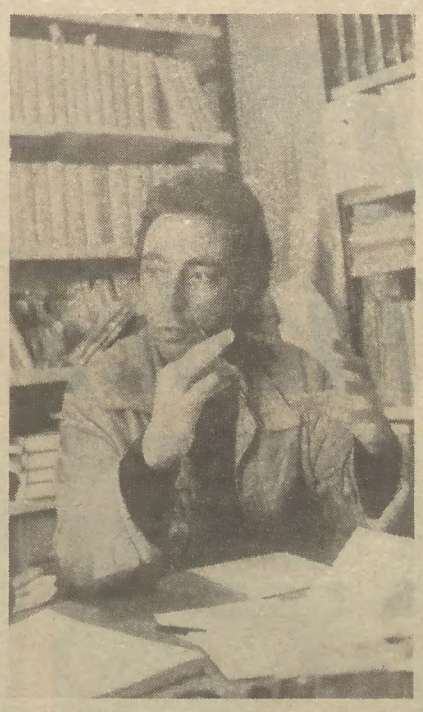
Encontramos em Lisboa situações como a concentração em determinadas zonas de muitas empresas com um elevado número de trabalhadores por vezes a maioria, que residem fora de Lisboa, situação existente também noutros concelhos.

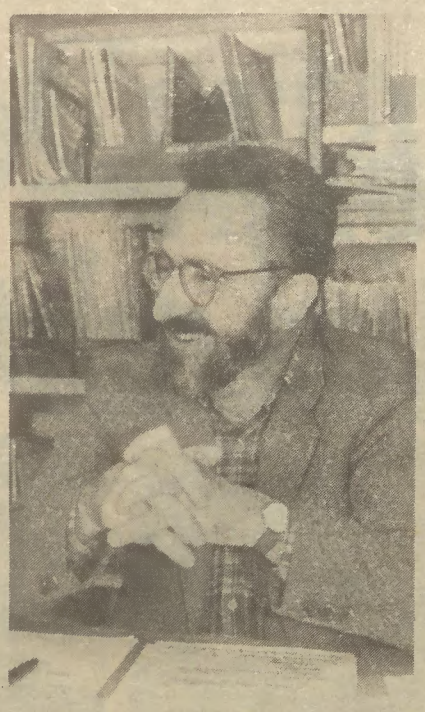
Considerando neste quadro complexo o papel da célula de empresa no próprio local de trabalho, pode pôr-se a necessidade objectiva de reunir esses camaradas nas suas zonas de residência, mas mantendo, naturalmente, o conteúdo fundamental da sua intervenção virado para a empresa.

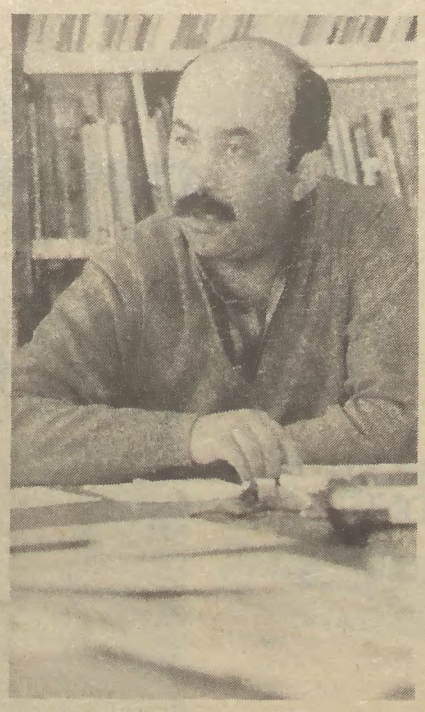
Outra pista de trabalho pode ser a criação de comissões específicas para estudar em concreto algumas realidades novas que temos.

Algumas empresas transportam os seus trabalhadores desde o local de residência até ao local de trabalho e/ou vice-versa. Isto põe o problema do contacto com os militantes do Partido, que por vezes tem de ser feito na sua chegada ao local de trabalho ou na saída, mas com nítidas limitações.

Os reflexos da situação que estamos a viver põem no plano nacional, objectivamente considerados, grandes problemas à organização do Partido. Não será







novidade, por exemplo, falarmos da atitude do patronato que, na sua lógica de gestão, na sua estratégia se é permitida a expressão, procura atingir também a nossa organização e o movimento sindical.

**Av! — Podes avançar exemplos concretos?**

**C.G.** — Desmembrando empresas, deslocando trabalhadores, apostando na discriminação, realizando transferências, afastando trabalhadores mais «perigosos» dum determinado sector, utilizando a precariedade do emprego como chantagem política.

**J.P.** — Naturalmente, todas estas alterações, todas estas mutações tanto no tecido social como na estrutura económica no nosso país trazem à organização do Partido uma diminuição da nossa actividade, problemas na ligação do Partido aos seus militantes. Mas não só. Ao longo dos últimos anos assentámos a nossa estrutura no fundamental, por um lado, nas organizações por local de trabalho, aí privilegiando o trabalho nas células de empresa e no caso concreto do distrito de Setúbal fundamentalmente nas células das grandes empresas e unidades industriais e, por outro lado, nas organizações por local de residência.

Com o desaparecimento de muitas empresas e respectivas células, com o aumento da precariedade de trabalho, com o aumento do número de trabalhadores que saindo das empresas continuam no activo trabalhando por conta própria, com a diminuição do número de militantes organizados nas células de empresa, criaram-se novos e complexos problemas à vida do Partido, não querendo isto dizer que o Partido tenha perdido o seu prestígio e a importância na luta e na unidade dos trabalhadores.

**Não é a discussão dos problemas concretos, que enfrentam no quotidiano, uma das principais motivações que proporciona o debate dos trabalhadores comunistas no seio do Partido?**
**Não estou a ver outra solução — e isto é tema para uma discussão no Partido — que não seja, para aqueles trabalhadores, a organização por área geográfica, mas sempre ligados a uma estrutura do Partido voltada para os problemas dos trabalhadores e não para os problemas dos residentes, das populações, autarquias, movimento associativo, etc.**

## Militantes desligados

Av! — Há muitos trabalhadores que apesar de terem sido obrigados a sair das empresas, onde estavam organizados em células, continuam hoje com o Partido. São militantes desligados. Como alterar esta situação?

**J.P.** — Há milhares de camaradas que sairam das empresas e que mantêm hoje uma actividade regular, trabalhando por conta própria ou estando a trabalhar de forma precária. Hoje não sentem, em muitos casos, nas organizações por local de residência — de freguesia, etc. — para onde em princípio foram transferidos em termos do Partido, não sentem aí, dizia, motivações para se inserirem na actividade partidária. Isto levantanos um problema estrutural. A questão fundamental, como vem tratada nas Teses, é flexibilizarmos a estrutura orgânica do Partido. Este é o ponto de partida para iniciarmos um trabalho apontado ao reforço da organização nestas novas condições. A forma tradicional de organizarmos os trabalhadores que estão no activo, através da sua empresa, hoje está mais dificultada, exactamente pelos motivos já apontados. Temos milhares de trabalhadores com formas precárias de trabalho a ocupar postos anteriormente destinados a efectivos das empresas. Só que eles estão aí três, quatro meses e depois mudam. Vão para outra empresa. Um militante do PCP hoje pode estar a trabalhar na Lisnave ou na Quimigal. Está lá uns meses. Pode-se equacionar a sua ligação à célula respectiva do Partido. Só que algum tempo depois ele já lá não está. Pode estar na Siderurgia Nacional ou noutro local. Como é que é possível criar uma ligação contínua com este militante do Partido no nível do seu local de trabalho?

Na actual situação penso que, não é correcto, num caso como o que acabei de descrever, transferir um camarada para a organização por local de residência. Essas organizações continuam a não poder dar resposta às questões, às solicitações que esses militantes colocam. Que têm a ver com o seu dia-a-dia, e que no fundamental são os problemas dos outros trabalhadores que estão nas empresas com contratos efectivos, portanto permanentemente ligados às empresas.

Não é a discussão dos problemas concretos, que enfrentam no quotidiano, uma das principais motivações que proporciona o debate dos trabalhadores comunistas no seio do Partido?

Não estou a ver outra solução — e isto é tema para uma discussão no Partido — que não seja, para aqueles trabalhadores, a organização por área geográfica, mas sempre ligados a uma estrutura do Partido voltada para os problemas dos trabalhadores e não para os problemas dos residentes, das populações, autarquias, movimento associativo, etc.

## Não se luta apenas por motivos salariais

Tínhamos grandes células do Partido que hoje reduziram para menos de metade o número dos seus membros, devido, entre outros factores, à saída de trabalhadores. Essas células tinham nalguns casos uma estrutura pesada, mantinham uma estrutura de funcionamento de acordo com o elevado número de camaradas que ali estavam organizados. Hoje há que adaptar o funcionamento dessas células, tornando a sua estrutura mais simples. O estilo de funcionamento terá, certamente, que se alterar. Já mais virado para os problemas que nesta fase a empresa coloca aos trabalhadores.

Os problemas que se colocam à organização do Partido e ao próprio movimento sindical não são os mesmos que se colocavam há dez anos atrás. As aspirações, os desejos, as preocupações, os motivos de interesse dos trabalhadores, a luta que se trava hoje dentro das empresas, tudo isto regista alterações. Hoje não se luta apenas por motivos salariais. Há questões que se colocam no plano dos direitos que não surgiam aqui há uns anos atrás. O patronato tem aumentado a sua arrogância.

O peso relativo no conjunto da estrutura do Partido, em relação ao número de camaradas organizados, nas organizações por local de residência é cada vez maior, comparando com as organizações por local de trabalho. Nós deveríamos num futuro próximo rever o funcionamento destas estruturas do Partido.

Temos organizações por local de residência, nomeadamente freguesias, já com alguns milhares de militantes que têm virado muito a sua actividade para o seu interior. Numa determinada fase eles corresponderam às necessidades do nosso trabalho. Hoje nas novas condições em que trabalhamos, as respostas a dar são qualitativamente mais exigentes. Pede-se a estas organizações uma maior dinâmica no sentido de as ligar mais à vida do meio onde estão inseridas, o que passa por um aprofundamento da estruturação destas organizações, pela criação de motivações fortes que tragam os militantes a uma actividade regular, pela renovação dos organismos de direcção, etc.

Muitos camaradas que têm saído das empresas e que aí tinham uma actividade de Partido, regular, podem ser chamados a dar uma grande ajuda no funcionamento destas organizações, ajudando desta forma à renovação dos organismos de direcção.

A realidade impõe outras respostas. Temos que as procurar. Com frontalidade e ousadia.

## Questão política e ideológica

**A.M.** — Esta questão da organização é em primeiro lugar uma questão política e ideológica. Para ter alguma eficácia a abordagem deste tema tem que ser vista nesta perspectiva.

Por vezes detectamos situações de grandes dificuldades. As organizações aqui ou além não funcionam. Há desmotivação. Há desinteresse. Os cartões não estão entregues.

E por aí fora... Faz-se então um *forcing*. Vamos atacar o problema. Tenta-se dar respostas. Entregam-se os cartões, etc. Isto, penso, não vai dar a parte alguma. A abordagem do problema da organização tem que ser global. Temos presente o que aqui já foi dito pelos camaradas. As dificuldades objectivas. Os factores que se reflectem depois na organização. Mas há também factores de carácter subjectivo. E o que é que eu quero dizer com isto? Se um partido não tiver um programa correcto, não tiver uma orientação correcta, não é possível desenvolver a sua organização, por muitas voltas que se dê ao assunto. Certos erros na análise de algumas situações têm repercussões imediatas ao nível da nossa organização, conduzindo a uma certa expectativa, até a uma determinada desmotivação em certas áreas do Partido, até mesmo ao abandono da discussão e da presença em actividades e reuniões do partido por parte de alguns camaradas. Têm também implicações na própria unidade e coesão do Partido.

No Alentejo creio que nós estamos a caminhar no bom sentido. Estão-se a tomar algumas medidas que na minha opinião têm em conta este aspecto: é que a organização tem a ver com as questões ideológicas e com as questões políticas.

**Há problemas que têm de ser resolvidos em relação aos quadros funcionários. Um deles tem a ver com as condições de vida, financeiras, desses quadros. Não se está a pensar que o funcionário do Partido passe a ter uma vida burguesa. Não é isso que se está a falar. A situação dos funcionários em termos financeiros é muito precária e eu quase que me atreveria a dizer que se não encontrasse soluções rapidamente será insustentável para muitos camaradas funcionários do Partido continuarem a desempenhar estas importantes tarefas.**

**Av!** — Vais falar das medidas recentemente tomadas, no sentido de uma maior responsabilização das três Comissões Distritais?

**A.M.** — Sim. Criámos uma estrutura muito mais flexível na Direcção Regional e passámos uma parte das competências e da responsabilidade para as três Comissões Distritais (Portalegre, Évora e Beja), até porque se trata de uma região que corresponde a um terço do território nacional, uma zona geográfica imensa.

Nas Distritais estamos a fazer um esforço grande de estruturação e de descentralização. E também de definição clara das áreas que as Concelhias e outras grandes organizações, incluindo células e comissões de freguesia, devem agarrar.

Reestruturar em que sentido?

No sentido de aligeirar, flexibilizar, responsabilizar, de maneira a encontrar maior eficiência e rapidez na decisão e na intervenção.

Uma questão que se coloca muito neste trabalho é a necessidade de, na prática, desenvolvermos e aprofundarmos o conceito de centralismo democrático, criando mecanismos que valorizem e salvaguardem a sua componente democrática.

**Av! — Haverá oportunidade de abordar com pormenor esse tema numa futura mesa-redonda...**

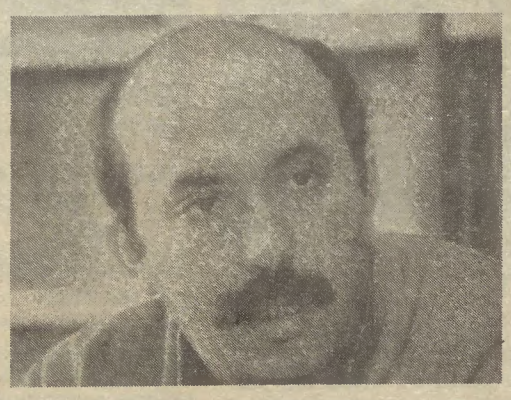
**A.M.** — Sim, mas é preciso desde já dar mais atenção à eleição democrática

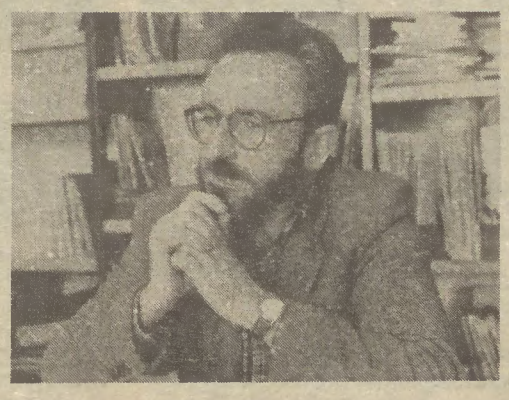
XIII CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO PCP LOURES · 18 · 19 · 20 · MAIO ·

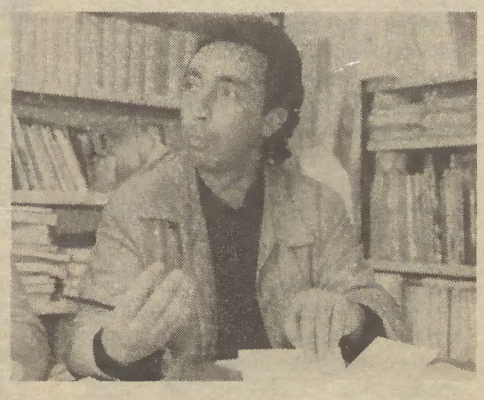
Mesa redonda

# Ao encontro das novas realidades

XIII CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO PCP
LOURES · 18 · 19 · 20 · MAIO · 1990







dos órgãos de direcção a todos os níveis. E há significativos atrasos.

Por outro lado, diversas organizações, a nível de freguesia, concelhio, distrital e não só, não têm ainda um responsável político, um coordenador. Esta matéria vem nas Teses. Temos que aprofundar a questão. Esse responsável/coordenador, penso, deve ser eleito.

Muitas organizações não têm também um plano de acção próprio. Este aspecto parece-me importante no âmbito da orientação única do Partido é benéfico que desde a célula à comissão de freguesia, passando pela Concelhia e pela Distrital, cada organização tenha o seu plano de acção.

## Funcionários

Outra questão que tem a ver com a organização prende-se com os quadros e concretamente com os quadros funcionários. Não há organização sem quadros. Funcionários e outros. Também nesta área cometemos alguns erros ao longo destes 15 anos. Estamos agora a caminhar no bom sentido e é necessário também avançar com alguma audácia.

Nós dizemos que é preciso resolver os problemas mas há uns que não estamos a conseguir resolver. O caso dos funcionários e mesmo dos quadros que são mais activos, dos que, sacrificando tantas vezes a sua vida pessoal e familiar, dedicam mais tempo ao Partido. Caímos com facilidade na sobrecarga de tarefas, no imediatismo e no praticismo, atingindo os funcionários e esses quadros. Se isto não for alterado não ultrapassaremos algumas dificuldades. Os quadros têm que ter tempo para estudar, o que não é novidade. Para debater e analisar os assuntos, os mais variados na componente política, ideológica, económica, social e cultural. Sem esta preparação não estamos em condições de dirigir um organismo de Partido, seja uma célula, seja uma concelhia, seja uma distrital, seja uma DOR seja no CC.

Há problemas que têm de ser resolvidos em relação aos quadros funcionários. Um deles tem a ver com as condições de vida, financeiras, desses quadros. Não se está a pensar que o funcionário do Partido passe a ter uma vida burguesa. Não é isso que se está a falar. A situação dos funcionários em termos financeiros é muito precária e eu quase que me atreveria a dizer que se não encontrasse soluções rapidamente será insustentável para muitos camaradas funcionários do Partido continuarem a desempenhar estas importantes tarefas.

**Falar da importância das células de empresa coloca hoje a necessidade de abordar com realismo o problema da estruturação, tendo presente as realidades das empresas e dos trabalhadores e a conclusão de que o melhor ou o pior funcionamento de uma célula de empresa determina naturalmente uma melhor ou pior resposta à ofensiva do patronato e da direita, ao ataque contra os direitos e regalias dos trabalhadores.**

## Alargar espaços de debate

A reestruturação que estamos a fazer em muitas organizações do Partido, potenciando as capacidades, aproveitando e valorizando o que é positivo, afastando o que a experiência já provou não ter valor, tem, entre outras coisas, que alcançar um objectivo: alargar os espaços de debate ideológico e político dentro do Partido. E é evidente, como as Teses o reconhecem, que nalguns aspectos nos atrasámos. Porque é que as Teses reconhecem que a direcção do Partido teve uma atitude menos correcta em relação à evolução nos países do Leste europeu e à informação do Partido? Se houvesse espaços de debate regulares não apenas na altura dos Congressos e da sua preparação, onde questões de carácter teórico e ideológico fossem discutidas, talvez o Partido no seu todo tivesse evitado esse erro, um erro que pesa muito nos militantes e quem anda a fazer reuniões preparatórias do Congresso apercebe-se que muitos militantes nossos se sentem magoados por se ter chegado a esta situação.

O trabalho ideológio tem também de ter a sua importância no trabalho da direcção do Partido, a nível do CC.

Se o debate ideológico e político se aprofundar de cima abaixo haverá uma componente importante para a renovação do Partido de que as Teses falam e sairá reforçada a organização partidária.

Quando se fala em organização ela tem que ser abordada nesta amplitude e não de uma maneira, passe a expressão, seca.

Quando nos interrogamos — porque é que alguns militantes, actualmente, têm um certo desinteresse e descontentamento? — temos que procurar respostas olhando de forma mais aberta, com maior amplitude, sem nos deixarmos aprisionar por comportamentos que podem de facto conter alguma dose de subjectivismo e até de dogmatismo.

## Dar respostas

**C.G.** — Desde 1987 que estabelecemos aqui em Lisboa uma prioridade em relação às empresas, trabalho sindical e autárquico.

Criámos também uma comissão específica para o trabalho nas empresas, que reflectisse sobre a complexidade da actuação do Partido nessa área e que ajudasse a Direcção Regional a dar algumas respostas aos problemas que se sentem nas empresas, nomeadamente no plano orgânico e de ligação às massas. Nesta discussão tem sido salientada a importância das células da empresa, confirmada em reuniões e encontros com a participação de um número significativo de camaradas com responsabilidades na organização do Partido nas empresas.

Falar da importância das células de empresa coloca hoje a necessidade de abordar com realismo o problema da estruturação, tendo presente as realidades das empresas e dos trabalhadores e a conclusão de que o melhor ou o pior funcionamento de uma célula de empresa determina naturalmente uma melhor ou pior resposta à ofensiva do patronato e da direita, ao ataque contra os direitos e regalias dos trabalhadores.

O problema da estruturação, do contacto e da informação aos militantes e do tipo de reuniões que se fazem são, sem dúvida, questões importantíssimas.

Queria voltar a uma passagem desta nossa mesa-redonda onde abordei a possibilidade, não para aplicação mecanicista, naturalmente, de camaradas de uma determinada empresa poderem reunir no local de residência, sem a célula perder o seu conteúdo essencial, de profunda ligação à empresa e aos trabalhadores e também formas de organização e de contacto que se revelaram positivas.

## Três exemplos

Recordo **um exemplo** recente passado com uma célula de uma determinada empresa de Lisboa onde a maioria dos seus membros, praticamente a totalidade, residem na zona do Barreiro. Esta célula ao longo de vários meses não conseguiu reunir por motivos diversos. O camarada responsável por este organismo fez uma reunião no Barreiro. Houve regularização de quotização. Houve possibilidade de discutir as questões políticas. Enfim, foi possível fazer trabalho organizativo e de discussão.

**Um outro exemplo.** Foi destacado um quadro, funcionário do Partido, para restabelecer a ligação com militantes há muito desligados no sector da construção civil (sector com fortíssima mobilidade dos postos de trabalho).

Feito agora o balanço dum intenso esforço, andando de obra em obra, o saldo é francamente positivo. Foi restabelecido o contacto, recuperada quotização, esboçando-se já a reanimação de algumas células e a participação política dos militantes.

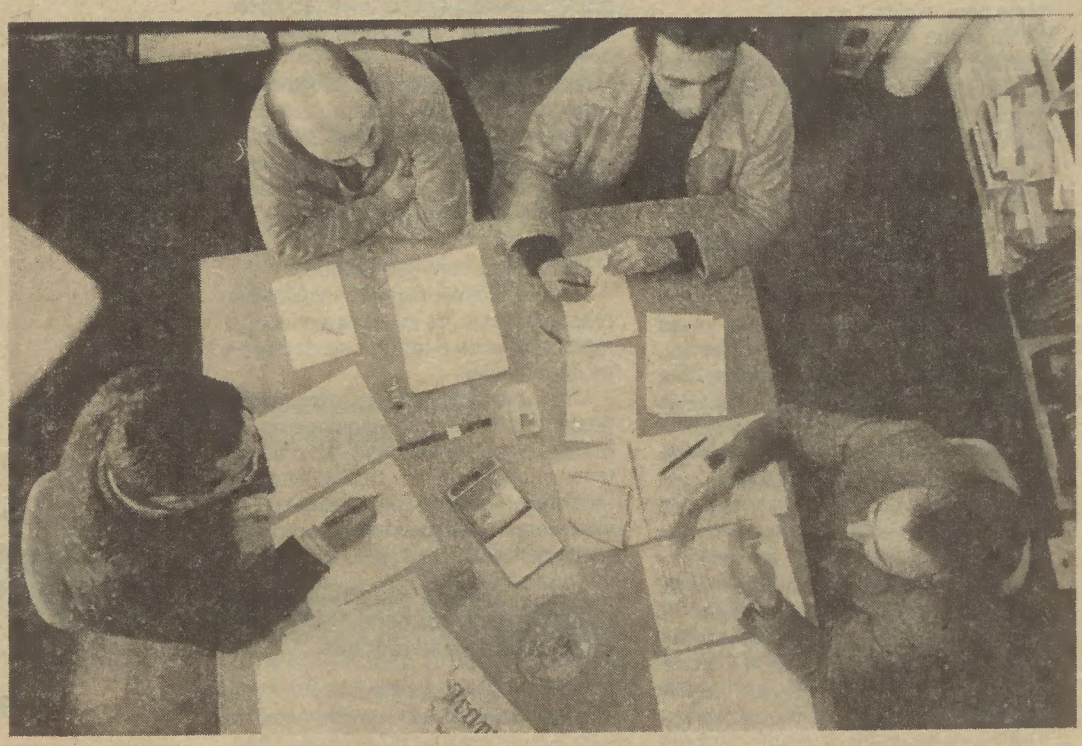
**Um outro exemplo**, ainda, é o da ligação mais estreita e directa a importantes empresas da zona oriental de Lisboa, que permitiu avanços significativos, quer no plano orgânico, quer ao nível da intervenção do Partido e da própria acção sindical.

Trata-se apenas de (alguns) exemplo. Mas que, mesmo assim, mostra a necessidade e o alcance da flexibilização da estrutura organizativa, sem perder de vista traços fundamentais da identidade e da acção do Partido, nas empresas.

Na presente conjuntura devemos destacar ainda um objectivo primordial, apontado ao aperfeiçoamento da intervenção dos comunistas na esfera do movimento sindical e nas estruturas dos trabalhadores.

Para terminar gostaria de sublinhar que a presente reestruturação orgânica no trabalho do Partido para a cidade de Lisboa avança um significativo contributo ao acompanhamento e acção das células de empresa e também às responsabilidades dos comunistas na gestão autárquica de Lisboa e da Câmara Municipal.

Estas alterações vão ao encontro dos desafios que a acção, a luta e a realidade impõem ao Partido, vivamente empenhado na construção da alternativa democrática consagrada nas Teses para o nosso XIII Congresso (Extraordinário). ■



# Cartas do leitor

As cartas enviadas para esta secção devem ter um máximo de 50 linhas dactilografadas a 60 espaços ou equivalente. A Redacção do «Avante!» reserva-se o direito de reduzir a correspondência que exceda estas dimensões, bem como de realizar a selecção que as limitações de espaço venham a impor. Se necessário, a Redacção assegurará igualmente respostas ou comentários. Toda a correspondência que contenha propostas de emendas ou sugestões sobre documentos em discussão para o XIII Congresso será transmitida às respectivas comissões de redacção. A correspondência para esta secção deve ser endereçada a:

Redacção do «Avante!»
Secção de Cartas do Leitor
Rua Soeiro Pereira Gomes
1699 LISBOA CODEX

## • O terreno da Festa e o Partido

Foi uma óptima ideia a compra do terreno para as Festas do nosso «Avante!».

Com grande satisfação aqui estou com a minha contribuição de cem mil escudos.

Ao tomar esta decisão eu estou inspirado na gloriosa história do nosso Partido, nos abnegados exemplos de milhares de camaradas que sem interesses pessoais lutam, lutaram e sempre foram fiéis a todas as decisões colectivas, fiéis aos ideais comunistas, fiéis à causa de todos os explorados.

E quantos em situações dolorosas. Nas garras do próprio inimigo. Nas garras da PIDE/DGS, nas masmorras salazaristas dezenas e dezenas de anos.

Para nossa satisfação temos ainda entre nós alguns desses camaradas que bem precisos são com a sua experiência valiosa. Seria sempre bom deixarem um depoimento relatando tudo o que passaram, tudo o que sofreram e o porquê do seu voluntário sofrimento.

Fome, frio, chuva, centenas se não milhares de quilómetros em cima de pedais ou simplesmente a pé. Centenas se não milhares de dias mal dormidos, mal comidos e quantos sem qualquer refeição. Isto na dura liberdade clandestina.

E aqui eu não posso deixar de citar (para mim muito especiais) alguns camaradas, porque tive a honra de conhecer pessoalmente a partir de 1950. São eles o sempre bem disposto e brincalhão Pires Jorge (já falecido). Temos o tranquilo e sempre carinhoso Agostinho Saboga (já falecido). Como muitos outros camaradas e com quatro filhos de tenra idade e já depois de ter estado preso, não hesitou em passar-se para a vida dura da clandestinidade, ele e a sua dedicada companheira Lucinda Saboga.

(...)

E agora?

Agora em 1990 temos o nosso Partido legalizado o que para mim é maravilhoso porque em tempos recuados não me passava pela cabeça assistir a uma destas coisas tão boas. Temos vinte e tal deputados o que é óptimo. Temos umas largas centenas de camaradas desempenhando honrosas funções autárquicas. Temos uma larga e riquíssima experiência.

Evidente que não é tudo um mar de rosas. Temos os respectivos obstáculos colocados pela contra-revolução cavaquista, uma selvagem campanha anti-comunista à escala nacional e internacional, mas que será devidamente enfrentada pois não devemos nada ou melhor não temos nada que nos comprometa.

Temos no plano interno, os pregadores do definhamento, falsos defensores da *perestroika*. Parecem uns doutores a falar. Convencidos que sabem tudo, mas da puta da vida não sabem a ponta de um corno.

Não sabem ou não querem saber que para resolver os graves e profundos problemas do nosso Povo, continua a ser indispensável a existência de um Partido devidamente organizado, disciplinado e apetrechado com uma doutrina baseada no sofrimento de todos os explorados. O Partido Comunista Português.

O Partido dos explorados dirigidos pelos explorados e não por uns tantos oportunistas que a breve trecho nos transformaria num partido de mordomos, um partido de criados de servir patrões.

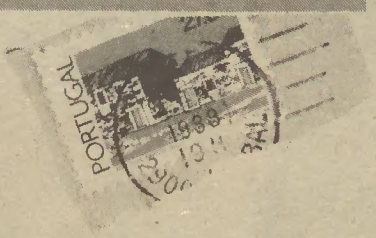
Querem chafurdar na podridão colaboracionista. Pois que o vão fazer no diabo que os carregue, nos partidos que merecem, nos partidos dos exploradores. No Partido dos explorados não.

Eu daqui do meu canto muito serenamente e firmemente digo não. E estou sereno porque tenho a certeza absoluta que o nosso Partido vai dar a resposta adequada.

Renunciar ao marxismo-leninismo, mudar de nome. Mas que fez de grave o nosso Partido para se estar a esconder? Para fugir a si próprio? Para faltar ao respeito a tantos mártires? Faltar ao respeito a si próprio. Nada. Não fez nada de grave, pelo contrário. Sacrificou-se pelo bem estar do nosso povo.

Noutros lugares já se fez assado. Mas que temos nós a ver com as cabras do ti António Crespo? O que temos nós a ver com o que se passa em casa do vizinho. Tirar ensinamentos dos erros dos outros, sim. Cometer os mesmos erros não. (...)

**José Jorge Carlos**
**— Quarteira**



## • Sofismas

Sempre me irritou a má fé. Debate de ideias, procura de melhores soluções, sim. Sofismas, pôr na boca ou na pena dos outros afirmações que não produziram para assim os combater, **não. E nunca entre comunistas.** Um conhecido jurista coimbrão tem todo o direito de ter as suas ideias, mas não tem mais direitos do que qualquer outro militante que na sua simplicidade dá o seu melhor para fortalecer o Partido. Que me lembre, o «talentoso» jurista que aderiu ao Partido após o 25 de Abril e que tem todos os direitos e deveres como qualquer veterano ou noviço, nunca se dignou escrever no «o diário» ou no «Avante!». Se o fez, fê-lo tão raramente que não me lembro. Mas lembro-me que sempre procurou as luzes da ribalta, sempre o angustiou a modéstia, sempre cultivou o charme discreto da dissidência.

Agora, continua a bater na tecla (falsa) de que as Teses interpretam os acontecimentos dos países socialistas, como erros, desvios ou distorções e chega mesmo a colocar frases entre aspas que nunca existiram nas Teses, para dar maior credibilidade à sua falsificação. Será que o tal jurista não sabe ler? Basta de falsificações. Não se afirma nas Teses que as grandes linhas que materializaram a construção socialista nesses países constituíram como que um modelo (modelo soviético, com traços marcantes stalinistas) que faliu? Não se diz e demonstra que este modelo se afastou na prática dos grandes princípios que defendemos e que enquadram dialecticamente a concepção do mundo e do homem socialista? É fácil combater os outros com falsificações, mas difícil é, em verdade, e com argumentos, proceder ao debate de ideias. Seria bom publicar alguns dos textos do conhecido jurista em defesa da ditadura do proletariado, sobre os defeitos dos intelectuais, sobre «a segregação de Lénine que vem normalmente acompanhada da segregação... de Marx sobre a revolução proletária e a ditadura do proletariado» (in «Vértice» n.º 373).

O que o talentoso jurista não quer ver, por conceber o Partido dirigido por um grupo de estrelas, com os trabalhadores e a classe operária a realizar as tarefas do dia-a-dia e eles a perurarem no pequeno écran, é que a *perestroika* tem por empresa imensa, precisamente levar à prática «o marxismo-leninismo» os seus desenvolvimentos, criativos e a experiência acumulada a reencontrar os valores intrínsecos do socialismo: democracia, poder do povo, justiça social, direitos do homem, solidariedade.

A *perestroika*, contrariamente ao que diz o tal jurista, tem o «marxismo-leninismo», «ciência e revolução», como método e guia, e procura «orientar a economia para o Homem, através das suas necessidades materiais e intelectuais». Como já alguém disse, a luta é rude na URSS, é verdade, mas não é porque o marxismo-leninismo, não é porque o socialismo esteja morto; mas porque ele conhece uma segunda juventude» e não o regresso às idelas serôdias do Sr. Kaustky por mais talento verbalista que tenha tido.

Para nós, a democracia e os valores democráticos não ficam à porta da fábrica e da empresa, não separamos a luta social da reforma do Estado. Aprofundamos a nosso reflexão na construção de uma alternativa que abarca as grandes reformas da justiça, do ensino, da regionalização, da organização científica, do sistema de informação pública, da promoção e enriquecimento cultural da sociedade portuguesa. O PCP é uma grande comunidade de homens e mulheres, reflectindo, agindo e renovando a própria força, uma força preciosa, essencial para a democracia portuguesa e para a esquerda.

Contrariamente aos desejos do senhor jurista constitucionalista, que com a sua amiga (ela lá estava na televisão para comentar a derrota no dia das eleições) vaticinaram o desastre nas eleições do Parlamento Europeu, que agiram para a derrota nas autárquicas (mas o Partido mostrou a sua política de unidade e de flexibilidade táctica), o PCP é uma força política do nosso tempo que **se projecta dinâmica e criativamente no futuro** que tem orgulho em ser comunista, que contribui para a cultura política da esquerda, que não troca o seu património nem apaga os seus símbolos e nome pelo melhor spaguetti ou pela melhor massa importada pelos Rombosatis!

**António Moura**
**— Lisboa**

## • Afinal o PCP está vivo e bem vivo!

Contrariamente às profecias ultimamente em voga, o grande debate em curso em todo o Partido de que os artigos de opinião e as cartas dos leitores são uma significativa amostra, demonstra bem a grande riqueza, vida e experiência dos Comunistas Portugueses.

Esta carta apenas pretende ser um pequeno e modesto contributo, resultante da minha experiência adquirida na dura luta que é ganhar o pão de cada dia.

Não se trata pois de um artigo de opinião, mas somente de algumas opiniões sobre o artigo do camarada Mário Lino no que respeita à preparação do Congresso.

Penso camarada M.L. que não leste com suficiente atenção o regulamento para o debate e eleição dos delegados, pois não são só os militantes individualmente considerados ou o conjunto de membros de um organismo, como afirmas, que têm o direito de fazer propostas de alteração. O número 7 diz claramente que os militantes têm esse mesmo direito nas Assembleias de Organização.

• É de facto ao C.C. que cabe analisar e considerar os milhares de propostas resultante do debate em curso, cabendo-lhe apresentar ao Congresso não só o Projecto de Resolução, mas também um Relatório da Comissão de Redacção onde se fará a apreciação do sentido geral das propostas de alteração apresentadas no decorrer do debate incluindo as que não tiverem sido aceites pelo C. Central..

• O que significa que o Congresso será informado das propostas não consideradas, podendo os delegados que não virem as suas propostas ou as dos seus organismos e ou organizações contempladas, voltar a apresentá-las no decorrer dos trabalhos do Congresso.

Afirma o camarada M.L. que o Congresso não vai decidir propriamente qual a orientação que pretende que o Partido adopte, mas apenas pronunciar-se sobre uma única proposta que a Comissão de Redacção lhe apresentará.

Trata-se a meu ver de uma clara deturpação da realidade, da tentativa de reduzir o Congresso do Partido à grande assembleia que durante 3 dias estará reunida. Mas o Congresso do Partido é muito mais do que isso, é também o grande debate em que dezenas de milhar de camaradas estão empenhados e das suas contribuições orais e escritas que em 18/19 e 20 de Março culminam nessa importante assembleia.

Por último gostaria de dizer-te que estou completamente de acordo com a metodologia de que discordas.

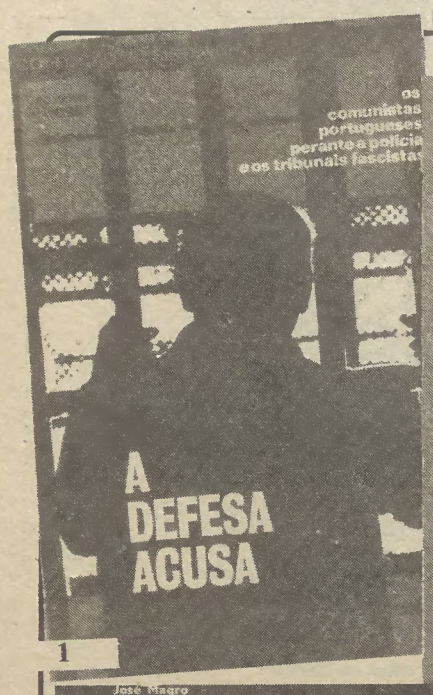
Não por ser diferente da utilizada por outros partidos que referes, mas porque na minha modesta opinião ela se enquadra nos princípios que regem as estruturas e o funcionamento do Partido. O Centralismo Democrático com as características que ele tem no nosso Partido. Princípios essenciais para um Partido que luta pelo fim da Exploração do homem pelo homem ou seja pelo fim da sociedade capitalista.

**Vítor Martins**
**— Funchal**

***Nota** — Os títulos antecedidos de • são da responsabilidade da Redacção; todos os restantes são propostos nas próprias cartas pelos seus autores.*

# Campanha de Assinaturas

6 meses (26 semanas) ___ 2000$00
12 meses (52 semanas) ___ 3800$00

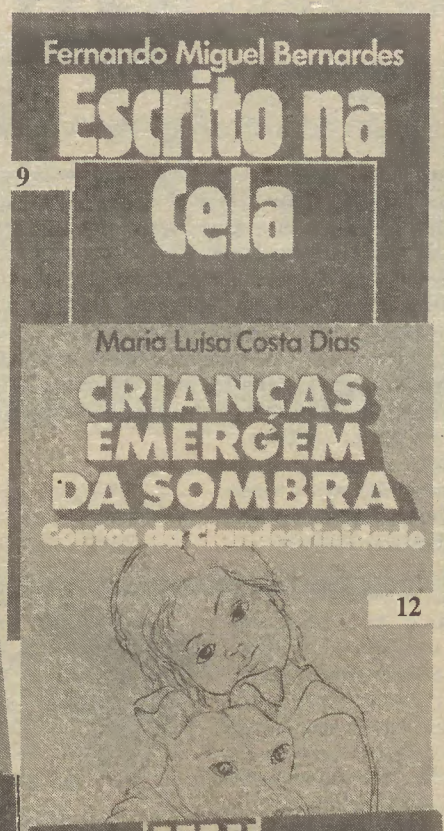


1

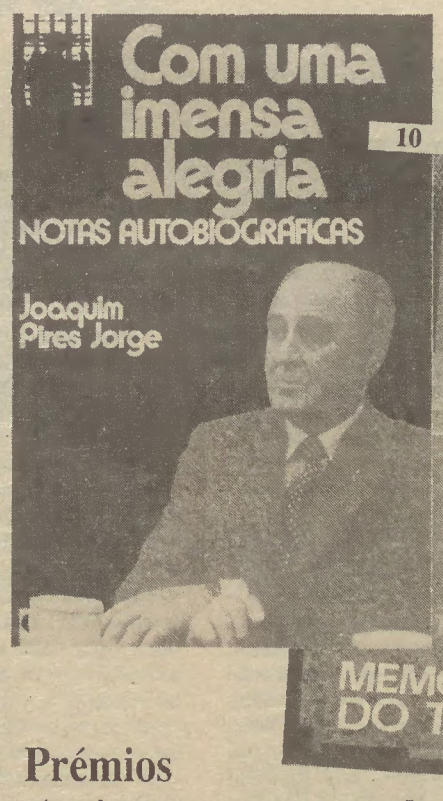
2

3

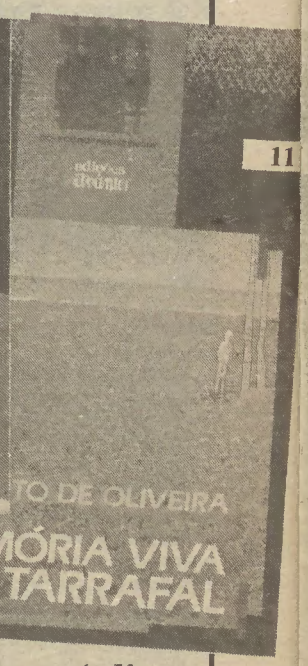
6



9



10



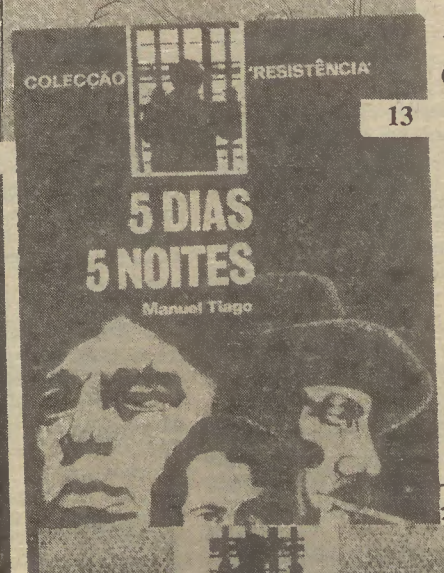
11



12

4

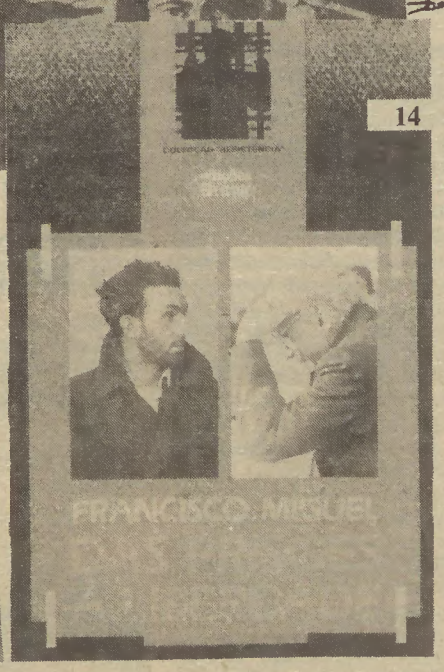
7



13

5

8



14

## Prémios

*Assinatura semestral — 1 livro*

• *Assinatura anual — 2 livros*

## BOLETIM DE ASSINATURA

Nome _____

Morada _____

Localidade _____ Código Postal _____

Assinatura 6 meses ☐ 12 meses ☐ (assinalar com um X) Envio a quantia de Esc. 2000$00 • Esc. 3800$00

(riscar o que não interessa) em cheque n.º _____ s/o Banco _____

Livros (assinalar com uma cruz o número ou números acima indicados)

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | | | | | |

Angariador (1)

Nome _____

Morada _____

Localidade _____ Código Postal _____

**Prémio especial para os angariadores**

***10 novos assinantes semestrais ou 5 novos assinantes anuais***

(1) Para envio do livro *Civilizações Antigas do Oriente e Ocidente* os 5 boletins de assinaturas anuais ou os 10 boletins de assinaturas semestrais e os respectivos pagamentos deverão ser enviados em conjunto com estas fichas preenchidas em nome do mesmo angariador

# Opinião

## Reforma Agrária uma questão de classe...

O governo Cavaco/PSD, no prosseguimento da sua criminosa ofensiva contra a Reforma Agrária, acaba de anunciar, a sua intenção de destruir as UCP-/Cooperativas ainda existentes e formadas pelos trabalhadores agrícolas do Alentejo e Ribatejo nos latifúndios ocupados e expropriados na sequência da Revolução do 25 de Abril.

Invocando a Revisão da Constituição que o Partido Socialista oportunisticamente lhe permitiu, e tal como o PCP na altura alertou, o Governo Cavaco/PSD propõe-se devolver aos grandes agrários todas as terras expropriadas e ainda na posse útil dos trabalhadores das UCP-/Cooperativas. A marca de classe de uma tal decisão, ao serviço dos exploradores e opressores do proletariado rural e responsáveis pelo atraso e subdesenvolvimento desta vastíssima zona do latifúndio, que ocupa mais de 1/3 do território nacional, só não a vê quem não quer ver o que revela a maior de todas as cegueiras.

Fá-lo com a arrogância, prepotência e autoritarismo, que têm caracterizado a sua acção governativa, traços próprios da classe da burguesia quando no poder, e apoiado na sua conjuntural maioria absoluta de 19 de Julho de 1987.

Fá-lo sem legitimidade política pois é notória a generalizada contestação social de que é alvo e são inegáveis as derrotas eleitorais sofridas no período entretanto decorrido e em que se destaca o terramoto de Dezembro para as autarquias locais.

Fá-lo ainda com tanta maior ilegitimidade quanto é sabido que a população da zona da Reforma Agrária — Alentejo e Sul do Ribatejo — disse, diz e continua a dizer: **Não ao latifúndio e sim à entrega da terra a quem a trabalha**. Di-lo na sua luta determinada traduzida nas grandiosas greves, manifestações, concentrações, marchas, assembleias, conferências, abaixo-assinados contra a política dos sucessivos governos PSD, PS, CDS, sós ou coligados.

Di-lo na resistência heróica às sucessivas leis contra-revolucionárias, aos cercos económicos, às prisões, aos espancamentos, e até assassínios que têm caracterizado a política antidemocrática, ilegal e prepotente dos sucessivos governos destes últimos 15 anos.

Di-lo nos sucessivos actos eleitorais dando livremente a esmagadora maioria dos seus votos ao Partido Comunista Português e outros democratas que com ele têm concorrido coligados.

É o caso para perguntar que outras estopinhas terão que suar os trabalhadores, o povo Alentejano e Sul do Ribatejo, para verem respeitados os seus mais elementares direitos humanos e a sua vontade tão clara e democraticamente expressa tanto na poderosa luta de massas que tem desenvolvido como nas urnas nos sucessivos actos eleitorais.

A verdade é que nenhum argumento económico, social ou cultural pode ser invocado com um mínimo de seriedade e fundamento para justificar a bárbara, cruel e desumana política praticada contra os trabalhadores da Reforma Agrária.

A superioridade, em todos os domínios, da exploração da terra pelos trabalhadores, organizados nas suas UCP-/Cooperativas, sobre a propriedade latifundiária é facilmente demonstrável nos balanços feitos nas 12 Conferências da Reforma Agrária realizadas. Mais produção, maior produtividade, mais emprego, maior índice de mecanização, mais liberdade, mais dignidade, mais alegria, mais Vida... tudo isto apesar das suas potencialidades terem sido condicionadas desde o início não só pela inexistência de apoio governamental como pelo facto de terem sido obrigadas a resistir à ofensiva criminosa contra elas desencadeada.

Hoje? Veja-se o Alentejo.

Proliferam as coutadas de luxo, florescem eucaliptais indiscriminadamente em terras de pão, especula-se com a alienação do solo nacional a estrangeiros, abandonam-se estruturas produtivas criadas pelos trabalhadores.

Milhares de postos de trabalho permanentes são liquidados sem qualquer alternativa, regressa a angústia ao lar de dezenas de milhares de famílias que se vêem de novo na incerteza do amanhã, a tristeza volta aos povoados de novo privados de sua maior riqueza — os trabalhadores no activo — que se vêem obrigados a procurar no exterior o pão que em sua própria terra lhes é negado. Ficam os velhos, obrigados à luta pela sobrevivência, com as suas pensões de miséria que não lhes asseguram um mínimo de dignidade, obrigados a viver à sombra dos seus ou a prosseguir, à custa de mil sacrifícios, uma actividade que lhe garanta um pequeno suplemento no mísero orçamento.

É o atraso, o subdesenvolvimento, o envelhecimento, a desertificação, o regresso a uma situação que viola frontalmente direitos humanos fundamentais como o direito ao trabalho, à dignidade de pessoa humana, à justiça social à vida.

A modernidade, a produtividade, a eficácia, as novas tecnologias, a revolução científica ou técnica, chavões, cassetes, puro verbalismo sem qualquer relação com a realidade dramática com que se confrontam os portugueses naturais desta vastíssima região do território nacional que é o Alentejo.

Alentejanos? Sim, há-os e muitos. Encontramo-los cada vez mais em França, na Alemanha, Suíça, Canadá ou Austrália... cada vez menos na sua terra, o Alentejo.

Erguem cidades, movimentam fábricas, rasgam caminhos, exploram minas, semeiam terra alheia, enriquecem outros povos, outros países... o Alentejo? Esse empobrece... com ele o País e o Povo Português.

Por tudo isto, no Alentejo, o espaço de manobra é reduzido tanto para aqueles que negam a luta de classes como para os que recorrendo à demagogia das belas promessas eleitorais, se empenham encarnecidamente na divisão do proletariado — classe operária e restantes trabalhadores — para uma vez instalados no poder fazerem a sua política de classe: a política do grande capital e dos latifundiários.

No Alentejo sabe-se o que é a terra nas mãos dos grandes agrários e o que é a terra nas mãos dos trabalhadores organizados livremente nas suas UCP-/Cooperativas.

No Alentejo o papão do «colectivismo», «colectivização» ou «modelo comunista» não assusta quem vive do seu trabalho.

**No Alentejo os trabalhadores não foram obrigados administrativamente ou burocraticamente a formar UCP-/Cooperativas. Estas resultaram do desenvolvimento natural do processo como forma adequada à realidade específica do nosso processo revolucionário; os seus dirigentes nunca foram nomeados ou impostos pelo Estado ou pelo Partido, mas sim eleitos livre e democraticamente pelos próprios trabalhadores; as UCP/Cooperativas não se traduziram em estagnação de produção, baixa de produtividade ou falta de correspondência com os interesses dos trabalhadores mas muito pelo contrário.**

No Alentejo sabe-se o que significa o neoliberalismo do PSD e o reformismo ou Socialismo-Democrático do PS: sabe-se o que é o recurso aos métodos do administrativismo, do burocratismo, da violência mais brutal, que foi até ao assassínio de trabalhadores indefesos, para **expulsar os trabalhadores e impor pela força das armas o poder económico da caduca classe dos latifundiários.**

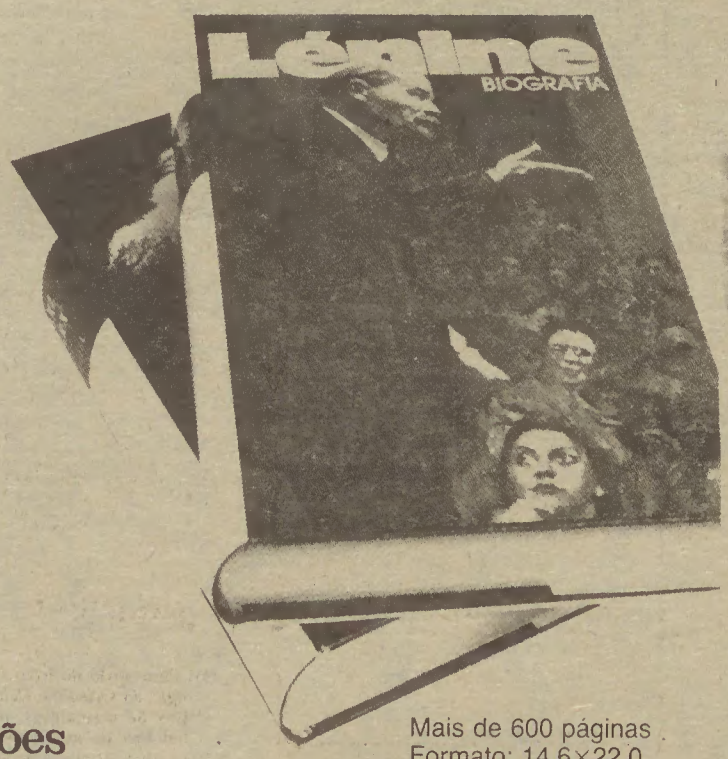
Por isso o Povo Alentejano repudia a feroz campanha anticomunista em curso.

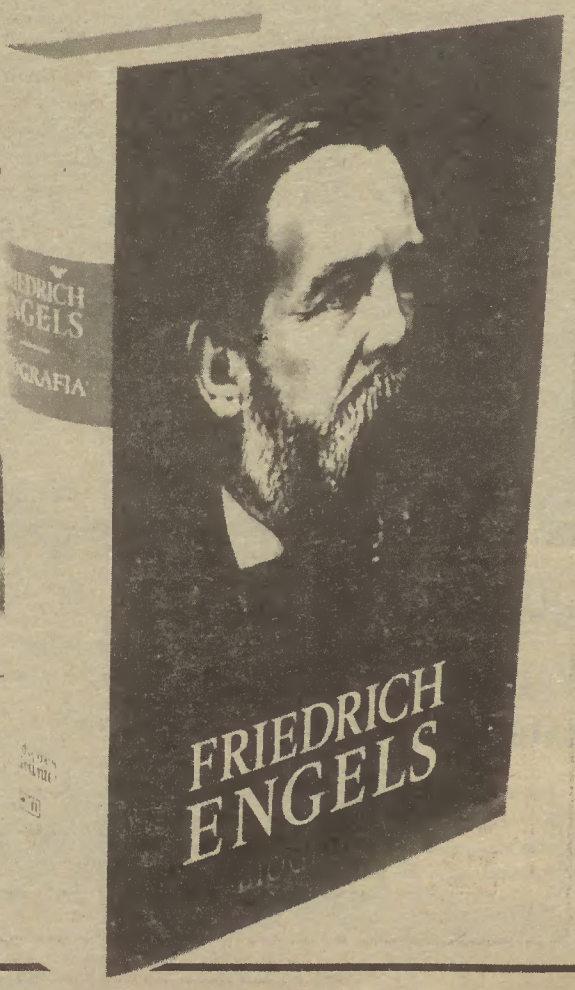
Por isso, no Alentejo, o PCP é vanguarda da classe operária e de todos os trabalhadores, não por qualquer decreto ou princípio institucional mas pela sua presença na primeira linha de luta em defesa das conquistas de Abril, pela sua profunda ligação aos trabalhadores, pelo seu papel determinante na luta em defesa dos interesses do povo do Alentejo, pela sua clara opção e identidade de classe e pelo seu ideal comunista, ideal de liberdade, democracia, progresso social e Paz.

**José Soeiro**


**biografias MARX-LÉNINE-ENGELS**

Não se pode
compreender
o marxismo
e não se pode
expô-lo
integralmente,
sem ter em conta
todas as obras
de Engels *Lénine*




*Uma iniciativa de* edições Avante!

Mais de 600 páginas
Formato: 14,6×22,0
Volume encadernado
Vários extratextos
Com fotos

# O Congresso na comunicação social

## OS FINS E OS MEIOS

Uma merecida atitude de radical desprezo aconselharia a que, pura e simplesmente, se ignorasse o assunto. A afirmação pública de uma saudavelmente intacta capacidade de indignação justifica porém algumas palavras.

Vem esta entrada a propósito de o «Semanário», depois de ter sido apanhado na semana anterior em flagrante operação de intoxicação, ter resolvido quintuplicar a parada, publicando a lista de cinco destacados dirigentes do PCP que estariam doentes e esmerando-se depois em múltiplos pormenores, num dos casos com detalhes grosseiramente mórbidos e cruéis.

Se quiséssemos, uma vez sem exemplo, fazer de ingénuos, poderíamos começar por estranhar este incomum interesse pelas doenças, reais ou fictícias, de dirigentes do PCP, uma vez que supomos que achaques e maleitas devem também atingir dirigentes de outras forças políticas e mesmo a redacção do «Semanário» e, se assim não for, muito folgamos, quem nos dera a nós estar também ao abrigo dessas desagradáveis contingências da vida.

Se quisermos ser lúcidos, tendo em conta que tais «doenças» são tratadas de mistura com querelas, insinuações, especulações, intrigas, diz-que-diz sobre a vida pública e a vida interna do PCP, poderemos então descortinar o verdadeiro escopo destas referências a doenças de dirigentes do PCP.

Trata-se, nem mais nem menos, de, com inegável sentido de oportunidade, completar uma espécie de tripé para o tão falado descalabro comunista.

Ou seja: como se não bastasse a ideologia acabada (como é sabido, esta de as ideologias terem morte súbita como se de realidades físicas se tratasse é um dos mais inovadores, profundos e avassaladores avanços teóricos deste fim de século), como se não bastasse a estrutura partidária exangue e desorientada, ainda por cima dirigentes doentes, física ou psiquicamente afectados e debilitados.

É mais um daqueles muitos casos em que uma acusação caluniosa que sem fundamento real é dirigida aos comunistas se aplica que nem uma luva aos que a lançam. Sim, para os assalariados da guerra de agressão política contra o PCP os fins justificam os meios.

E é isso que explica que, na gulosice dos fins, sucumba a ética, definhe o bom senso, se enterre a educação, se ignore o respeito humano e em contrapartida tenha rédea solta a mesquinhez, a grosseria, a impiedade, a rasteirice mental, a desumanidade.

Os comunistas não se pretendem nem anjos, nem santos, nem criaturas perfeitas. Mas há uma coisa de que observadores e comentadores não deviam duvidar, por mais diferente que seja o perfil humano e político que vislumbram em algumas das suas «fontes» habituais e do que elas lhes digam sobre o perfil humano e político dos comunistas. É que, a imensa maioria dos comunistas portugueses, por entre dificuldades, conflitos ou divergências, desejam conservar vivo um grande património da fraternidade, lealdade e respeito mútuo e desejam continuar a intervir na vida social e política do País com uma força ética e um rigor moral que muito se orgulha de contrastar com o abandalhamento dos costumes políticos que outros procuram insuflar na vida nacional.

Decididamente, não estamos dispostos a içar a bandeira branca da rendição em relação a tudo quanto é essencial e positivamente distintivo, vivo e fecundo na nossa fisionomia política, no nosso projecto e na nossa maneira de estar e de agir.

ANTOLOGIA

## QUADRO DE HONRA

### Volta Nuno Rocha: estás perdoado!

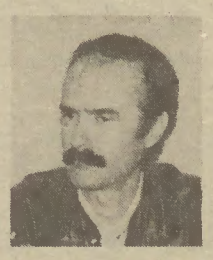
«PCP Pede Agora à China o Dinheiro que Pedia à URSS» (Título): «Segundo fontes fidedignas, a aproximação crescente do PCP com o seu homólogo chinês (...) tem muito a ver com a procura de novas fontes de financiamento a nível internacional, agora que é um dado adquirido que terminaram todos os apoios financeiros que o PCP recebia tradicionalmente dos países socialistas.»

— «Tempo» de 29/3

# «Nas reuniões em que eu estive...»

## Continuar e aprofundar a discussão

Tires, Vialonga, Idanha, são alguns dos locais onde decorreram recentemente plenários de freguesia, cujo ponto principal foi a discussão das Teses. Segundo Romeu do Rosário, membro do Comité Central do PCP, que assistiu aos debates, há um grande interesse em continuar a aprofundar os temas do documento e frequentemente as reuniões não terminam sem primeiro se marcar a próxima.



«A discussão tem-se feito ora na generalidade, ora abordando os pontos que despertam mais interesse nos presentes. É de realçar que os debates têm sido muito vivos, por exemplo, na reunião em Vialonga, na passada sexta-feira, mais de metade dos presentes intervieram, o que mostra bem o empenhamento e o interesse dos camaradas nos temas actualmente em reflexão no Partido.

«Há um grande à-vontade nos participantes mesmo quando expressam opiniões controversas. É com este espírito que se focam os mais diversos problemas, designadamente, os países socialistas, o Partido e o seu reforço, e são feitas propostas concretas para melhorar o trabalho ao nível local, que depois a mesa recolhe e envia para os organismos respectivos.

«No sentido, do reforço da organização, os camaradas de Idanha aproveitaram este período de preparação do Congresso para contactar não só todos os militantes, mas também os simpatizantes e amigos do Partido.

«Tenho notado que tanto o segundo capítulo «a restauração do capitalismo monopolista» como o terceiro «a luta por uma alternativa democrática» focam questões muito sentidas por todo o Partido.

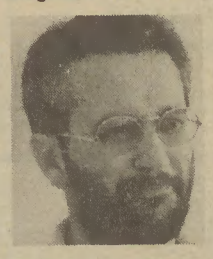
«Para além do grande número de presenças, só nas reuniões a que assisti estavam mais de duzentos camaradas, importa salientar que as idades vão dos dezassete aos setenta anos, notando-se uma forte adesão de jovens que se interessam pelas teses, particularmente nas questões que mais directamente tocam.

«Um aspecto que, penso, tem caracterizado os debates é a consciência de que, apesar de todas as dificuldades que enfrentamos, as alterações nos países socialistas, o nosso Partido é necessário à luta dos trabalhadores portugueses contra a ofensiva do capital.

«No fundamental tenho ideia que as Teses estão a responder às principais preocupações dos militantes e que como resultado deste debate o Partido sairá reforçado e preparado para continuar a defender os interesses do povo português.»

## Necessidade de maior ligação às massas

Joaquim Judas, membro suplente do CC do PCP, participou em várias reuniões dedicadas à análise e debate das Teses para o próximo Congresso do Partido, nomeadamente num plenário da organização de Benfica, realizado na passada quinta-feira no CT de Sete Rios, que comentou do seguinte modo:



«No conjunto das reuniões em que participei, notei grande interesse e vivacidade nas intervenções dos camaradas presentes. Os temas mais focados estão contidos no primeiro e quarto capítulo das Teses, questionando-se em particular o valor do ideal comunista, as causas dos acontecimentos nos países socialistas, e as lições que devem tirar-se quer desses acontecimentos quer da falta de informação que se verificou no Partido. Mais pontualmente surgem intervenções sobre os aspectos globais do mundo contemporâneo, o carácter de classe da sua abordagem e a importância da aproximação entre as forças progressistas, nomeadamente dos comunistas e dos sociais-democratas.

«Relativamente ao quarto capítulo, "o ideal comunista e a natureza e identidade do PCP", discute-se a afirmação do PCP como partido da vanguarda da classe operária, e o centralismo democrático.

«É tambem evocada a necessidade do reforço da democracia interna no Partido, a importância de se desenvolver um esforço de organização que permita uma maior ligação às massas e colmate as consequências negativas resultantes da destruição de inúmeras células, devido à repressão patronal, à extinção de empresas, à mobilidade populacional, etc. A par disto refere-se a necessidade de se clarificar a situação orgânica de muitos militantes, que se encontram afastados da actividade do Partido.

«Na apreciação geral das Teses, embora haja camaradas que manifestam a sua discordância em termos globais nalguns dos temas acima referidos, a grande maioria mostra-se favorável ao seu conteúdo.

«Muitos camaradas manifestam a opinião de que deviam ser mais valorizadas as conquistas do socialismo e o seu significado para a luta dos povos do mundo. Outros frisam a necessidade de clarificar melhor as condições em que decorreu o processo de construção do socialismo. Este aprofundamento do texto actual, não se coaduna, entretanto, com as «queixas» frequentes em relação à extensão das Teses, que segundo muitos militantes deviam ser mais concisas.

«À medida que o debate avança e nos aproximamos do Congresso, assinalo uma tendência nos militantes para um melhor conhecimento das teses, apesar de depender muito das características de cada organização.»

## Argumentos e força de resposta

A situação da Petrogal, alvo da actual política de privatizações, e as consequências que daí advêem para os trabalhadores, a braços com uma verdadeira ofensiva contra os seus direitos, estiveram no passado fim-de-semana em análise numa reunião daquela célula do PCP, em que participou o camarada Vidal Pinto do Comité Central, que referiu «tratar-se de um debate concreto que era necessário fazer, para o qual o conteúdo das Teses adquiriu grande importância para a avaliação da situação, definição de linhas de trabalho e consolidação de uma opinião colectiva.

«Colocou-se, de início, a questão se, com o avanço da revisão da constituição, com o avanço da lei quadro das privatizações, se justifica ainda a luta pela defesa das empresas nacionalizadas, se ela é ainda crível para os trabalhadores. A reacção dos presentes foi muito positiva, e usaram-se vários argumentos, pese o facto de que a manutenção dos direitos dos trabalhadores é indissociável da preservação do estatuto de empresa pública.

«Naturalmente fez-se o ponto da situação relativamente à ofensiva em curso contra aquela empresa nacionalizada, onde se verificam movimentações de dinheiros monopolistas, de novos grupos económicos, que, associando-se e abrindo significativamente a participação de capital estrangeiro, procuram constituir-se como um «núcleo duro», na perspectiva de uma Petrogal privatizada. Esta é uma orientação concreta, de resto tornada pública através da comunicação social.

«Neste quadro, foi importante o conteúdo das teses para o XII Congresso (Extraordinário) do nosso Partido, que constitui um ponto muito importante, para a avaliação da situação, definição de linhas de trabalho e consolidação de uma opinião colectiva, que contém argumentos e força de resposta à situação com que se deparam os trabalhadores do sector empresarial do Estado e designadamente da Petrogal.

«No plano dos direitos e regalias adquiridos, surge como necessária a dinamização da acção sindical da empresa, de forma a contrariar a tentativa de esvaziamento das regalias alcançadas, e avançar na luta reivindicativa e na aplicação do clausulado constante da convenção colectiva de trabalho da Petrogal».

# Agenda

Avante!
Ano 60 – Série VII
N.º 849
5 de Abril de 1990
5.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Por iniciativa das organizações e dos militantes comunistas, o XIII Congresso (extraordinário) do PCP está na rua. Se os debates sobre as Teses já há muito se iniciaram e continuam em plenários e reuniões, agora e desde o princípio da semana, as ruas e praças do país começam a mostrar vivamente a mobilização para o Congresso. Com o lema «Um Partido para o nosso tempo», um cartaz e um pendão anunciam para Loures, nos dias 18, 19 e 20 de Maio, a reunião magna dos comunistas portugueses. Está também a ser distribuído um desdobrável que visa divulgar o essencial das Teses que o Partido debate. Durante esta semana – e depois também – vamos todos dar uma ajuda nesta jornada de divulgação!

## Quinta 5

*** SANTARÉM**
Assembleia do Sector Operário da cidade, para discussão das Teses e de problemas da organização - às 21.00 no Centro de Trabalho.

*** MARINHA GRANDE**
Plenário da Comissão Concelhia, alargado a outros, quadros para discussão das Teses às 21.30, no Centro de Trabalho, com participação do cam. **Saúl Fragata**.

*** NAZARÉ**
Reunião plenária para discussão das Teses - no Centro de Trabalho, às 21.00, com o cam. **Jorge Paixão**.

*** LISBOA**
Plenário da célula do LNEC para discussão das Teses - às 13.00, no LNEC.

Plenário do sector «Vários» da OLL para discussão das Teses - às 19.00, no CT Vitória, com **Domingos Lopes**.

*** LOURES**
Assembleia plenária da freguesia de **Santa Iria de Azoia** para discussão das Teses - às 21.30, no Centro de Trabalho.
**Pontinha:** leitura colectiva das Teses.

*** AMADORA**
Reunião do núcleo de **Obras Municipais** da Câmara Municipal da Amadora para discussão das Teses - às 21.00 no Centro de Trabalho.

*** V. FRANCA DE XIRA**
Plenário de militantes da freguesia de **Forte da Casa** - no salão da Junta de Freguesia, às 21.30, com a participação de **Daniel Branco**.

*** AVEIRO**
Plenário de militantes da freguesia de **Gafanha da Nazaré** - às 21.30.

*** SETÚBAL**
Assembleia plenária da célula da **CP** - às 18.00 no CT concelhio.

*** GRÂNDOLA**
Assembleia plenária da célula dos trabalhadores da Câmara e da célula do Ângelo - às 17.00, no Centro de Trabalho

Assembleia plenária da organização de **Sta. Margarida** - às 21.00.

## Sexta 6

*** BRAGA**
**A situação internacional. Os acontecimentos e a situação nos países socialistas. Repercussões**: debate promovido pela Comissão Distrital de Braga, com a participação do cama-rada **Carlos Aboim Inglês**. Às 21.30 no Centro de Trabalho.

*** SETÚBAL**
Assembleia plenária da organização da freguesia de **S. Sebastião** - no salão da Junta, às 21.00.

Assembleia plenária das células de Trabalhadores Sindicais, Cosal, Sado Intern., Iola, Custódio Sérgio, CTT e Litosado - às 18.00, no CT de Setúbal.

Assembleia plenária das células de empresa da Inapa, Ar Líquido, Setubauto, Tecnim, Movauto, Oficina de Reparação de Automóveis - às 18.00 no Centro de Trabalho.

*** MONTIJO**
Reuniões das organizações do Bairro da Boa Esperança - às 21.00 - e do Bairro Esteval - também às 21.00.

*** SESIMBRA**
Assembleia plenária da organização da freguesia de Quinta do Conde - às 21.00. no CT da Quinta do Conde.

*** BARREIRO**
Debate: «Europa, a esquerda, os partidos comunistas». Com a participação de **Vilaverde Cabral**, no CT concelhio às 21.30.

*** AVEIRO**
Reuniões das organizações de freguesia de - **S. João de Ovar** - na Ponte Nova às 21.30;
- **Nogueira da Regedora** e **Mozelos** - em Pousadela às 21.00;
- **Souto e Travanca** - às 21.30 no Souto.

Reunião dos Sectores Operários e de Serviços de **Espinho** - às 21.30 no Centro de Trabalho.

Reunião distrital da organização de Professores - às 21.30 no CT de Aveiro.

*** AMADORA**
Reunião de núcleos da freguesia da **Mina**: de A-da-Beja, Serra da Mira, Mínho da Funcheira e Casal da Mira. Em Moínhos da Funcheira, às 21.30.

Plenário de militantes da freguesia da **Brandoa**- no Centro de Reformados às 21.30.

Plenário da célula de **Alfragide** - às 21.30.

*** LISBOA**

**O capitalismo e o socialismo hoje** - debate da série de debates temáticos promovidos pelos Sectores Intelectuais da ORL no âmbito da preparação do XIII Congresso, este com as organizações de Professores e Quadros Técnicos. Participam **Carlos Carvalhas, Octávio Teixeira** e **António Mendonça**. A partir das 21.00 no CT Vitória.

Plenário da 6ª Zona/ Zona Norte (Sector «Vários» da OLL) com participação de **Domingos Lopes** - às 21.00, no Centro de Trabalho do Lumiar.

*** LOURES**
Assembleia plenária da organização de **Santo António dos Cavaleiros** para discussão das Teses - às 21.30, na Associação de Moradores, com participação de **Carlos Grilo**.

Assembleias plenárias para discussão das Teses das organizações de freguesia de:
- **Póvoa de St. Adrião** - às 21.30
- **Caneças** - no CT, às 21.30;
- **Odivelas** (dos camaradas do Bº dos Patameiros) - na creche dos Patameiros, às 21.30.

*** ÓBIDOS**
Assembleia plenária para discussão das Teses - às 21.00, com **José Boleixa**.

*** MARINHA GRANDE**
Reunião plenária das células dos Metalúrgicos, Plásticos e Cartonagens para discussão das Teses - às 21.30, no Centro de Trabalho.

*** BOMBARRAL**
Reunião plenária para discussão das Teses - às 21.30, com cam. **Paixão**.

*** SANTARÉM**
Debate com democratas sobre a Teses para o XIII Congresso do PCP - às 21.00.

Reunião do Sector da Saúde (médicos) da ORSA para discussão de problemas da organização e profissionais e do Diploma das Carreiras Médicas - às 21.30 no C entro de Trabalho da DORSA.

*** SALVATERRA**
Assembleia plenária em **Glória do Ribatejo** para discussão das Teses - às 21.00.

*** COUÇO**
Plenário de militantes em **Santa Justa** para discussão das Teses - àsd 21.00.

Plenário nos **Foros Lagoiços** - às 21.00.

*** TORRES VEDRAS**
Plenário para discussão das Teses para o XIII Congresso com **jovens** do concelho. Participa **José Casanova**. Às 21.00 no Centro de Trabalho.

*** COIMBRA**
Debate público promovido pelo Sector Intelectual de Coimbra subordinado ao tema «Os acontecimentos nos países socialistas. O conceito de socialismo no programma do PCP», com participação dos camaradas **Luís Sá, Carlos Fraião** e **Manuel Gusmão**. No Salão das Piscinas a partir das 21.30.

*** FARO**
Assembleia plenária para discussão das Teses dos sectores Serviços, Intelectuais e Quadros Técnicos - às 21.00 no Centro de Trabalho.

*** VILA NOVA DE CACELA**
Sessão de apresentação das Teses com a participação de **Carlos Brito** - no salão da Junta de Freguesia, às 21.30.

*** S.BRÁS DE ALPORTEL**
Reunião plenária de militantes para discussão das Teses - às 21.30 no Centro de Trabalho.

*** SILVES**
**Os acontecimentos nos países socialistas e suas repercussões** - sessão pública com a participação de **Albano Nunes.** No Centro de Trabalho às 21.30.

*** SOBRAL DE MONTE AGRAÇO**
Plenário com Independentes sobre o próximo Congresso do PCP - no cinema, às 21.30, com participação do camarada **Henrique de Sousa**.

*** SABROSA**
Assembleia plenária de militantes do concelho para eleição dos delegados ao XIII Congresso. Participação de **Vasco Paiva**. Ás 21.30.

*** GAIA**
**A evolução da situação política, social e económica nacional. A luta por uma alternativa democrática**: debate com a participação do **Prof. Armando Castro** e de **João Semedo.** No Centro de Trabalho, às 21.30.

*** SINTRA**
Reuniões para discussão das Teses:
- das células de bairro de **Cacém** e **Agualva** - às 21.30, no CT, com António Cordeiro;
- de **S.Carlos/ Algueirão** - às 21.30 no CT;
- da organização de **Pero Pinheiro** - às 21.30, no Centro de Trabalho, com **Jaime Mata**;
- de **Sintra** - às 21.30, com **Duarte Cordeiro**.

## Sábado 7

*** SEIXAL**
**Confraternização no novo terreno da Festa do «Avante!»/ Quinta da Atalaia.** A partir das 10.00.
Ás 16.00, **comício.** Intervenção de **Álvaro Cunhal.**

*** VILA REAL**
Debate para os quadros do PCP em Trás-os-Montes sobre **os acontecimentos nos países socialistas e suas repercussões**, orientado pelo camarada **Carlos Aboim Inglês** - às 15.00.

*** MESÃO FRIO**
Assembleia plenária dos militantes de **Mesão Frio** para eleição dos delegados ao XIII Congresso - às 15.00, na casa do Povo de Barqueiros, com a participação do cam. **Fernando Teixeira**.

*** FARO**
Assembleias plenárias para discussão das Teses:
- dos organismos de Reformados e Mulheres - às 15.00 no Centro de Trabalho;
- das células de empresas e sectores sócio-profissionais - às 15.00 no Centro de Trabalho;
- da freguesia da **Conceição**- na Conceição, às 21.00.

*** OLHÃO**
**A situação internacional e as Teses do PCP** - debate com a participação de **Albano Nunes**. Às 16.00 no Sindicato das Conservas.

*** LAGOA**
Assembleia plenária de militantes do concelho para discussão das Teses e eleição dos delegados ao Congresso - às 15.30, no Centro de Trabalho.

*** OVAR**
Reuniões para discussão das Teses para o XIII Congresso:
- da célula do F. Ramada - às 10.00 no CT;
- da célula da Rabor - às 21.30 no CT;
- da organização de freguesia der Ovar - às 15.00 no CT.

*** LOUROSA**
Reunião para discussão das Teses das organizações das freguesia de Lourosa, Lamas, Sanguedo e Paços de Brandão - às 21.30 em Lourosa.

*** CANEDO**
Reunião para discussão das Teses - às 21.30.

*** ESPINHO**
Plenário da organização concelhia para discussão das Teses - às 21.30, no Centro de Trabalho.

*** PENICHE**
Reunião para discussão das Teses - às 21.30, com o camarada **Aleixo**.

*** LEIRIA**
Reunião plenária em **Maceira** para discussão das Teses - às 21.30 com **Fernando Canais**.

*** SINTRA**
Reuniões de organizações locais para discussão das Teses:
- das células de **Rinchoa/Rio de Mouro (Estação)** - às 15.00 no Centro de Trabalho de Rio de Mouro;
- de **Casal de Cambra** - às 21.30 no Centro Social.

*** LISBOA**
**Conferência nacional do Ensino Superior/JCP** - hoje e amanhã na Faculdade de Letras de Lisboa.

*** PORTO**
**A evolução da situação política nacional e a luta por uma alternativa democrática** - debate promovido pelos sectores Intelectual e da Saúde do Porto, com a participação do camarada **Luís Sá** - às 15.00, no CT da Boavista.

## Domingo 8

*** LISBOA**
**Encontro nacional do Ensino Secundário/JCP** - na Faculdade de Letras de Lisboa.

*** SINTRA**
Reunião plenária da organização de **Terrugem** para discussão das Teses - às 17.00, no Centro de Trabalho, com a cam. **Áurea Adão**.

*** AVEIRO**
Reuniões de organizações de freguesia para discussão das Teses:
- de **Esmoriz e Cortegaça** - às 9.30 em Cortegaça;
- de **Riomeão** - às 9.30 em Riomeão;
- de **Fiães** - às 10.00 em Fiães.

*** MURÇA**
Assembleia plenária de militantes do concelho para discussão das Teses - às 15.00, na Escola Secundária, com a participação de **Vasco Paiva.**

*** FARO**
Assembleia plenária das organizações das freguesias de **Santa Bárbara de Nexe** e **Estói** para discussão das Teses - às 16.00 na Palhagueira.

*** S. BARTOLOMEU DE MESSINES**
Assembleia plenária de militantes para discussão das Teses e eleição dos delegados ao Congresso - às 15.00 no Centro de Trabalho.

Terça-feira
às 18 h
no CT Vitória

**Encontro de artistas e outros trabalhadores de Artes e Letras com Álvaro Cunhal**

## Segunda 9

*** LISBOA**
Plenário da célula dos **TLP** para discussão das Teses - às 19.00.

Reunião dos núcleos ECT e ECF dos **CTT** - Centro de Trabalho de Santos às 17.30.

*** BARREIRO**
Assembleia plenária da célula dos trabalhadores da autarquia - às 18.00, no CT concelhio.

## Terça 10

*** SETÚBAL**
Assembleia plenária da célula da Sapec - às 18.00 no CT concelhio.

*** LISBOA**

**Encontro de artistas e outros trabalhadores comunistas de Artes e Letras com Álvaro Cunhal.** Debate seguido de convívio e beberete. A partir das 18.00 no CT Vitória.

Reunião do núcleo EDL's dos **CTT** - no CT Vitória, às 17.30.

Reunião dos núcleos das Picoas, C. Ribeiro, C. Redondo, Av. República, DRCL e DRTS dos **CTT** - às 18.00 na sede da JCP (R. Sousa Martins).

Reunião das células do Sector **Técnicos** para discussão do ponto 2 da ordem de trabalhos do Congresso - às 21.00 no CT Vitória.

Reunião da célula da Fundação Gulbenkian, com participação de **Domingos Lopes** - às 18.00, no CT da Av. António Serpa.

*** MARINHA GRANDE**
Reunião preparatória do XIII Congresso das células da Câmara, Coopovo, CRSS e Centro da Cidade - às 21.30 no Centro de Trabalho.
Reunião de militantes do Lugar de **Garcia** - às 10.00, no Centro de Trabalho da Marinha Grande.

## Quarta 11

*** LISBOA**
Reunião plenária dos núcleos do Marquês de Pombal, Tomás Ribeiro, Flores e Artilharia Um da **Petrogal** - CT Duque de Loulé, 18.30.

Reuniões do sector **Função Pública** para discussão das Teses:
- das organizações do MIE, Minist. do Comércio e D.G.Turismo - no CT Av. António Serpa às 19.00;
- do Min.Finanças, MAI, MNE, INE, ex-SEAP e célula dos Func. do Sindicato - às 18.30, no CT da Av. António Serpa;
- das organizações do Min. Trabalho, Presidências, Q.Técnicos e FP/Coop - às 18.30 no CT da Av. António Serpa;
- das organizações do Min. Agricultura e Pescas e células do Iroma, Matadouro e ICEP - às 18.30 no CT Av. Duque Loulé.

Reunião do núcleo de Cabo Ruivo da **Carris** para discussão das Teses - às 18.00, no CT da Av. António Serpa

*** CORROIOS**
Assembleia plenária da organização de freguesia - às 21.00

*** AVEIRO**
Plenário da célula dos Bancários - às 17.00, no CT de Espinho.

# TV O Programa

## Quinta 5

### RTP1

09.00 - **Bom Dia**
10.00 - **Às Dez** (inclui «Rua Sésamo»)
12.05 - **Fera Radical** (77º epis.)
13.00 - **Jornal da Tarde**
13.30 - **Vila Faia** (71º e 72º epis.)
14.20 - **Ténis** (Open do Estoril)
15.45 - **Ponto Por Ponto**
16.30 - **Clínica Geral** (1º epis.)
17.25 - **A Hora do Lecas**
18.30 - **Rua Sésamo** (109º epis.)
19.00 - **Jogo de Cartas**
19.30 - **Telejornal**
20.05 - **Boletim Meteorológico**
20.15 - **Vale Tudo** (85º epis.)
21.15 - **Sofia e Constança** (4º epis.)
22.15 - **Conversas Vadias** (5º progr.)

22.40 - **Murphy Brown** (série, 1º epis.)
23.10 - **24 Horas**
23.45 - **Remate**
23.55 - **Cartas de Humor**

### RTP2

12.00 - **Ténis** (Open do Estoril)
14.30 - **Primeiro Jornal**
14.45 - **Espaço Infantil**
15.25 - **Filhos e Filhas** (441º epis.)
15.25 - **Agora, Escolha!**
16.55 - **Os Centuriões** (série, 1º epis.)
17.20 - **Novo Elucidário Madeirense** (série, 1º epis.)

17.55 - **Os Desafios da Lei** (série, 1º epis.)
18.40 - **Meu Pé de Laranja Lima** (76º epis.)
19.15 - **Espaço Infantil**
19.55 - **Clássicos da TV**
20.45 - **Via Rápida**
21.00 - **Jornal das Nove**
21.30 - **Emoções** (10º. epis.)
21.55 - **Hora da Verdade**
22.55 - **Quinta Dimensão** (17º epis.)

## Sexta 6

### RTP1

09.00 - **Bom Dia**
10.00 - **Às Dez**

12.05 - **Fera Radical**
13.00 - **Jornal da Tarde**
13.30 - **Vila Faia**
14.20 - **Ténis** (Open do Estoril)
15.45 - **Ponto por Ponto**

16.30 - **Clínica Geral**
17.25 - **A Hora do Lecas**
18.30 - **Rua Sésamo**
19.00 - **Jogo de Cartas** (concurso)
19.30 - **Telejornal**
20.05 - **Boletim Meteorológico**
20.20 - **Vale Tudo**
21.10 - **Mobil nos Caminhos de Portugal**
21.10 - **Missão Impossível** (9º epis.)
22.05 - **Telemundo**

22.35 - **Chefe, Mas Pouco** (36º epis.)
23.05 - **24 Horas**
23.40 - **Remate**
23.50 - **Cartas de Humor**
23.55 - **Pela Noite Dentro** - «A Ultima Reportagem», real. Phillip Borsos (EUA/1985, 100 min.)

### RTP2

12.00 - **Ténis** (Open do Estoril)
14.30 - **Primeiro Jornal**
14.45 - **Espaço Infantil**
15.00 - **Filhos e Filhas**
15.25 - **Agora, Escolha!**
16.55 - **3, 2, 1 Contact** (28º epis.)
17.25 - **As Grandes Viagens de Combolo** (série, 1º epis.)
18.25 - **Magazine Musical**

18.50 - **O Meu Pé de Laranja Lima**
19.25 - **Espaço Infantil**
19.55 - **As Cidades e as Terras**
20.20 - **Bucha e Estica** (série, 1º epis.)
20.45 - **Via Rápida**
21.00 - **Jornal das Nove**
21.30 - **D. Beija** (29º epis.)
23.00 - **Rotações**
24.00 - **Haja Música**

## Sábado 8

### RTP1

09.00 - **TV Rural**
09.25 - **Meu Querido Sábado**
12.30 - **Grandes Tormentos** (10º epis.)
13.00 - **Notícias**
13.10 - **Ténis** (Open do Estoril)
15.00 - **Parlamento**
15.30 - **Sessão da Tarde** - «Uma Leoa Chamada Elsa»,
16.50 - **Recordes Guiness**
17.05 - **Vivamúsica**
17.50 - **Ricardina e Marta** (28º epis.)
19.10 - **Sete Folhas**
19.45 - **Totoloto**
20.00 - **Jornal de Sábado**
21.15 - **Boletim Meteorológico**
21.30 - **Cenários Perdidos** (série, 1º epis.)
23.30 - **Julie e Carol** (Julie Andrews e Carol Burnett)
00.35 - **Cinema da Meia Noite** - «Os Olhos da Testemunha», real. Peter Yates (EUA/1981, 104 min.)

### RTP2

09.00 - **Universidade Aberta**
10.15 - **Novos Horizontes**
10.35 - **Música n'América**
11.30 - **Caminhos**
12.00 - **Um Lar para Animais** (3º epis.)
13.00 - **Cine-Sábado** - «Um João Ninguém», real. Frank Capra (EUA/1941, 130 min)
15.00 - **Estádio**
19.00 - **Os Segredos de Ararat**
19.55 - **Contos Populares Europeus** (série, 1º epis.)
21.15 - **Estádio/2ª Edição da Noite**
22.15 - **Primeiro Jornal**
22.30 - **Estádio/2ª Edição** (2ª parte)
23.30 - **Compacto «O Meu Pé de Laranja Lima»**

## Domingo 10

### RTP1

09.00 - **Domingão** (programa infantil)
11.30 - **70x7**
12.00 - **Missa**
13.00 - **Notícias**
13.10 - **Espaço 1999** (11º epis.)
13.55 - **Peter's Pop Show**
15.30 - **Primeira Matinée** - «Dançando nas Nuvens»,
real. Gene Kelly, Stanley Donen, interpr. Gene Kelly, Cid Charisse (EUA/1955, 97 min.)
17.10 - **Concurso 1, 2, 3**
19.00 - **McGyver** (26º epis.)
20.00 - **Jornal de Domingo**
20.30 - **Boletim Meteorológico**
20.35 - **Querido John** (26º epis.)

21.05 - **Para Além da Guerra** (2º epis.)
22.45 - **Domingo Desportivo**

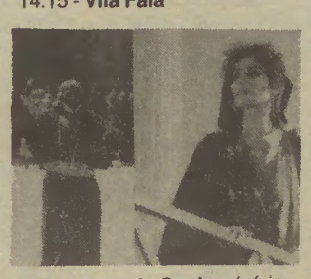
### RTP2

09.00 - **Music Box**
10.00 - **Troféu**
13.00 - **Espaço Infantil**
14.30 - **Troféu**
19.00 - **Primeiro Jornal**
19.15 - **Em Busca da Memória**
19.45 - **A Bela e o Monstro** (4º epis.)
20.30 - **Cineclube** - «A Vida Futura», real. Alexander Korda (Gr.Bret./1936, 89 min.)
22.00 - **Leituras** - «Nós e a Europa» (1º progr.)
22.50 - **Lusitânia Expresso**

## Segunda 9

### RTP1

09.00 - **Bom Dia**
10.00 - **Às Dez**
12.05 - **Fera Radical**
13.00 - **Jornal da Tarde**
13.30 - **A Rota de Howard** (39º epis.)
14.15 - **Vila Faia**



15.10 - **Hora do Senhor** (série, 1º e 2º epis.)
17.25 - **Hora do Lecas**
18.30 - **Rua Sésamo**
19.00 - **Jogo de Cartas**
19.30 - **Telejornal**
20.00 - **Boletim Meteorológico**
20.15 - **Vale Tudo**
21.10 - **Clube dos Subscritores**
21.40 - **Casino Royal** (12º epis.)
22.35 - **Quase Adultos** (12º epis.)
23.25 - **24 Horas**
24.00 - **Remate**
00.10 - **Cartas de Humor**

### RTP2

14.30 - **Primeiro Jornal**
15.00 - **Filhos e Filhas**
15.25 - **Agora, Escolha!**
16.55 - **O Jovem Sherlock** (4º epis.)
17.30 - **Os Ícones da Macedónia**
18.00 - **Segunda Volta**
18.45 - **O Meu Pé de Laranja Lima**

19.30 - **Ana dos Cabelos Ruivos**
20.00 - **Clássicos da TV**
20.45 - **Via Rápida**
21.00 - **Jornal das Nove**
21.30 - **Bailado**

## Terça 10

### RTP1

09.00 - **Bom Dia**
10.00 - **Às Dez**
12.05 - **Fera Radical**
13.00 - **Jornal da Tarde**
13.30 - **Dallas** (77º epis.)
14.15 - **Vila Faia**
15.05 - **Ano do Senhor**
16.45 - **O Mundo Animal**
17.25 - **Hora do Lecas**
18.30 - **Rua Sésamo**
19.00 - **Jogo de Cartas**
19.30 - **Telejornal**
20.05 - **Boletim Meteorológico**
20.15 - **Vale Tudo**
21.15 - **Primeira Página**
22.15 - **Crónica do Crime** (28º epis.)
23.05 - **24 Horas**
23.40 - **Remate**
23.50 - **Cartas de Humor**

### RTP2

14.30 - **Primeiro Jornal**
15.00 - **Filhos e Filhas**
15.25 - **Agora,Escolha!**
16.55 - **Os Novos Caça-Fantasmas** (19º epis.)
17.20 - **Elogio da Leitura**
18.55 - **O Meu Pé de Laranja Lima**
20.00 - **Clássicos da TV**
20.45 - **Via Rápida**
21.00 - **Jornal das Nove**
21.30 - **Cinemagazine**
22.00 - **Cinemadois** - «A Saudade de Veronika Voss», real. R.W. Fassbinder (RFA/1982, 105 min.))
24.00 - **Universidade Aberta**

## Quarta 11

### RTP1

09.00 - **Bom Dia**
10.00 - **Às Dez**
12.05 - **Fera Radical**
13.00 - **Jornal da Tarde**
13.30 - **Também os Rios Correm** (5º epis)
14.15 - **Vila Faia**
15.10 - **Ano do Senhor**
16.50 - **O Mundo Animal**
17.25 - **Hora do Lecas**
18.30 - **Rua Sésamo**
19.00 - **Jogo de Cartas**
19.30 - **Telejornal**
20.05 - **Boletim Meteorológico**
20.20 - **Vale Tudo**
21.10 - **Vamos Jogar no Totobola**

21.25 - **Lotação Esgotada** - «Uma Criança Chamada Jesus» (1ª parte) real. Franco Rossi (Itália)
23.35 - **24 Horas**
00.10 - **Remate**
00.20 - **Cartas de Humor**

### RTP2

14.30 - **Primeiro Jornal**
15.00 - **Filhos e Filhas**
15.25 - **Agora, Escolha!**
16.55 - **Os Campbells** (26º epis.)
17.30 - **Um Mistério Misterioso**
18.00 - **A Rota Marítima da Seda** (8º epis.)
18.45 - **O Meu Pé de Laranja Lima**
19.30 - **Os Amigos de Gaspar**
20.00 - **Clássicos da TV**
20.45 - **Via Rápida**
21.00 - **Jornal das Nove**
21.30 - **O Submarino** (6º epis.)
22.30 - **Século XX** - «A Caminho da Guerra» (6º epis.)

## Filmes

**«A Última Reportagem»** - 6ª, 23.55, RTP-1
**«Um João Ninguém»** - sáb., 13.00, RTP-2
**«Uma Leoa Chamada Elsa»** - sáb., 15.30, RTP-1
**«Os Olhos da Testemunha»** - sáb., 00.45, RTP-1
**«Dançando nas Nuvens»** - dom., 15.30, RTP-1
**«A Vida Futura»** - dom., 20.30, RTP-2
**«A Saudade de Veronika Voss»** - 3ª, 22.00, RTP-2
**«Uma Criança Chamada Jesus»** (1ª parte) - 4ª, 21.25, RTP-1

## Música

Quinta
20.45, RTP-2: **Via Rápida**

Sexta
20.45, RTP-2: **Via Rápida**
24.00, RTP-2: **Haja Música**

Sábado
10.30, RTP-2: **Música n'América**
17.05, RTP-1: **Vivamúsica**
23.30, RTP-1: **Julie e Carol**

Domingo
09.00, RTP-2: **Music Box**

Segunda
20.45, RTP-2: **Via Rápida**

Terça
20.45, RTP-2: **Via Rápida**

Quarta
20.45, RTP-2: **Via Rápida**

## Desporto

**Remate** - RTP-1, 5ª (23.45), 6ª (23.40), 2ª (24.00), 3ª (23.40), 4ª (00.10)
**Estádio** - RTP-2, sáb., 15.00 e 21.15
**Troféu** - RTP-2, dom., 10.00 e 14.30
**Domingo Desportivo** - RTP-1, 22.45

# Teatro O Cartaz

**LISBOA**

**Chapitô**, Rua da Costa do Castelo, 7. 5ª, 6ª e sáb. às 21.30. **Klássicus Kabaret**, texto e encen. de Fernando Gomes.

**Comuna**, Pr. de Espanha. *Sala Nova* - Às 21.30 ; dom. só às 17 (descanço à 4ª). **A Pécora**, de Natália Correia, enc. João Mota. *Café Teatro* - Sáb. às 24.00. **Festival da Otite**, de Carlos Paulo.

**Primeiro Acto**, Rua Eduardo Augusto Pedroso (Algés). De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 17. **As Pulgas**, de Cunha de Leiradella, pelo Grupo Persona.

**Teatro ABC**, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **Al Cavaquinho**, de E. Damas. C. Oliveira, M. Simões e P. César, enc. Camilo Oliveira.

**Teatro Ibérico**, Rua de Xabregas, 54. Dom., 3ª, 4ª e 5ª às 17.00, 6ª e sáb. às 21.30. **O Auto da Índia**, de Gil Vicente e **A Castro**, de António Ferreira, encen. Blanco Gil.

**Teatro Maria Matos**, Av. Frei Miguel Contreiras, 52. De 3ª a 5ª às 21, 6ª e sáb. às 20.30 e 22.45, dom. às 15 e às 18. **Severa**, de Júlio Dantas, enc. Nicolau Breyner.

**Teatro Maria Vitória**, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e às 23. **Vitória! Vitória!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro

**Teatro da Trindade**, Rua Nova da Trindade. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **Auto da Índia**, de Gil Vicente, enc. e coreogr. Águeda Sena

**Teatro Variedades**, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Os Meninos à Roda da Mamã**, enc. Francisco Nicholson.

**Para crianças**

**LISBOA**

**Os Papa-Léguas**, Rua Prof. Santos Lucas. 3ª, 5ª e 6ª às 11.30 e 14.00. **Hoje Sou Rei... Amanhã Não Sei.**

**TIL**, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16. **Feliz Aniversário**, texto e encenação de Fernando Gomes, pelo TIL

# Cinema

A selecção

| | | David Lopes | M. M. Luz | Manuel Neves | Paulo Torres |
|---|---|---|---|---|---|
| A | Clube dos Poetas Mortos | — | ★ | ★★ | ★★ |
| B | Miss Daisy | — | ★★ | — | — |
| C | Nascido a 4 de Julho | — | ★ | ★★ | ★★ |
| D | Negócio de Família | — | ★★ | — | — |
| E | O Processo do Rei | ★★★ | ★★★ | ★★★ | ★★★ |
| F | Que Fiz Eu Para Merecer Isto | — | ★★★ | — | — |

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Peter Weir – **Alfa/4** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), **Amoreiras/10** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **King/2** (14.15, 16.45, 19.15, 21.30), **Quarteto/2** (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) **S. Jorge/2** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — **Lisboa**.

B — Real. Bruce Beresford – **Alfa/Clube** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) **Amoreiras/2** (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 00.15), **S. Jorge/3** (14.30, 16.45, 19.15, 21.45) — **Lisboa**

C — Real. Oliver Stone — **Alfa/1** (13.30, 16.15, 19.00, 21.30, 00.30), **Amoreiras/1** (13.30, 16.15, 19.00, 21.45, 00.30), **Berna** (15.00, 18.00, 21.30), **Fonte Nova/1** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), **Império** (15.30, 18.30, 21.30), **Mundial/1** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **Plaza/1** (13.45, 16.15, 18.45, 21.15, 23.45), **S. Jorge/1** (15.15, 18.15, 21.15) — **Lisboa**.

D — Real. Sidney Lumet — **Amoreiras/8** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), **Condes** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **Fonte Nova/2** (14.15, 16.30, 18.45, 21.15), **Plaza/2** (14.15, 16.45, 19.00, 21.45, 24.00) — **Lisboa.**

E — Real. João Mário Grilo — **Forum Picoas/2** (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) — **Lisboa.**

F — Real. Pedro Almodôvar — **Quarteto/4** (14.15, 16.15, 18.15, 20.00, 22.00, 24.00) — **Lisboa**.

# ...e ainda

Música, debates, etc.

## Montijo

### III Encontro de Organizações contra o Alargamento do Campo de Tiro de Alcochete

**Dia 8 a partir das 10 h na CM do Montijo**

## A preparação do congresso no Sector da Saúde de Lisboa

Calendário de assembleias plenárias para discussão das Teses, com eleição de delegados na última reunião de cada núcleo:
**Cuidados Diferenciados** — 10/4 (17 h e 21 h) e 3/5 (21 h)
**Cuidados Primários** — 11/4 (20 h) e 2/5 (20 h)
**Saúde Mental** — 19/4 (20 h) e 10/5 (20 h)
**Diversos** — 10/4 (21 h), 17/4 (21 h) e 8/5 (21 h)

Convívio no CT Vitória para balanço da discussão e apresentação dos delegados: 11/5 às 19 h

# Exposições

**LISBOA**

**Alberto Lacerda** - Colagens. Clube Cinquenta, Rua de S. Mamede (ao Caldas), 9, 1º. De 3ª a 6ª das 17 às 20, sáb. das 15 às 20 (até 11/4)

**Ana Vidigal** - Pintura. Galeria 111, Campo Grande, 113. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 10 às 13 (até 21/4)

**Anabela Costa** - Escultura em pedra e madeira. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2ª a sáb. das 10 às 19 (até 21/4)

**Ângelo de Sousa** - Escultura. Galeria EMI-Valentim de Carvalho, Rua Cruz dos Poiais, 111. De 2ª a 6ª das 11 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 15 às 19 (até 5/4)

**António Araújo** - Pintura. Galeria S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 10 às 13 (até 21/4)

**Bruce Charlesworth e João Jacinto** - Fotografia e pintura. Módulo, Calçada dos Mestres, 34. De 2ª a sáb. das 16 às 20 (até 17/4)

**Carlos Barroco** - Pintura. Galeria Novo Século, R. do Século, 23-A. De 3ª a sáb. das 14 às 20 (até 21/4)

**No Centenário da Morte de D. Luís** - A sua vida e a sua época, em exposição evocativa de que fazem parte peças raramente expostas, designadamente as jóias da Coroa e obras de arte da colecção pessoal do rei. Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até Abril)

**Costa Camelo** - Pintura. Espaço Alliance, R. Braamcamp, 13, 1º. De 2ª a 6ª das 10 às 19.30 (até 6/4)

**Domingos Pinho** - Pintura. Galeria Nasoni, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 9. De 2ª a 6ª das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 15 às 19.30 (até 22/4)

**Eduardo Nery** - «Água, princípio de». Museu da Água Manuel da Maia, R. do Alviela, 12 (Santa Apolónia). De 3ª a sáb. das 10 às 12.30 e das 14 às 17.30 (até 21/4)

**Espiga** - Pintura e escultura. Galeria Ara, CC Libersil, Av. Liberdade, 38. De 2ª a 6ª das 10 às 22, sáb. e dom. das 12 às 22 (até 17/4)

**Francisco Agostinho** - Escultura. Clube Cinquenta, R. de S. Mamede (ao Caldas), 9, 1º. De 3ª a 6ª das 17 às 20, sáb. das 15 às 20 (até 18/4)

**Guilherme Parente** - Pintura. Galeria Triângulo 48, Av. Vasco da Gama, 48-A. De 3ª a sáb. das 14 às 20 (até 12/4)

**Helena Mártires** - Gravura. Cooperativa Gravura, Trav. do Sequeiro (Bairro Alto)

**José Narciso:** *pinturas recentes na Galeria João Hogan*

**Helena Sá e Dulce Farinha** - Tapeçaria. Gal. Interni, R. Rodrigo da Fonseca, 51. De 2ª a sáb. das 10 às 14 e das 15 às 19.30 (até 21/4)

**«3.4-Ilustração»** - Colectiva de alunos da ESBAL. Junta de Freguesia de Alcântara (até 9/4)

**João Cutileiro** - Escultura (exposição antológica 1956-1990). Galerias de Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até 22/4)

**João Ribeiro** - Pintura. Galeria do Príncipe Real, Pç. do Príncipe Real, 32, r/c. De 2ª a sáb. das 11 às 19 (até 7/4)

**José Narciso** - Pintura. Galeria João Hogan, Rua da Voz do Operário, 13. De 2ª a 6ª das 14 às 20, sáb. das 15 às 19 (até 27/4)

**Luísa Nogueira** - Pintura. Galeria Ygrego, Av. António Augusto de Aguiar, 13-C. De 2ª a 6ª das 9.30 às 20, sáb. das 9.30 às 13 (até 28/4)

**Maria Antónia Santos** - «Tapeçarias do suor, do riso e do cansaço». Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro-Mor (Lumiar). De 3ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17 (até 13/5)

**Martin Disler** (Suíça) - Gravura. Galeria Pedro e o Lobo, Rua do Salitre, 169. De 2ª a sáb. das 15 às 20 (até 7/4)

**Niklas Skapinakis** - «Paisagens Interiores», pintura e desenho. Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro. Das 14 às 20 (até 10/4)

**Rogério de Freitas** - Pintura. Galeria DN, Rua António Maria Cardoso, 41. De 2ª a 6ª das 10 às 19, sáb. das 9 às 13 (até 9/4)

**Rui Chafes** - Escultura. Gal. Diferença, R. S. Filipe Nery, 42. De 3ª a 6ª das 15 às 20, sáb. das 16 às 20 (até 12/4)

**Rui Laginha** - «Eléctricos de Lisboa», fotografia. Vale Tudo..., Rua Rodrigo da Fonseca, 25. De 3ª a sáb. das 15 às 20 (até 7/4)

**Tapeçaria do Séc. XVI** - Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17.

**PORTO**

**António Beneyto** - Pintura. Galeria Trindade, Rua Ricardo Jorge, 55, 1º. De 2ª a sáb. das 11 às 13 e das 15 às 19.30 (até 22/4)

**David Tremlett** - Desenhos. Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2ª a sáb. das 16 às 20 (até 20/4)

**Gonzalez Bravo** - Aguarelas. Galeria Inter-Atrium, Av. Boavista, 1471 (até 15/4)

**Hannah Hoch** - Colagens. Casa de Serralves, R. de Serralves, 977. De 3ª a dom. das 14 às 20 (até 22/4)

**Miró** - Óleos, desenhos e obras gráficas. Casa de Serralves, Rua de Serralves, 977. De 3ª a dom. das 14 às 20 (até 22/4)

**Paulo Hernâni** - Pintura e desenho. Cooperativa Árvore, Rua Azevedo Albuquerque, 1 (até 10/4)

**Sebastião Resende** - Escultura. Galeria Fluxus, Rua do Rosário, 125. De 2ª a sáb. (até 17/4)

**OUTRAS LOCALIDADES**

**Manuela Pinheiro** - Pintura. Galeria Vértice, Av. Eng. Amaro da Costa, 71-A. De 2ª a 6ª das 15 às 20, sáb. e dom. das 11 às 18.30 (até 22/4) CASCAIS

**Louro Artur** - Desenho e pintura. Galeria Almadarte, Av. General Humberto Delgado, 3-B. Sáb. e Dom. das 15 às 23 (até 20/4) COSTA DA CAPARICA

**Carlos Reis** - Desenho. Galeria Múltiplo, Rua 19, nº 855. De 3ª a dom. das 14.30 às 20 (até 6/4) ESPINHO

**Pintura Portuguesa 1842-1979** (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17 QUELUZ

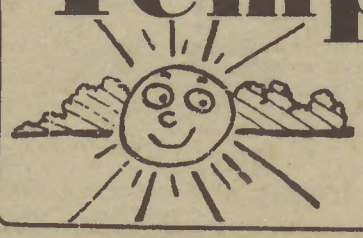
**Louro Artur:** *«Jogos da Infância» na Costa de Caparica*

## ANTOLOGIA

**Köpp, Monika** — *RDA* — in *«Calendário da revista Eulenspiegels» 1990.*

## Tempo

Fim de Semana



Chuva e céu nublado em todo o continente.

*(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)*

# a TV

## Lição que veio de Itália

Já tenho aqui chamado a atenção dos meus amáveis leitores para a rubrica «Século XX». Passa no segundo canal (claro!) ao fim da noite (claro!). Vejam que vale a pena. Trata-se de um riquíssimo arquivo de imagens da época, em primeiro lugar, e interessaria muito que o maior número possível de malta nova pudesse assistir. Andam por aí alguns pândegos a dizer-lhe que o fascismo nunca existiu. Deve ter sido um pesadelo da História...

O documentário é feito pela BBC e não se esperaria que por aqui viesse uma avaliação correcta da acção dos comunistas no processo.

No entanto, e quase por acaso, aparecem os sinais, os indícios, as palavras, os factos que fazem alguma luz na escuridão. Nesse e noutros casos.

Diz-se, por exemplo, que os comunistas foram os adversários mais consequentes de Mussolini e que foi sobre eles que se abateu a maior repressão.

Também ficámos dentro da cumplicidade do governo inglês de Chamberlain e Mussolini...

Pormenor curioso: Mussolini anuncia a entrada da Itália em guerra, frente a uma multidão delirante. Logo a seguir, os que tanto aplaudiam, perceberam o abismo onde tinham caído...

O fenómeno é conhecido. Politicamente mal esclarecidos, ou arrastados por suas paixões, muitas pessoas embarcam. Mas a vida segue o seu caminho. Quantos desencontros, quantos golpes, quantas feridas são às vezes necessários para que tudo se veja claramente visto?

●

## Massacres? Tudo peta!

A RTP mandou a Maputo o seu repórter entrevistar o Presidente Joaquim Chissano, nas vésperas da sua visita a Portugal.

Da entrevista ressaltou claramente a vontade do governo de Moçambique em pôr fim, pelo diálogo, ao conflito armado que lavra naquele país. E mais ainda: a vontade de estabelecer uma íntima cooperação com Portugal. Uma frase reveladora: **Eu gostava que fossem os portugueses a liderar o investimento estrangeiro em Moçambique. Infelizmente, são outros...**

Encontramos, nestas poucas e eloquentes palavras, motivos ponderosos para meditação. Fica apontado claramente a hipocrisia do governo de Cavaco Silva que diz o que diz e faz o que faz.

O Presidente Joaquim Chissano denunciou o oxigénio que do exterior alimenta a acção da Renamo. No depoimento a seguir prestado por um responsável tatebitate daquela organização, afirmou-se que não. Que a Renamo não recebia auxílio de ninguém. Que vivia apenas da colaboração das populações de Moçambique. Que isso dos massacres era tudo uma grandecissima peta...

José Goulão, em debate com Nogueira Pinto (debate aliás pessimamente moderado) provaria a existência desses massacres e do auxílio militar da África do Sul à Renamo. Aliás penso mesmo que negar essa evidência é dar mostras públicas da má-fé ou de inteligência altamente diminuída.

Ai Nogueira, Nogueira dá a RTP nozes a quem tão pouco as merece...

●

## A estratégia global

O Prof. Cavaco Silva foi de viagem até ao Norte do país. Foi como Primeiro-Ministro. Foi no transporte oficial, com segurança oficial, com manutenção oficial. E também, já me ia esquecendo, com a RTP... oficial.

Passou por vários locais. Inaugurou, falou, discursou. Deixou, por vezes, pairar uma situação de suspense. Quando, por exemplo, em S. Jacinto, diante de um barco pesqueiro se interrogava: «Por que se emprega mais de um milhão de contos na construção deste barco?»

Razões metafísicas voejaram por S. Jacinto, Torreira, Murtosa, Aveiro, o país, o mundo. Mas eu acredito que, tratando-se pois de uma barco pesqueiro, o investimento não se destine a pesquisas hidrográficas ou de espionagem.

Sendo a viagem oficial, logo as notícias se cruzaram, se chocaram, enfim, se completaram. E em todos os grandes blocos informativos - **Telejornal, Jornal das 9 e 24 Horas**, foram os portugueses bombardeados com o reencontro Cavaco-Eurico e com as novas adesões ao PSD.

Eurico confirmou que sim senhor, que regressava à acção partidária mas que, quanto ao governo, por enquanto, não pensava nisso. Gato escaldado...

Confirmou igualmente, depois de muito instado pelos jornalistas, que jantaria com Cavaco Silva. A RTP, porém, esqueceu-se de dar informações sobre a ementa. Imperdoável!

Quanto às adesões, foram 40, muitas delas constituindo aquilo a que poderíamos chamar segredos de polichinelos.

Curiosa é a informação veiculada: estas adesões inserem-se numa estratégia global do PSD, visando a maioria absoluta em 1991!

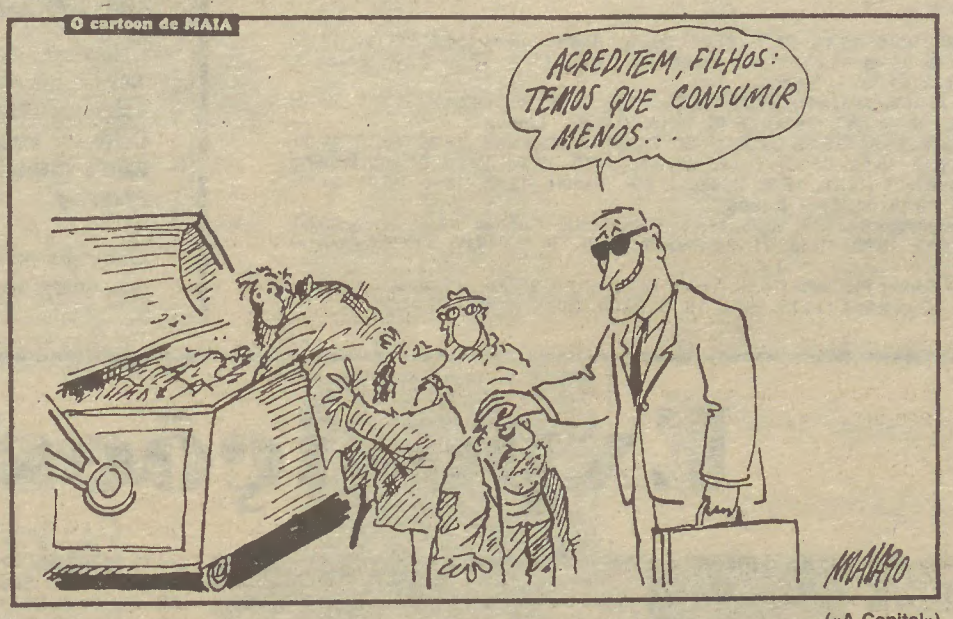
Ora toma!

■ ***Ulisses***

# Síntese semanal da IMPRENSA

## Dia 3 de Abril

É um dia como outro qualquer, com problemas, dramas, lutas... E ainda há quem nos queira convencer de que não vale a pena mudar este estado de coisas! Oh! Senhores! Se não querem ver, não vejam. Mas leiam os jornais.




(«A Capital»)

## Eurofil

«Das oito às cinco, estão armazenados num pavilhão vazio, sem nada para fazer. Não recebem salários desde Janeiro, e já antes a empresa lhes devia centenas de contos. Têm todo o tempo para falar dos que se suicidaram.

Não sabem o primeiro nome dele, chamavam-lhe apenas Torres. Sabiam que era fiel de armazém, tinha 54 anos e vivia com a mãe, que morreu há poucos meses. Há duas semanas, Torres enforcou-se num barracão, junto às instalações da Eurofil, a fábrica têxtil onde trabalhou durante 20 anos, na Póvoa de Santa Iria. Há muito tempo que vivia de dinheiro emprestado. Não receberá nunca os 19 meses de salários em atraso, não saldará as dívidas que deixou.

Há um ano, outro trabalhador da Eurofil atirou-se para a frente de um comboio. Sabem apenas que tinha 35 anos e se chamava Pedro. Vivia num barracão perto da fábrica e tinha muitas dívidas.»

(«Público»)

## E as crianças...

(...) «era despachada; escolhia, pesava, lavava fruta — com uma rapidez idêntica à das empregadas de caixas electrónicas — mas nunca recebia os pagamentos da freguesia. Passava o dinheiro à senhora que a emprega e jamais mexia nos trocos. Demos uma volta pela praça, deparámos com casos parecidos e voltámos à mesma venda. Comprámos maçãs para ter um pretexto para conversar com a menina: bastou perguntar-lhe o nome e que idade tinha para se desviar, de imediato, para outro cliente. A dona da banca substituiu-a rapidamente e não deu tempo para diálogos. O trabalho infantil, em Portugal, é assim — à descarada e às escondidas, conhecido que é de todos.» (...)

«Na oposição ao trabalho infantil, a Igreja e os sindicatos — mesmo os mais próximos do Partido Comunista — aparecem como aliados, o que não deixa de ser uma saudável constatação. D. Eurico, bispo de Braga, manda repetir a bandeira de que foi o pioneiro da batalha contra o trabalho infantil no Norte. A CGTP conseguiu, em Setembro passado, reunir os mais altos magistrados do País num Fórum Nacional para analisar o assunto e mantém-se, de facto, incansável, na denúncia dos casos que lhe chegam ao conhecimento.

Mas é praticamente tudo em vão. À intensificação das notícias sobre a exploração de menores na Comunicação Social, os empregadores responderam com formas mais subtis de absorção de trabalho. Diminuiu o emprego directo, aumentou o trabalho domiciliário.»

(«Diário de Lisboa»)

## Suíça discrimina

«A discriminação de trabalhadores portugueses na Suíça, onde nem lhes são reconhecidos os mesmos direitos que aos espanhóis e italianos, foi denunciada por dirigentes do Sindicato Suíço da Construção e Madeira (SICOM-FOBB), em conferência de imprensa realizada em Lisboa.» (...)

«Aquele sindicato reivindica para os trabalhadores portugueses a obtenção da autorização de residência no país após cinco anos de permanência, e a possibilidade de reagrupamento familiar.

A transformação da autorização temporária em anual, o controlo das condições de contratação, a revisão da convenção sobre segurança social e a valorização da formação profissional são outras exigências do SICOM-FOBB.

O trabalho clandestino, que ocupa cerca de 120 mil trabalhadores, dos quais 40 mil portugueses é, também, problema que o Sindicato Suíço da Construção Civil e Madeira pretende ver resolvido.

O SICOM-FOBB representa 123 mil trabalhadores, 15 mil dos quais são portugueses.»

(«Diário Popular»)

## Londres no rescaldo

«A polícia londrina está a lançar uma vasta investigação para identificar os responsáveis pelos confrontos de sábado passado, no centro da capital britânica, a seguir a uma manifestação contra um novo imposto municipal. O ministro britânico do Interior, David Waddington, declarou, ontem, no Parlamento, que a violência tinha sido premeditada.

Começam a comparecer nos tribunais os detidos, com acusações de pilhagem, fogo posto e obstrução à acção policial.

Ontem, passaram pelos tribunais 70 pessoas, esperando-se a presença de mais 270. Alguns dos indivíduos foram multados, ou ficaram em liberdade condicional e, outros, permaneceram detidos.

Os principais alvos dos confrontos foram restaurantes de melhor qualidade e lojas sofisticadas. No sábado, registaram-se 134 feridos que necessitaram de tratamento hospitalar, embora um número superior, tenha sido vítima de ferimentos ligeiros. Pensa-se que três mil pessoas tenham praticado actos de violência.

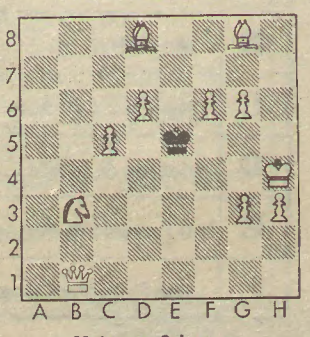
Para proceder a investigações a polícia poderá recorrer a poderes legais com a finalidade de obter imagens de televisão e fotografias de Imprensa, mesmo que não tenham sido publicadas ou transmitidas. Ontem, no Parlamento, os incidentes foram condenados por todas as bancadas e debatida a existência de provas concludentes de violência organizada.»

(«Diário de Notícias»)

# Xadrez

**CCXLVIII**
**5 de Abril de 1990**

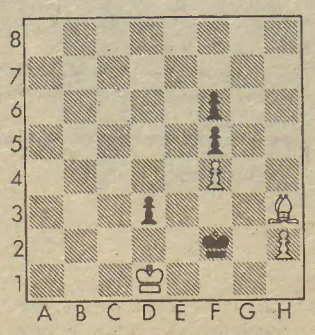
**Proposição n.º 248/A (V)**
**Por:** Comins Mansfield
«The Problemist», 1959
**Pr.:** Rex Solus é5
**Br.:** [11]: Ps.ç5,d6,f6,g3,g6,h3-Cb3-Bs.d8,g8-Db1-Rh4



**Mate em 2 lances**

* * *

**Proposição n.º 248/B**
**Por:** O. Duras
Menção «Cas. Ces. Sachistu», 1923
**Pr.:** [4]: Ps.d3,f5,f6-Rf2
**Br.:** [4]: Ps.f4,h2-Bh3-Rd1



**Brancas jogam e ganham**

* * *

**Soluções do n.º CCXLVIII**

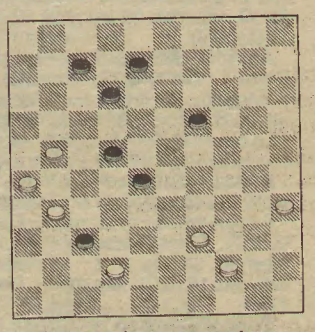
N.º 248/A (C.M.): **1.** Ba5, R:f6; **2.** Bç3++

N.º 248/B (O.D.): **1.** Bg2, Ré3; **2.** h4!, R:f4; **3.** Bf3!, Ré5; **4.** h5, Ré6; **5.** Bd5, Ré7; **6.** h6 e g.

**A. de M.M.**

# Damas

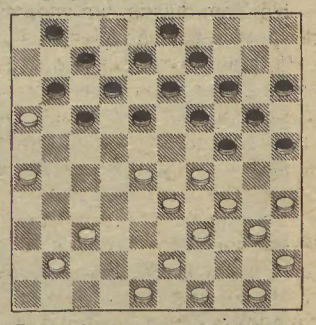
**CCXLVIII**
**5 de Abril de 1990**
**PROPOSIÇÃO N.º 248**
**Por:** Serge de Groot
«Dame à la Une» N.º 33
Bruxelas, Fevereiro/1990
**Pr.:** [7]: 7-8-12-19-22-28-37
**Br.:** [7]: 21-26-31-35-39-42-44



**Brancas jogam e ganham**

* * *

**GOLPE N.º 248**
**Por.:** Kozlov
Campeonato da URSS, 1961
(Contra Stretensky).
**Pr.:** [16]: 1-3-7-8-9-11-12-13-14-15-17-18-19-20-24-25
**Br.:** [16]: 16-26-28-29-33-34-35-37-39-40-41-43-45-48-49-50



**Pretas jogam e ganham em 6T (P6+)**

* * *

**SOLUÇÕES DO N.º CCXLVIII**

**N.º 248 (S. de G.):** 44-40 e 39-33 e 28x33 e 31-27 e (22x31), 26x37 (48x17), 39-33 e 40-29 e (39-30), 35x22+

**Golpe N.º 248 (K.): 1.** (18-23), 29x18 **2.** (12x32), 37x28 **3.** (24-30), 35x24 **4.** (20x38), 43x32 **5.** (7-12), 16x18 **6.** (13x35) +2 e +.

**A. de M.M.**